

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Fernando Vogel Cintra

A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE BERTRAND RUSSELL

Porto Alegre,

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Fernando Vogel Cintra

A Teoria das Descrições de Bertrand Russell

Dissertação de mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Filosofia.

Orientador:

Prof. Dr. Jaime Parera Rebello

Porto Alegre,

2007

Agradecimentos

Agradeço ao povo brasileiro, que forneceu direta ou indiretamente os recursos necessários para a realização da presente dissertação. Cumpre dizer que este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por haver-me aceito como aluno de mestrado.

Agradeço especialmente ao Professor Doutor Jaime Parera Rebello por haver-me aceito como orientando de mestrado e por haver-me ajudado enormemente na concretização e no progressivo aperfeiçoamento da presente dissertação.

Agradeço de modo geral a todos os professores e mestres que tive na vida, tanto na Faculdade de Filosofia quanto fora dela, pois estou certo de que aprendi algo valioso com cada um deles.

Agradeço de coração a minha família, sobretudo a meu pai e a minha mãe. O extenso e profundo apoio que recebi de minha família foi-me absolutamente indispensável em todas as fases da realização do presente trabalho. Vale dizer que esse apoio assumiu formas bastante variadas, incluindo formas que não se deixam expressar em palavras.

“XVII – O tempo da vida humana: um ponto. Sua substância: um fluxo. Suas sensações: trevas. Todo o seu corpo: corrupção. Sua alma: um redemoinho. Sua sorte: um enigma. Seu renome: uma cega opinião. Resumindo, tudo, em sua matéria: precariedade. Em seu espírito: sonho e fumaça. Sua existência: uma guerra, a etapa de uma viagem. Sua glória póstuma: esquecimento. Que nos pode então servir de guia? A filosofia, apenas isso.” (MARCO AURÉLIO, 2005, p.25)

RESUMO

Analisa-se na presente dissertação a teoria das descrições de Bertrand Russell, bem como a crítica que é feita por Peter Strawson a essa teoria. A fim de contextualizar a teoria das descrições, analisa-se primeiramente a teoria do atomismo platônico de George Moore, teoria que configura o primeiro momento da revolta contra o idealismo de cunho hegeliano que dominava a filosofia inglesa no final do século XIX. A seguir, expõe-se em linhas gerais a filosofia de Bertrand Russell dos primeiros anos do século XX, a qual poderia ser chamada de “logicismo”, na medida em que tinha como preocupação teórica central demonstrar a redutibilidade de toda a matemática pura a algumas poucas noções lógicas fundamentais e indefiníveis. Após isso, analisa-se então a inovação filosófica consubstanciada pela teoria das descrições de Russell, mostrando como ela lida com importantes problemas lógicos e filosóficos. Sem dúvida, a teoria das descrições de Russell foi uma das teorias filosóficas mais significativas do século XX. Posteriormente, apresenta-se a crítica de Peter Strawson à teoria das descrições, bem como a réplica de Russell. Conclui-se a dissertação com uma breve avaliação a respeito de três pontos fundamentais de divergência entre Russell e Strawson: o papel da linguagem ordinária na análise filosófica, o valor de verdade de proposições expressas por sentenças do tipo “O atual Rei da França é calvo”, e a questão dos nomes próprios.

Palavras-chave: *On Denoting*, Peter Strawson, atomismo platônico.

ABSTRACT

In the present dissertation, Bertrand Russell's theory of descriptions is analyzed, as well as Peter Strawson's criticism of this theory. In order to better contextualize the theory of descriptions, George Moore's theory of Platonic Atomism is firstly analyzed. This theory represents the first step of the revolt against the Hegelian influenced idealism that dominated English philosophy at the end of the 19th century. After that, Bertrand Russell's early philosophy is outlined in its main features, that is, his philosophy from the first years of the 20th century, which may be called "logicism", since it had, as its main theoretical purpose, the demonstration that all pure mathematics could be reduced to a few fundamental and indefinable logical notions. Subsequently, the philosophical innovation represented by Russell's theory of descriptions is analyzed, and the manner in which it deals with important logical and philosophical problems is exhibited. One can say that Russell's theory of descriptions is one of the most significant philosophical theories of the 20th century. After that, Peter Strawson's criticism of the theory of descriptions is presented, as well as Russell's rebuttal of it. The dissertation ends with a brief assessment of three fundamental points of contention between Russell and Strawson: the role of ordinary language in philosophical analysis, the truth value of propositions expressed by sentences such as "The present King of France is bald", and the question regarding proper names.

Keywords: *On Denoting*, Peter Strawson, Platonic Atomism.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 THE NATURE OF JUDGMENT E O ATOMISMO PLATÔNICO DE MOORE.....	11
2.1 A NATUREZA DO JUÍZO: A PROPOSIÇÃO É COMPOSTA DE CONCEITOS.....	12
2.2 A INDEFINIBILIDADE DOS CONCEITOS.....	13
2.3 A PROPOSIÇÃO É UMA SÍNTESE DE CONCEITOS.....	15
2.4 A VERDADE COMO A DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÕES E CONCEITOS.....	16
2.5 A INDEFINIBILIDADE DA VERDADE.....	17
2.6 A INFERÊNCIA LÓGICA.....	18
2.7 A DISTINÇÃO ONTOLÓGICA FUNDAMENTAL: SER E EXISTÊNCIA.....	20
2.8 ONTOLOGIA DO ATOMISMO PLATÔNICO.....	21
2.9 A RELAÇÃO COGNITIVA.....	22
2.10 EPISTEMOLOGIA DO ATOMISMO PLATÔNICO.....	22
3 PRINCIPLES OF MATHEMATICS E O LOGICISMO DE RUSSELL.....	24
3.1 A INFLUÊNCIA DO ATOMISMO PLATÔNICO DE MOORE.....	25
3.2 OBJETIVOS TEÓRICOS GERAIS.....	27
3.3 MATEMÁTICA PURA E CONSTANTES LÓGICAS.....	28
3.4 A NOÇÃO DE PROPOSIÇÃO.....	29
3.5 RELAÇÕES EXTERNAS E RELAÇÕES INTERNAS.....	31
3.6 A TEORIA EXISTENCIAL DO JUÍZO.....	32
3.7 IMPLICAÇÃO MATERIAL.....	32
3.8 IMPLICAÇÃO FORMAL.....	33
3.9 INDEFINIBILIDADE DA IMPLICAÇÃO.....	35
3.10 DEFINIÇÃO FILOSÓFICA E DEFINIÇÃO MATEMÁTICA	36
3.11 FUNÇÃO PROPOSICIONAL.....	37
3.12 PROPOSIÇÕES ASSERTIDAS E NÃO ASSERTIDAS.....	37
3.13 DOIS SENTIDOS DE “TERMO”.....	38
3.14 A NOÇÃO DE SIGNIFICADO.....	40
3.15 TERMO: O CONSTITUINTE DA PROPOSIÇÃO.....	41
3.16 DOIS TIPOS DE TERMOS: COISAS E CONCEITOS.....	42
3.17 O PROBLEMA DA UNIDADE DA PROPOSIÇÃO.....	44

	8
3.18 DENOTAÇÃO.....	44
3.19 INTENSIONALIDADE E EXTENSIONALIDADE.....	46
3.20 CLASSES.....	47
3.21 CONCEITOS DENOTATIVOS.....	48
3.22 QUANTIFICAÇÃO.....	50
3.23 ARTIGO DEFINIDO E DEFINIÇÃO.....	52
3.24 IDENTIDADE.....	54
3.25 INFINITO E VAZIO.....	55
3.26 VARIÁVEL.....	55
4 ON DENOTING E A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL.....	58
4.1 EXPRESSÕES DENOTATIVAS E DESCRIÇÕES.....	59
4.2 TRÊS TIPOS DE DESCRIÇÕES.....	61
4.3 DESCRIÇÕES: SÍMBOLOS INCOMPLETOS.....	62
4.4 TEORIA DAS DESCRIÇÕES INDEFINIDAS.....	63
4.5 TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS.....	65
4.6 RELAÇÃO ENTRE SENTENÇAS E PROPOSIÇÕES.....	68
4.7 ESCOPO DE DESCRIÇÕES.....	69
4.8 TRÊS PROBLEMAS LÓGICOS.....	72
4.9 OUTROS RESULTADOS DA TEORIA DAS DESCRIÇÕES.....	75
4.10 DESCRIÇÕES E EPISTEMOLOGIA.....	76
4.11 CRÍTICA DE RUSSELL A MEINONG.....	77
4.12 CRÍTICA DE RUSSELL A FREGE.....	79
4.13 O ARGUMENTO DA ELEGIA DE GRAY.....	81
5 ON REFERRING E A CRÍTICA DE STRAWSON À TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL.....	88
5.1 OS PROPÓSITOS DA TEORIA DAS DESCRIÇÕES.....	89
5.2 CRÍTICA À TEORIA DOS NOMES LOGICAMENTE PRÓPRIOS.....	91
5.3 TEORIA DA REFERÊNCIA DE STRAWSON: UTILIZAÇÃO REFERENCIAL INDIVIDUALIZANTE DE EXPRESSÕES.....	92
5.4 UTILIZAÇÃO E ELOCUÇÃO DE SENTENÇAS E EXPRESSÕES.....	93
5.5 A NOÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO (<i>MEANING</i>).....	95
5.6 O ERRO DE RUSSELL.....	97
5.7 CRÍTICA DA CONDIÇÃO DE UNICIDADE.....	98
5.8 SENTENÇAS EXISTENCIAIS INDIVIDUALIZANTES.....	98

	9
5.9 DUAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM: REFERENCIAL E ATRIBUTIVA.....	99
5.10 CONTEXTO DE ELOCUÇÃO, CONVENÇÃO LINGÜÍSTICA E REQUISITO CONTEXTUAL.....	100
5.11 EXPRESSÕES PREDOMINANTEMENTE REFERENCIAIS.....	101
5.12 TRÊS PROBLEMAS.....	102
5.12.1 O Problema das Referências Indefinidas.....	102
5.12.2 O Problema dos Enunciados de Identificação.....	103
5.12.3 O Problema da Lógica de Sujeito e Predicado.....	104
5.13 A INEXATIDÃO LÓGICA DA LINGUAGEM COMUM.....	105
5.14 IMPLICAÇÃO E PRESSUPOSIÇÃO.....	105
5.15 TEORIA DA FALSIDADE E TEORIA DA LACUNA DE VALOR DE VERDADE	107
6 A CONTINUAÇÃO DO DEBATE ENTRE RUSSELL E STRAWSON.....	109
6.1 <i>MR. STRAWSON ON REFERRING</i>	109
6.2 EGOCENTRICIDADE (INDEXICALIDADE).....	110
6.3 EGOCENTRICIDADE E A LINGUAGEM CIENTÍFICA.....	112
6.4 DEFINIÇÃO OSTENSIVA.....	112
6.5 O ERRO DE RUSSELL REVISTO.....	113
6.6 DEFESA DA TEORIA DOS NOMES LOGICAMENTE PRÓPRIOS.....	114
6.7 LINGUAGEM ORDINÁRIA E LINGUAGEM IDEAL.....	115
6.8 CARTA DE STRAWSON A RUSSELL.....	118
6.9 INTRODUÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO DE <i>LOGICO-LINGUISTICO PAPERS</i>	119
7 CONCLUSÃO.....	121
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal da presente dissertação é apresentar a teoria das descrições de Bertrand Russell (1872-1970) e a discussão filosófica com Peter Frederick Strawson (1919-2006) que se seguiu à crítica feita por este à teoria de Russell.

Para contextualizar melhor o pensamento filosófico envolvido na teoria das descrições de Russell que é apresentada em *On Denoting* (1905), é preciso voltar um pouco atrás e considerar também a teoria do atomismo platônico de George Edward Moore (1873-1958) e a filosofia de Russell à época de *Principles of Mathematics* (1903), a qual é significativamente tributária da teoria de Moore. É necessário dar esses passos porque foi sobre esse arcabouço teórico que Russell pensou e desenvolveu sua famosa teoria das descrições, a qual constitui, vendo desde esse ponto de vista, uma evolução de idéias que já vinham sendo elaboradas antes de um modo ou de outro.

Como se pode ver a partir de suas datas de nascimento, Moore e Russell pertencem à mesma geração filosófica, enquanto que Strawson pertence a uma geração posterior, tendo nascido quase meio século depois. Não por acaso, consideram-se os dois primeiros, Moore e Russell – juntamente com Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925) – como os fundadores do que se convencionou chamar de “filosofia analítica”. Essa filosofia contrapôs-se à filosofia idealista de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), como cultivada nas terras inglesas por pensadores como Francis Herbert Bradley (1846-1924) e John Ellis McTaggart (1866-1925). Cabe lembrar que tanto Bradley quanto McTaggart exerciam à época grande influência sobre os rumos da filosofia em terras inglesas.

Strawson, por seu turno, representa um outro tipo de filosofia, que, embora inserida costumeiramente na tradição filosófica analítica, já pode ser identificada como caracterizando uma outra abordagem. Está-se falando da assim chamada “filosofia da linguagem ordinária”. Historicamente falando, um pensador fundamental para a transição da filosofia analítica do princípio do século XX para a filosofia da linguagem ordinária foi Ludwig Josef Johann Wittgenstein (1889-1951). Wittgenstein, nascido na Áustria, chegou a ser pupilo de Russell em Cambridge, mas, posteriormente, mudou de modo considerável a orientação de seu pensamento. A filosofia da linguagem ordinária surgiu, pois, no final da década de 1940, atingindo importância considerável na década seguinte, até perder popularidade no final dos anos 60 e começo dos 70. Assim sendo, é no contexto formado pela filosofia analítica do

começo do século XX e pela filosofia da linguagem ordinária de meados do século XX que o presente trabalho está situado.

Falando mais especificamente de problemas filosóficos, a teoria das descrições de *On Denoting* é proposta por Russell como alternativa à teoria fregeana, bem como a sua própria teoria dos conceitos denotativos de *Principles of Mathematics*; de acordo com essas duas teorias, toda descrição gramaticalmente bem formada estava, em algum sentido, por alguma coisa – através de um sentido, no caso de Frege, ou através de um conceito denotativo, no caso de Russell dos *Principles*. Essa visão levava, porém, a sérios problemas lógicos, como o problema de saber pelo que estavam descrições como “o rei da França”, “o círculo quadrado” e “a montanha de ouro”. Havia também a dificuldade relativa a como falar sobre sentidos ou sobre conceitos denotativos, evidenciada pelo argumento da elegia de Gray. Essa dificuldade sugeria a existência de algum problema grave na concepção das teorias referidas.

Deparando-se com esses problemas, Russell desenvolve sua teoria das descrições, segundo a qual as descrições não estão isoladamente por nada, i.é, não têm um significado isoladamente. Descrições não funcionam como nomes; descrições, como o próprio nome indica, *descrevem* objetos, mas não os *nomeiam*. Por meio da teoria das descrições, portanto, Russell oferece soluções para problemas lógicos importantes, como o problema da identidade, o problema envolvendo o princípio do terceiro excluído, e o problema das proposições existenciais negativas.

2 THE NATURE OF JUDGMENT E O ATOMISMO PLATÔNICO DE MOORE

O objetivo da presente seção é expor a teoria do *atomismo platônico*¹ de George Edward Moore (1873-1958). As razões principais para a exposição dessa filosofia são que ela constitui um divisor de águas na história da filosofia inglesa, na medida em que catalisa a “revolta” contra o idealismo então dominante, e que ela é uma das teorias filosóficas inauguradoras da corrente filosófica que dominou a cena em muitos países (particularmente os de língua inglesa) durante o século XX, qual seja a filosofia analítica. Além disso, o atomismo platônico será estudado em razão da influência que suas doutrinas tiveram sobre o pensamento de Bertrand Russell.

Historicamente falando, a teoria do atomismo platônico foi desenvolvida na primeira fase do pensamento de Moore, correspondente ao trabalho filosófico por ele realizado entre os anos de 1898 e 1903. Deve-se notar, porém, que, durante esse período, a preocupação maior de Moore era com temas ligados à ética; tanto é assim que essa preocupação resultou na elaboração e na publicação de sua obra mestra, *Principia Ethica*, em 1903. Para a presente exposição do atomismo platônico, não examinaremos essa obra. A principal referência textual que utilizaremos será, pois, o artigo *The Nature of Judgment* (1899), que constituía originalmente um capítulo da dissertação *The Metaphysical Basis of Ethics*, escrita por Moore em 1898.

Podemos iniciar dizendo que o atomismo platônico de Moore contrapõe-se tanto ao idealismo proveniente de Kant e Hegel, desenvolvido na Inglaterra por autores como Thomas Hill Green (1836-1882), Francis Herbert Bradley (1846-1924) e John Ellis McTaggart (1866-1925), quanto ao empirismo de autores como David Hume (1711-1776) e John Stuart Mill (1806-1873). Juntamente com Russell, Moore foi um dos protagonistas da famosa “revolta contra o idealismo”, que marca o princípio da filosofia analítica em terras inglesas. O atomismo platônico versa sobre temas que costumeiramente associamos à lógica, como *conceito, proposição, inferência e verdade*; por conta disso, poderíamos ser levados a dizer que o atomismo platônico é uma teoria estritamente lógica. Mas o atomismo platônico não se restringe à consideração de temas lógicos, pois apresenta também importantes doutrinas ontológicas e epistemológicas, que precisam ser relacionadas às doutrinas lógicas. Mesmo

¹ “Atomismo platônico” é o nome dado por Peter Hylton à filosofia em questão, denominação que será adotada aqui também.

assim, não seria muito conveniente apresentar a teoria em bloco, i.é, apresentar todas as teses importantes de uma só vez. Começaremos, pois, pelas teses de caráter lógico.

2.1 A NATUREZA DO JUÍZO: A PROPOSIÇÃO É COMPOSTA DE CONCEITOS

Podemos começar por uma das teses centrais do artigo e do atomismo platônico, a saber: uma proposição não é composta de palavras nem de idéias, mas sim de conceitos (cf. p.4). Temos aqui a primeira tese sobre a natureza da proposição, ou juízo. Uma observação interessante pode ser feita relativamente às palavras “proposição” e “juízo”: a palavra “juízo” remete-nos à filosofia historicamente anterior a Moore, i.é, o idealismo, em que o juízo era considerado como um ato mental. Já a palavra “proposição” será usada na então nova filosofia analítica com uma acepção parecida com “aquilo que resulta de um ato de julgar”, “o resultado final de um ato de julgar”. Moore, que é precisamente um dos fundadores dessa “nova filosofia”, inicia seu artigo usando a palavra “juízo”, mas, ao longo do texto, passa a utilizar a palavra “proposição”. Assim, apesar de o artigo chamar-se *A Natureza do Juízo*, é muito mais freqüente no texto o uso de “proposição”.

Voltando ao ponto: temos aqui a ocorrência de duas noções lógicas fundamentais, as noções de conceito e de proposição; e temos também uma articulação entre as duas: uma proposição é composta de conceitos. E temos ainda a exclusão de duas maneiras alternativas em que a noção de proposição já foi ou poderia ser concebida, a saber: (i) como uma entidade mental, i.é, a proposição como composta de idéias particulares ou de abstrações de idéias particulares, e (ii) como uma entidade lingüística, i.é, a proposição como uma sentença particular de um dado idioma. Diferentemente dessas duas maneiras, em Moore, a proposição é concebida de modo independente da mente, de idéias ou de palavras.

É muito fácil exemplificar o ponto acima: basta pensar na proposição de que João ama Maria. A tese de Moore é que a proposição em questão não é composta pelas *palavras* “João”, “ama” e “Maria”; estas palavras compõem apenas a *sentença*, ou frase, a qual, de maneira alguma, se identifica com a *proposição* de que João ama Maria. Semelhantemente, a proposição em questão não é composta pelas idéias particulares de João, de amar e de Maria que talvez houvesse na mente do falante; tais idéias poderiam formar apenas um pensamento particular de que João ama Maria. O ponto de Moore é que são entidades objetivas, os *conceitos* de João, de amar e de Maria, que constituem a *proposição* de que João ama Maria.

Mas que argumento é apresentado para essa posição? Qual é o problema presente nas concepções da proposição como entidade lingüística ou como entidade mental, que levaria

Moore a seguir um outro caminho? Consideremos uma inferência simples como esta: “Todo homem é mortal. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal.”. Precisamos pressupor que o “Sócrates” da segunda sentença é o *mesmo* que o “Sócrates” da terceira, sob pena de não estarmos falando sobre a mesma coisa e não estarmos, portanto, fazendo inferência alguma (evidentemente, semelhante observação vale para “homem”, e para “mortal”).

Se concebermos a proposição como uma entidade lingüística, teremos três entidades lingüísticas separadas: no caso, E₁: “Todo homem é mortal”, E₂: “Sócrates é homem”, e E₃: “Logo, Sócrates é mortal”. Como explicar, nessa suposição, que o “Sócrates” de E₂ é o *mesmo* que o “Sócrates” de E₃? Afinal, se são entidades diferentes, bem poderia ser o caso que o “Sócrates” de E₂ se referisse ao mestre de Platão, e o “Sócrates” de E₃ ao famoso jogador de futebol brasileiro. Seria necessário, pois, supor que há uma outra entidade, que se deixa expressar tanto pela ocorrência de “Sócrates” de E₂ como pela ocorrência de “Sócrates” de E₃. Essa entidade será então a responsável pela ligação entre E₂ e E₃. Mas se essa entidade é ela mesma uma entidade lingüística, o problema recorre. Temos, portanto, segundo Moore, um regresso infinito nos moldes do argumento do “terceiro homem”, criado por Aristóteles² contra a teoria das idéias de Platão. Argumento análogo ao desenvolvido neste parágrafo valeria se estivéssemos concebendo a proposição como uma entidade mental.

2.2 A INDEFINIBILIDADE DOS CONCEITOS

Resulta necessário definir, portanto, em que, exatamente, consiste um *conceito* – sem que, nessa definição, se utilizem as noções de palavra, pensamento ou idéia. Com isso, veremos também em que consiste a alternativa mooreana para solucionar o problema de como explicar a identidade de conteúdo no raciocínio, e por que razão ela evitaria os problemas já mencionados. Veremos também que as explicações não só da noção de proposição mas também das noções de verdade e de existência serão, todas, construídas usando a noção de conceito.

No entanto, a primeira tese sobre os conceitos é que eles constituem um *genus per se*, sendo irredutíveis a qualquer outra noção mais básica (cf. p.4). Mas se é assim, segue-se que os conceitos devem ser aceitos como indefiníveis. E disso segue-se evidentemente que não podemos defini-los nos termos clássicos de gênero mais diferença específica nem em outras formas de definição, mas podemos apenas falar sobre suas características. Esse é, pois, um

² O argumento do *terceiro homem* é mencionado na *Metafísica* de Aristóteles, 990b17. O argumento foi desenvolvido por Espeusipo e registrado por Platão em seu diálogo *Parmênides*.

ponto capital do atomismo platônico: a noção de conceito não pode ser analisada, sendo antes uma noção pressuposta na análise de várias outras noções. Diríamos que, na ordem de análise, a noção de conceito é o ponto terminal, aquele que representa o fim do processo de análise.

Sendo assim, perguntamos: o que podemos falar de um conceito? Primeiramente, *conceitos são possíveis objetos de pensamento* (cf. p.4). Mas, vale insistir, isso não constitui uma definição do que sejam conceitos; estamos aqui apenas atribuindo uma propriedade a eles. Continuando: conceitos podem ser pensados, mas não precisam ser pensados para que existam. É, pois, indiferente para a natureza dos conceitos o fato de alguém pensá-los ou deixar de pensá-los; conceitos existem independentemente de um sujeito que os pense (distintamente de pensamentos particulares, os quais necessitam estar em uma mente). Sendo assim, fica claro que há uma distinção ontológica básica entre o conceito e o sujeito que pensa o conceito, e que, ao menos por enquanto, nosso universo ontológico está povoado por conceitos e sujeitos. Veremos mais sobre os sujeitos; neste momento, nosso foco recai sobre os conceitos.

Uma segunda propriedade dos conceitos é esta: conceitos são incapazes de mudança, são absolutamente imutáveis (cf. p.4). E se eles são incapazes de qualquer tipo de mudança, podemos concluir licitamente que eles não podem ser criados nem destruídos, visto que a criação e a destruição são espécies de mudança. Ainda assim, alguém poderia pensar que no instante t em que um conceito C é pensado por um sujeito S , o conceito C sofre algum tipo de alteração em sua natureza – mais especificamente, a alteração expressa por “o fato de ser pensado por S em t ”; no entanto, a relação em que conceitos entram quando alguém neles pensa, ou neles deixa de pensar, de modo algum altera sua natureza. A alteração dá-se apenas no sujeito. Essa relação entre sujeito e conceito, vale dizer, não é *causal*: o conceito não é causa nem efeito de qualquer mudança que ocorra no sujeito. Podemos dar o seguinte exemplo desse ponto: o conceito de vermelho enquanto pensado por João e o conceito de vermelho enquanto pensado por Paulo são *o mesmo* conceito, eles são numericamente idênticos. Isso equivale a dizer que, para todos os sujeitos pensantes possíveis, há *apenas um* conceito de vermelho, contrariamente a uma concepção em que cada sujeito pensante teria acesso a um conceito numericamente diferente de vermelho (algo como o um “conceito pessoal de vermelho”). O mesmo raciocínio vale com relação ao aspecto temporal: se Paulo pensa no instante t_1 no conceito de vermelho, deixa de pensar nele em t_2 , e volta a pensar nele em t_3 , então o conceito de vermelho em t_1 é *numericamente o mesmo* que o conceito de vermelho em t_3 . Uma maneira de resumir o ponto é dizer que os conceitos não estão situados na esfera do espaço e do tempo.

Uma terceira característica dos conceitos é esta: não só existem relações entre conceitos, como *todos os* conceitos mantêm relações com *todos os* conceitos. Mas ao usar a expressão “*todos os* conceitos”, alguém poderia levantar a seguinte pergunta: *quantos* são os conceitos? Qual é o número de conceitos, é um número finito ou infinito? Moore afirma textualmente (cf. p.5) que os conceitos estão em um número infinito de relações uns com os outros. Isso sugere que os próprios conceitos constituem um conjunto infinito.

2.3 A PROPOSIÇÃO É UMA SÍNTESE DE CONCEITOS

Com o precedente exame da noção de conceito, podemos dar mais sentido à tese mooreana de que uma proposição é composta de conceitos. O que significa, para uma proposição, ser composta de conceitos? Significa que, em uma proposição, certos *conceitos* estabelecem *relações* específicas com outros. Ou seja, uma proposição não é simplesmente um conjunto de conceitos independentes, não é uma lista de conceitos sem relação: ela é um todo articulado. A relação que os conceitos estabelecem entre si na proposição é uma relação de síntese; assim, Moore é levado a dizer que a proposição é uma síntese de conceitos (cf. p.5). Dado que conceitos são objetivos e independentes de uma mente que os pense, e dado que suas relações também são objetivas e independentes de uma mente, inferimos o seguinte: as proposições são também objetivas e independentes de uma mente que as pense.

Moore oferece o seguinte exemplo: no momento em que eu afirmo “esta rosa é vermelha”, estou de fato afirmando uma conexão específica de conceitos – a conexão, ou síntese, dos conceitos *esta*, *agora*, *rosa*, e *vermelho*. Um ponto interessante a ser observado neste exemplo é que, em “esta rosa é vermelha”, não consta a palavra “agora”. Mesmo assim, Moore inclui *agora* na lista dos conceitos que compõem a proposição.

Há mais um ponto a ser observado aqui: Moore afirma textualmente (cf. p.5) que uma proposição é constituída por um número qualquer de conceitos, juntamente com uma relação específica entre eles. Ora, se é assim, abre-se a possibilidade (ao menos teórica) de uma proposição ser composta por um número infinito de conceitos, relacionados entre si de maneira específica. E, daqui, tiramos uma consequência interessante: uma proposição pode ser tal que é impossível compreendê-la, visto que para compreender uma proposição infinita teríamos de ter uma mente capaz de compreender um número infinito de conceitos.

2.4 A VERDADE COMO A DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÕES E CONCEITOS

Vista a caracterização da natureza da proposição como uma síntese de conceitos, perguntamos: como faremos para determinar o que, propriamente, distingue conceitos de proposições? Já que uma proposição é composta unicamente de conceitos, haverá alguma propriedade que conceitos não possuam e que as proposições possuam, ou vice-versa? Poderíamos colocar nos seguintes termos: há alguma distinção efetiva entre proposições e conceitos, ou esses seriam apenas dois “nomes” da mesma coisa? Aqui, entra em cena a importante noção de *verdade*, central para a filosofia do atomismo platônico. A primeira hipótese considerada por Moore é a hipótese de que a distinção seria dada pela capacidade que as proposições têm de ser verdadeiras ou falsas, capacidade não compartilhada pelos conceitos. Nessa suposição, faria sentido perguntar pela verdade ou falsidade de proposições, mas não de conceitos.

Explicuemos, nessa suposição, em que consistiria a verdade de uma proposição. Que condições precisam ser satisfeitas para que uma proposição se torne verdadeira? Segundo Moore, seria tentador – e seria uma resposta tradicional, i.é, a “teoria da verdade como correspondência” – dizer que a verdade de uma proposição depende de sua relação com a realidade. Nesse sentido, uma proposição seria verdadeira se correspondesse a uma combinação encontrada efetivamente na realidade. Nessa hipótese, por conseguinte, uma proposição seria falsa se correspondesse a uma combinação não encontrada efetivamente na realidade.

Todavia, isso é problemático, pois se a verdade fosse explicada nos termos acima apresentados, conceitos poderiam ser corretamente qualificados como verdadeiros, visto que muitos conceitos possuem instâncias na realidade, i.é, muitos conceitos são conceitos de coisas existentes. O conceito de vermelho, por exemplo, seria verdadeiro, dado que, efetivamente, existem coisas vermelhas; o conceito de quimera, ao contrário, seria falso, dado que não existem quimeras. A consequência é que, concebendo a verdade como uma relação com a realidade, tanto proposições como conceitos poderiam ser verdadeiros ou falsos; e não conseguiríamos traçar uma diferença significativa entre proposições e conceitos, que era precisamente o que se buscava.

Como se não bastasse esse problema, existe um problema adicional: há proposições que são reconhecidas como verdadeiras independentemente do que exista ou deixe de existir na realidade; ou seja, nem todas as proposições verdadeiras dependem de correspondência com algo na realidade – por exemplo, a proposição expressa por “ $2+2=4$ ”. A verdade dessa

proposição matemática não pode ser explicada por sua comparação com a realidade, i.é, em função de uma comparação com qualquer coisa existente. E isso é o caso porque essa proposição é verdadeira, independentemente de existirem ou não duas coisas quaisquer³. Segue-se que aconteceria com todas as proposições da matemática o mesmo que acontece com “ $2+2=4$ ”, dado que a verdade dessa proposição não difere da verdade das demais proposições daquela ciência. Mas se é assim, teríamos uma teoria da verdade que não conseguiria explicar a verdade de grande número de proposições, o que seria indubitavelmente um defeito fatal.

Como resolver, pois, essas tensões? Da seguinte maneira: uma proposição é uma síntese de conceitos. Isso significa que uma proposição é composta por conceitos mais a relação específica que esses conceitos mantêm entre si. E é de acordo com essa relação que a proposição pode ser verdadeira ou falsa; entretanto, o tipo de relação que torna a proposição verdadeira não pode ser definido com mais precisão do que isso. Essa relação tem de ser reconhecida de modo imediato.

2.5 A INDEFINIBILIDADE DA VERDADE

Moore dá como inexplicável a relação que torna uma proposição verdadeira. Isso equivale a dizer que a própria noção de verdade é inexplicável em termos mais básicos, ou seja, ela é uma noção indefinível. No entanto, podemos dizer que a relação de verdade é um tipo de *relação entre conceitos* e não uma relação entre *conceitos*, de um lado, e a *realidade*, de outro lado (visto que isso levaria a uma teoria da verdade como correspondência). A relação de verdade não se deixa analisar tampouco em uma relação entre *conceitos*, de um lado, e um *sujeito cognitivo*, de outro – já que isso conduziria a alguma variedade de idealismo, na medida em que introduziria o sujeito na própria definição da verdade (o que poderia trazer resultados incômodos, como o de uma proposição tornar-se verdadeira porque um sujeito acredita em sua verdade). Esse é, pois, um ponto absolutamente central do atomismo platônico: *a indefinibilidade da verdade*. Temos, com isso, a segunda noção indefinível da teoria.

Dado que a relação de verdade ou ocorre, ou não ocorre, não podendo nunca ocorrer “pela metade”, segue-se também que não há *graus* de verdade e falsidade, que a verdade e a falsidade são, estritamente falando, absolutas. Contrariamente aos idealistas, defensores da

³ Se esse exemplo parecer fraco, podemos reconstruí-lo com números maiores: 2 trilhões mais 2 trilhões equivalem a 4 trilhões. A verdade desta proposição é dada; no entanto, a verdade dessa proposição independe da existência ou inexistência de 4 trilhões de coisas no mundo.

tese de que há verdades mais “verdadeiras” que outras, ou verdades mais abrangentes que outras, temos no atomismo platônico a tese de que quando uma proposição é verdadeira, ela é absolutamente verdadeira; e quando uma proposição não é verdadeira, ela é absolutamente falsa. Nessa concepção, só há duas possibilidades lógicas para uma proposição qualquer: ou ela é absolutamente verdadeira, ou ela é absolutamente falsa – e, aqui, trata-se de uma disjunção exclusiva.

Essa concepção da verdade traz também interessantes conseqüências lógicas e epistemológicas. Uma conseqüência lógica é que a verdade de uma proposição não depende da verdade de qualquer outra proposição⁴ (tese que será aproveitada por Wittgenstein, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, mas restrita a proposições atômicas). E uma conseqüência epistemológica, a que já aludimos, é que a verdade de uma proposição pode ser conhecida sem pressuposições, i.é, sem a necessidade de conhecer as proposições relacionadas.

2.6 A INFERÊNCIA LÓGICA

Após vermos as explicações de conceito e de proposição dadas pelo atomismo platônico, temos de considerar agora a explicação da inferência lógica: a explicação do modo em que proposições se concatenam para a formação de inferências. Há duas teses centrais na teoria, que devemos distinguir: a primeira é de que toda inferência verdadeira⁵ deve partir de uma proposição verdadeira (cf. p.7). A segunda tese é de que uma inferência verdadeira deve ser analisada como uma proposição verdadeira afirmando que a conclusão se segue das premissas. Vejamos como isso fica num exemplo de inferência: seja a primeira premissa a proposição “Todo homem é mortal”, e seja a segunda premissa a proposição “Sócrates é um homem”. Podemos inferir daí a conclusão “Sócrates é mortal”. Ora, pela primeira tese de Moore, podemos fazer essa inferência só porque as premissas são, por si, verdadeiras. E pela segunda tese, dado que a inferência é boa, segue-se que há uma proposição verdadeira P cujo conteúdo é precisamente essa inferência. Nesse caso, P é: “Se todo homem é mortal, e se Sócrates é um homem, então Sócrates é mortal”, de modo que uma inferência verdadeira é reduzida a uma proposição verdadeira.

Como conseqüência da primeira tese de Moore, sua teoria da inferência exclui que inferências possam ser válidas se partirem de premissas falsas (possibilidade que passaria a

⁴ Essa tese gera também problemas: pois a verdade de proposições gerais depende ou não depende da verdade das proposições particulares que a compõem? A teoria do atomismo platônico parece não ter levado em conta essa questão.

⁵ Em inglês, *true inference*; atualmente, dizemos que uma boa inferência é *válida*, e não *verdadeira*.

ser aceita pelos lógicos do século XX, mas que era repudiada pelos do século XIX) – Moore seria também forçado a recusar os argumentos de redução ao absurdo, dado que esses começam pela suposição da falsidade da proposição que se deseja demonstrar. Por exemplo, se dissermos “Todo homem é uma cadeira” e “Sócrates é um homem”, poderíamos dizer que a conclusão “Sócrates é uma cadeira” representaria uma inferência válida, pois não é possível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja falsa simultaneamente. Contudo, para Moore, a inferência em tela não seria válida, dado que uma de suas premissas é efetivamente falsa.

Além desse ponto, há um segundo ponto muito importante, que decorre da segunda tese: na explicação mooreana da inferência, não encontramos lugar para uma distinção entre proposições e regras de inferência, haja vista que as próprias inferências são transformadas em proposições conjuntivas, afirmando simultaneamente as premissas e a conclusão de uma inferência. Presume-se que essa teoria poderia levar a problemas quando precisasse explicar a diferença entre proposições asseridas e não asseridas, já que, numa regra de inferência, as proposições constam de forma não asserida, hipotética (*e.g.* no *Modus Ponens*, se tivermos a proposição A, e a proposição $A \rightarrow B$, então podemos inferir a proposição B).

No entanto, a teoria da inferência não se limita às teses acima. Desenvolvendo-a, Moore afirma haver dois tipos de inferências válidas, dois tipos de processos lógicos válidos. O *primeiro* tipo é o que começa com uma proposição complexa e segue mediante consideração das proposições que estão nela contidas. Evidentemente, as proposições contidas na mais complexa são mais simples do que a mesma – mas o interessante é que elas podem ser verdadeiras, ainda que a proposição complexa seja falsa. Como exemplo, poderíamos ter a proposição complexa “Chove lá fora porque aqui faz frio”; essa proposição contém duas proposições mais simples, “Chove lá fora” e “Aqui faz frio”. Ora, pode ser o caso que realmente chova lá fora e que aqui dentro faça frio, mas sem haver a relação de causalidade expressa pela proposição complexa, i.é, chove lá fora, mas não pela razão de que aqui dentro faça frio. Nesse exemplo, as duas proposições mais simples seriam verdadeiras, enquanto que a proposição complexa de que partimos seria falsa.

O *segundo* tipo de inferência é o que começa por uma proposição mais simples e dela deduz uma proposição mais complexa, mediante sucessivas adições de conceitos, que é o tipo de inferência atribuído por Moore às proposições de Euclides de Alexandria (325-265 a.C.). Nesse caso, a premissa tem de ser verdadeira para que a conclusão possa sê-lo também.

Poder-se-ia pensar em qualificar o primeiro tipo de inferência como *analítico* e o segundo como *sintético*. Contudo, no entendimento de Moore, os dois tipos de inferência

acima descritos são sintéticos (cf. p.7); mas são “sintéticos” no sentido de que os resultados alcançados são diferentes das premissas e meramente relacionados a elas. Como é bem sabido, a distinção entre analítico e sintético remonta a Kant, mas o trabalho que ela desempenha na filosofia de Moore não precisa ser necessariamente o mesmo que na filosofia de Kant (foge ao escopo da presente dissertação adentrar esse tema).

Uma noção interessante, haja vista o repetido uso que Moore dela faz, é a noção de *círculo vicioso*. Moore não oferece, porém, uma caracterização tão clara quanto seria desejável dessa noção, explicando apenas que: “a vicious circle occurs only where a proposition is taken as prior to a concept, or a more complex proposition (one involving more concepts) as prior to one which is simple” (MOORE, 1993, p.7). Nesse sentido, uma das situações em que ocorreria um círculo vicioso seria quando se considerasse uma proposição complexa como sendo a base para a derivação de uma proposição mais simples, que é, porém, um constituinte da proposição mais complexa.

2.7 A DISTINÇÃO ONTOLÓGICA FUNDAMENTAL: SER E EXISTÊNCIA

A próxima noção fundamental do atomismo platônico é a noção de *existência*. A tese de Moore é de que a existência é também um conceito; e as proposições existenciais são, em consequência, simplesmente proposições em que o conceito de existência se encontra unido a outros conceitos (cf. p.6). Ademais, tais proposições serão verdadeiras ou falsas unicamente em função da relação entre o conceito de existência e esses outros conceitos; pois, como vimos acima, a verdade de proposições não depende de sua comparação com a realidade, logo a verdade de proposições existenciais independe também da sua comparação com a realidade. A posição de Moore é de que a existência está logicamente subordinada à verdade; que a verdade não pode ser definida fazendo referência à existência, mas, pelo contrário, é a existência que é definida mediante referência à verdade.

Consideremos um exemplo: se digo “esta folha de papel existe” e se, com isso, estou afirmando uma proposição verdadeira, então isso significa que os conceitos que se encontram combinados de maneira específica com o conceito desta folha de papel estão também combinados de maneira específica com o conceito de existência. Se a proposição for falsa, então isso implica que o conceito de existência não está combinado com os demais. Moore insiste na tese de que esta maneira específica em que os conceitos estão relacionados é algo *conhecido imediatamente*, como a cor vermelha ou o número 2.

Como estamos no tema da existência, faz-se aqui necessário marcar uma distinção capital para o atomismo platônico, a saber: a distinção entre duas categorias ontológicas fundamentais, *ser* e *existência*. Dessas duas, a categoria mais geral é a categoria *ser*: tudo possui ser. Tudo que pudermos imaginar, tudo sobre o que pudermos falar, *tudo* possui ser. A categoria ontológica *existência*, por sua vez, é uma categoria menos abrangente, ela constitui um subconjunto próprio da categoria *ser*; de sorte que tudo possui ser, mas nem tudo existe. Existem apenas as coisas temporais, i.é, aquilo que está relacionado, num certo instante ou período de tempo, ao conceito de existência. Assim, cadeiras, mesas, seres humanos são exemplos de coisas que podem existir, mas que existirão *apenas enquanto durarem*. Por outro lado, segue-se obviamente que tudo aquilo que não está relacionado, num certo tempo, ao conceito de existência deixa de existir, mas não de possuir ser. E há ainda certas coisas que nunca existiram, nem nunca existirão; mais especificamente, os números, as relações lógicas e as proposições possuem ser, mas nunca possuíram nem possuirão existência, visto que não se dão no tempo.

Fica claro, a partir dos parágrafos anteriores, o modo como a noção de conceito está envolvida na explicação da noção de existência. Segundo Moore, a existência é um conceito. Mas um conceito, por si mesmo, não existe: um conceito possui apenas ser.

2.8 ONTOLOGIA DO ATOMISMO PLATÔNICO

Eis que chegamos à formulação de duas teses relevantes (cf. p.8), uma ontológica e outra epistemológica, as quais se acham, no entanto, imbricadas uma com a outra – como, de resto, várias teses do atomismo platônico se encontram. Para nossos propósitos, estudaremos as teses separadamente, começando pela tese ontológica.

A tese ontológica afirma que o mundo é formado de conceitos. Conceitos não podem ser explicados como abstrações de coisas materiais ou de idéias, ocorrendo, com efeito, o contrário: tanto coisas materiais quanto idéias só podem ser explicadas satisfatoriamente como sendo compostas de conceitos. Historicamente, os filósofos, diz Moore, tomaram a diversidade material das coisas particulares como o ponto de partida desde o qual tentaram derivar a unidade do conceito; o correto, contudo, é exatamente o sentido inverso, devendo-se tomar a unidade do conceito como fundamental e partir dela para derivar a multiplicidade material das coisas particulares. A explicação de como isso pode ser feito é esta: duas coisas diferenciam-se pelas diferentes relações em que seus conceitos comuns estão com outros conceitos.

2.9 A RELAÇÃO COGNITIVA

Poderíamos perguntar agora pela natureza da relação que se estabelece entre o sujeito cognitivo e o conceito por ele pensado. A relação que um sujeito cognitivo estabelece com um conceito – a *relação cognitiva* – é única: ela ocorre e desfaz-se mediante uma mudança no sujeito e não no conceito (cf. p.5). As causas e os efeitos da ocorrência da relação devem ser atribuídos ao sujeito pensante e não aos próprios conceitos. Ora, dizer que uma relação é “única” é dizer que ela é *sui generis*: é dizer que não há nenhuma outra relação ou propriedade à qual ela possa ser reduzida; é dizer que ela deve ser aceita, portanto, como indefinível. Um ponto capital que precisa ser destacado é este: entre o sujeito pensante e o conceito não há interposição de qualquer entidade intermediária; não há “sentidos”, “palavras”, “pensamentos”, “idéias” ou qualquer outra coisa que se possa imaginar. A relação dá-se de modo *absolutamente direto* entre o sujeito e o conceito. Essa é uma tese central do atomismo platônico.

2.10 EPISTEMOLOGIA DO ATOMISMO PLATÔNICO

Vimos antes que Moore propunha duas teses fundamentais, uma em ontologia, outra em epistemologia. Agora é o momento de tratar da segunda. Assim sendo, diremos que a epistemologia do atomismo platônico se baseia na tese de que conceitos são os únicos objetos de conhecimento (cf. p.8). Partindo dessa premissa fundamental, o atomismo platônico sustenta que uma coisa (no sentido físico, material) se torna inteligível somente quando é analisada em seus conceitos constituintes. Vimos antes que, entre um sujeito e um conceito, podia haver uma relação, a relação cognitiva; aqui, porém, afirmamos que a *única* coisa que pode entabular essa relação cognitiva com sujeitos são os conceitos. Em outras palavras, se conceitos são os únicos objetos possíveis de conhecimento, é evidente que nada mais pode ser conhecido além de conceitos: impressões, sensações, coisas materiais enquanto tais, o “espírito” etc. – nada disso pode ser objeto de conhecimento, a não ser na medida em que são redutíveis a conceitos.

Moore defende, contra os idealistas, que *nem todas* as relações são internas, ou seja, que *há* relações externas: a relação cognitiva, por exemplo, seria uma relação externa. Assim, temos uma independência absoluta entre o sujeito de conhecimento e o objeto de conhecimento. Outra maneira de colocar o ponto é a seguinte: não há pressuposições para o

conhecimento, ou seja, o conhecimento dá-se de maneira absolutamente direta e não mediada (como vimos, a relação cognitiva é imediata). Uma consequência interessante disso é que é possível obter conhecimento pontual, i.é, saber que algo é o caso sem precisar conhecer as implicações ou pressuposições desse algo: é possível saber que algo é o caso sem conhecer suas relações com o todo.

As ramificações epistemológicas do atomismo platônico incluem ainda uma teoria da percepção, que é, em linhas gerais, como se segue: a percepção deve ser interpretada filosoficamente como a cognição de uma proposição existencial verdadeira (cf. p.8). A percepção que um sujeito tem de que uma árvore particular existe, por exemplo, deve ser explicada da seguinte maneira: o sujeito está numa relação cognitiva com uma proposição verdadeira, na qual o conceito dessa árvore particular está ligado ao conceito de existência.

3 PRINCIPLES OF MATHEMATICS E O LOGICISMO DE RUSSELL

Nesta seção, será apresentado em seus aspectos fundamentais o logicismo⁶ de Bertrand Russell (1872-1970), como formulado em *The Principles of Mathematics*, de 1903 – livro doravante abreviado pela sigla POM. Russell, diferentemente de Moore, era um matemático por formação, tendo iniciado sua carreira como tal e tendo trabalhado vários anos com matemática; sua dissertação de 1895 tem o título de *An Essay on the Foundations of Geometry*. Assim, é natural que Russell se tenha preocupado intensamente com problemas de matemática e de filosofia da matemática. Nessa área, Russell foi influenciado de maneira decisiva por matemáticos como os alemães Karl Weierstrass (1815-1897), Richard Dedekind (1831-1916) e Georg Cantor (1845-1918), bem como pelo italiano Giuseppe Peano (1858-1932). No que diz respeito ao último, relata-se que Russell considerou a conferência proferida por Peano no Congresso Internacional de Filosofia de 1900, em Paris, como o evento mais importante do ano mais importante de sua vida intelectual. Cantor influenciou Russell principalmente através de seu trabalho em teoria dos conjuntos (ou *classes*, no linguajar de Russell) e números transfinitos; enquanto que Peano exerceu uma forte influência por via da axiomatização da aritmética e da simbolização da lógica matemática, que Russell viria a incorporar em sua obra e a desenvolver consideravelmente.

Será útil inserir aqui um parágrafo sobre o processo de composição de POM, pois ele teve certos percalços – seguimos nisso o artigo de Grattan-Guinness (1996-7). Entre agosto de 1899 e junho de 1900, Russell escreveu um primeiro manuscrito da obra, intitulado “Principles of Mathematics”, manuscrito esse que desempenhou um importante papel na elaboração da versão final de POM. Após o já referido encontro com Peano em agosto de 1900, Russell ficou convencido da importância das idéias de Peano para seu próprio projeto e reescreveu então as Partes III a VI de “Principles” com o intuito de desenvolver e clarificar suas idéias. Provavelmente, Russell planejou também o conteúdo das Partes I e II, mas não as escreveu nesse momento. No período que vai de janeiro até maio de 1901, repensando uma discussão sobre o argumento diagonal de Cantor, Russell descobriu o “paradoxo” que leva seu nome, o *Paradoxo de Russell* (na verdade, trata-se de uma contradição genuína que surge quando certas premissas são adotadas, e não de um mero paradoxo.). Por essa época também,

⁶ Seguimos aqui Grattan-Guinness (2003); de acordo com esse comentador, Russell não deu nenhum nome particular a sua posição da época de POM, mas o termo “logística” foi usado a partir de 1904 para fazer referência tanto à posição de Russell como à posição de Peano e seus seguidores, a qual era, porém, diferente. A expressão “logicismo”, por sua vez, deve-se a Carnap (1929).

Russell repensou as noções lógicas básicas e, como resultado disso, a Parte I foi esboçada com mais detalhe – sob o título provisório de “A Variável”. Além disso, a Parte II, “Número”, foi escrita. Na primavera de 1902, a Parte I foi desenvolvida ainda mais, e adquiriu um novo título – “Os Indefiníveis da Matemática”. Finalmente, por volta de maio de 1902, POM estava muito próximo da conclusão e publicação de seu trabalho; faltava, porém, acrescentar os apêndices: um refletindo acerca das teorias de Frege, e o outro esboçando a teoria dos tipos. A última coisa que Russell escreveu, já em dezembro de 1902, foi o prefácio de POM. É, pois, útil ter em mente, quando do estudo de POM, o processo de composição não linear percorrido por Russell. E isso é o caso porque assim se explica mais facilmente a presença de certas tensões no texto, as quais podem ser atribuídas a reflexões e mudanças de posição que Russell efetuava à medida que escrevia POM.

3.1 A INFLUÊNCIA DO ATOMISMO PLATÔNICO DE MOORE

Um ponto relevante para a compreensão do logicismo russelliano é o reconhecimento da influência da filosofia de Moore: ainda no prefácio de POM (cf. p.xxiii), Russell declara que, sobre questões fundamentais da filosofia, os principais aspectos de sua posição são derivados de Moore. Assim sendo, Russell declara haver aceitado a natureza não-existencial das proposições, bem como a independência das proposições em relação a qualquer mente⁷. Russell aceita também o pluralismo ontológico de Moore, segundo o qual o mundo é composto de um número infinito de entidades independentes entre si, com relações que são últimas⁸ e irreduzíveis a adjetivos de seus termos ou dos complexos que eles compõem. Ora, temos aqui uma série de noções centrais ao pensamento de Russell, as quais seremos obrigados a analisar no decurso do presente trabalho, como ser, existência, proposição, termo, adjetivo, relação.

Russell aceita a distinção ontológica fundamental do atomismo platônico, que é a distinção entre *ser* e *existência* - vale dizer que Russell sofreu também influência de Meinong e se sentia inclinado a concordar com a argumentação desse filósofo em favor do ser de objetos inexistentes. Mas voltando ao ponto: para Russell, *ser* é uma propriedade que pertence a todo termo concebível, a todo objeto possível de pensamento – a tudo que pode ocorrer numa proposição, verdadeira ou falsa; e, também, a todas essas proposições. *Ser* pertence, ainda, a qualquer coisa que possa ser contada: se A for qualquer coisa que possa ser contada

⁷ Em inglês, *knowing mind*.

⁸ Em inglês, *ultimate*. Tem a acepção de ser o último de uma série, o último de uma progressão; mas, também, de ser fundamental, elementar.

como um, é claro que A é algo e, portanto, que A *é*. Para defender essa posição, Russell argumenta da seguinte maneira: a proposição expressa por “A não é” tem de ser necessariamente ou falsa ou sem sentido, pois “A não é” implica que há um termo A cujo ser está sendo negado, e, portanto, que A *é* – em outras palavras, se A não fosse, não poderíamos negar qualquer coisa a seu respeito⁹. Dado que o A do argumento acima pode ser qualquer coisa, segue-se que *ser* é um atributo geral de tudo, e o simples ato de mencionar algo mostra que esse algo é (§427).

A existência, contrariamente ao ser, é prerrogativa de apenas algumas entidades. Existir é ter uma relação específica com a existência, uma relação que, por sinal, a própria existência não tem consigo mesma (i.é, a noção de existência, ela mesma, não tem existência). Para Russell, a distinção entre ser e existência é fundamental para que possamos negar a existência do que quer que seja, pois aquilo que não existe deve ser algo, caso contrário seria absurdo negar sua existência; e, assim, precisamos do conceito de ser como aquilo que pertence também ao não-existente (§427). A distinção permite explicar também como coisas passam a existir num determinado momento e deixam de existir num outro momento: a razão é que as coisas existentes estão relacionadas com a existência e, também, com um determinado segmento temporal, no interior do qual existem, e no exterior do qual não existem.

No entanto, cumpre dizer que, com isso, não especificamos ainda o que existe e o que não existe. E o que existe, pois? A resposta é que há quatro classes de existentes: (1) instantes, (2) pontos, (3) termos que ocupam instantes, mas não ocupam pontos, e (4) termos que ocupam instantes e pontos (§438). Segundo Russell, não há termos que ocupam pontos sem ocupar instantes. A noção de *ocupação*, por si mesma, é um indefinível (mas não pertence à matemática pura, e sim à matemática aplicada, mais especificamente à dinâmica racional). Os pedaços de matéria com os quais estamos acostumados (pedras, cadeiras, árvores etc.) encontram-se na classe (4); e encontram-se aí também as chamadas “qualidades secundárias” da matéria (cheiro, sabor etc.), ou, pelo menos, as cores. Mas se é assim, há um grande conjunto de entidades que não poderiam nunca existir, porque seria inimaginável que se dessem no tempo ou no espaço, como números, classes, proposições e outras entidades abstratas.

É interessante marcar um pouco mais a diferença que há entre os argumentos apresentados por Russell em favor da distinção ontológica, a despeito da semelhança estrutural que eles possam ter. O segundo argumento afirma que é possível negar

⁹ Russell voltará a essa questão em *On Denoting*, produzindo aí, porém, uma resposta totalmente diferente.

significativamente a existência de A, sendo para isso necessário supor A como tendo ser. Mas o primeiro argumento, por sua vez, afirma que é impossível negar significativamente o ser de A; em outras palavras, não só a proposição expressa por “A é” é verdadeira para todos os valores de A, mas também a proposição expressa por “A é” só faz sentido se verdadeira.

3.2 OBJETIVOS TEÓRICOS GERAIS

Levando-se em conta as preocupações matemáticas de Russell, não deve causar surpresa alguma o fato de POM apresentar dois objetivos teóricos fundamentais relacionados à matemática, a saber: (i) provar que toda matemática pura trabalha exclusivamente com conceitos definíveis em termos de um número muito pequeno de conceitos lógicos fundamentais, e (ii) explicar esses conceitos lógicos fundamentais que a matemática aceita como indefiníveis; sendo que essa segunda tarefa seria puramente filosófica, e não matemática. O objetivo (i) é perseguido ao longo das Partes II a VII de POM, respectivamente: “Número”, “Quantidade”, “Ordem”, “Infinito e Contínuo”, “Espaço”, “Matéria e Movimento”. A demonstração do objetivo (i) por meio de raciocínios simbólicos rigorosos seria oferecida alguns anos mais tarde, naquilo que constituiria originalmente o segundo volume de POM, mas que se tornou o *Principia Mathematica* (doravante abreviado como PM), o *opus magnum* de Russell, escrito em colaboração com Alfred North Whitehead (1861-1947). Já o objetivo (ii), por sua vez, consiste na tentativa de ver claramente e fazer com que os outros vejam claramente as entidades envolvidas nas demonstrações, de sorte que a mente possa ter com elas o mesmo tipo de *acquaintance*¹⁰ que possui com a cor vermelha ou com o sabor de um abacaxi, segundo as palavras de Russell (cf. Prefácio, p.xx). Vemos aqui a aparição da importante noção de *acquaintance*, que desempenhará um papel central na epistemologia de Russell.

Voltemos aos objetivos centrais de POM. Seu primeiro objetivo representa o logicismo de Russell: um logicismo deveras forte, diga-se de passagem, uma vez que almeja mostrar a identidade entre matemática pura e lógica, mostrar que elas são uma e a mesma; em §4 Russell diz textualmente que toda a matemática pura é lógica simbólica. Ora, esse projeto logicista só poderia ser concretizado se os conceitos fundamentais da matemática fossem

¹⁰ Haja vista a dificuldade de encontrar uma tradução satisfatória para *acquaintance*, deixamos a palavra no original. Traduzir *acquaintance* por *familiaridade*, como alguns fizeram, não é satisfatório, dado que a palavra *familiaridade* tem em português conotações de intimidade, afeição e habitualidade ausentes do uso que Russell faz da palavra *acquaintance*. Em português, não diríamos que estamos familiarizados com uma pessoa que nos é apresentada pela primeira vez em um coquetel; contudo, seguindo o uso de Russell, estaríamos *acquainted* com essa pessoa.

mostrados como sendo teoricamente dispensáveis, podendo ser analisados como uma composição de conceitos lógicos mais primitivos. Já a busca do segundo objetivo desenvolve-se na Parte I do livro, “Os Indefiníveis da Matemática”, que trata de noções como *implicação*, *pertencer a uma classe*, *relação*, entre outras. Teremos aí as discussões mais filosóficas sobre os fundamentos da matemática – os “princípios” da matemática, mencionados no título do livro. Por essa razão, tais discussões interessar-nos-ão neste trabalho muito mais do que qualquer discussão técnica da matemática, envolvendo, por exemplo, números irracionais ou geometria projetiva.

3.3 MATEMÁTICA PURA E CONSTANTES LÓGICAS

É importante ter em mente a concepção de matemática pura com que Russell trabalha, porque, como Russell defende a identidade entre matemática pura e lógica, sua concepção de matemática pura estará indissociavelmente ligada a sua concepção de lógica. Vale lembrar que a concepção russelliana de matemática pura constitui o resultado de um grande trabalho de abstração. Prosseguindo: Russell define, em §1, a *matemática pura* como a classe de todas as proposições da forma “ p implica q ”, em que p e q são proposições contendo uma ou mais variáveis que são as mesmas nas duas proposições em questão; além disso, as proposições p e q são tais que nem p nem q contêm constantes que não sejam constantes lógicas (i.é, p e q só contêm variáveis e constantes lógicas). Na Introdução à segunda edição de POM, contudo, Russell corrige essa definição: não se trata aqui de proposições, mas sim de funções proposicionais. Sendo assim, na definição acima, p e q devem ser interpretados como sendo funções proposicionais contendo uma ou mais variáveis.

Constantes lógicas, por sua vez, são todas aquelas noções definíveis em termos das seguintes noções primitivas: *implicação*; a relação de um termo com a classe de que ele é um membro, i.é, a relação de *pertencer a uma classe*; a noção de *tal que*; a noção de *relação*; bem como as noções adicionais que estão envolvidas na noção de *implicação formal*, quais sejam *função proposicional*, *classe*, *denotação*, e *qualquer* ou *cada* termo (§§1, 106¹¹). Além dessas noções, a matemática *usa* uma noção que não é um constituinte das proposições que a matemática considera, a saber: a noção de verdade¹² (§1). A concepção de matemática acima vista pode parecer contra-intuitiva ao leitor corrente; mas trata-se no entender de Russell de uma concepção que será justificada pelas doutrinas filosóficas apresentadas no decorrer de

¹¹ Todas as referências são às secções de POM e não às páginas.

¹² Contudo, em §12, Russell refere-se à noção de verdade como mais um indefinível da matemática.

POM¹³. Trata-se também de uma concepção que representa um gradual e extenso processo de abstração.

Para Russell, a distinção entre matemática pura e aplicada (§9) reside no fato de que os únicos indefiníveis da matemática pura são as constantes lógicas e de que, portanto, a matemática pura emprega apenas proposições contendo constantes lógicas e variáveis. Na matemática aplicada, por sua vez, resultados que foram demonstrados como conseqüências de alguma hipótese sobre a variável são asseridos de alguma constante que satisfaz a hipótese em questão.

3.4 A NOÇÃO DE PROPOSIÇÃO

Ao longo das discussões acima, foi empregada muitas vezes a noção de proposição, que é central para a teoria russelliana. Naturalmente, faz-se necessário examinar essa noção. O primeiro ponto a destacar é que Russell recusa a visão tradicional da proposição, por ele chamada de “teoria sujeito-predicado” da proposição (§200). Segundo essa teoria, qualquer proposição seria composta de um termo e um conceito que não é um termo: respectivamente, o sujeito e o predicado. Essa era a teoria de filósofos como Spinoza, Leibniz, Hegel e Bradley, ao menos segundo a leitura de Russell. Mas essa teoria encontra dificuldades para explicar até as mais simples proposições da matemática, como “há três coisas”, ou “7 é maior do que 5”. Para Russell, nem toda proposição é redutível ao esquema “um termo – um conceito” (escrita hoje como Fa), havendo proposições relacionais, i.é, proposições que afirmam uma relação entre dois termos, como “João é mais alto que Paulo” (escrita como aRb ou Rab), e que resistem a qualquer tentativa de análise em termos de sujeito-predicado.

Não é demais dizer que a recusa da teoria tradicional da proposição é um dos pontos centrais para caracterizar o afastamento da filosofia russelliana com relação a filosofias precedentes, entre as quais está o idealismo. Relacionada a esse ponto está a questão envolvendo as doutrinas das relações externas e internas, que veremos melhor mais abaixo.

Consideremos agora uma observação que Russell faz no prefácio de POM: ele diz que, em POM, muitas palavras foram definidas de modo divergente de sua acepção comum e dá como exemplo disso a palavra “proposição”. Segundo Russell, as proposições eram consideradas comumente como tendo duas características essenciais: (1) serem verdadeiras ou falsas, (2) serem mentais. Mas Russell nega (2), sustentando que aquilo que é verdadeiro ou

¹³ Essa concepção de matemática pura será objeto de uma severa revisão por parte de Russell na Introdução à segunda edição de POM, de 1937.

falso não é uma entidade mental. Assim, é necessário um nome para o verdadeiro ou falso como tal, e esse nome só pode ser “proposição”. Logo, uma tese fundamental que podemos enunciar sobre a natureza da proposição, como Russell a entende, é esta: proposições são entidades não-mentais que podem ser verdadeiras ou falsas. Mas proposições não só não são mentais, como também não são lingüísticas. Assim, seria mais correto dizer que proposições são entidades objetivas abstratas – como Moore havia defendido antes. É esclarecedora uma carta de Russell a Frege (de 12 de dezembro de 1904), na qual aquele sustenta a posição de que na proposição expressa por “*Mont Blanc* tem mais de 4 mil metros de altura” está contido, como constituinte, o próprio *Mont Blanc*, com todas as suas neves brancas, e não apenas a idéia que fazemos do *Mont Blanc* (cf. Hylton, p.171-2).

Russell oferece em §13 uma caracterização mais abrangente da noção de proposição, com o auxílio das noções de função proposicional e de implicação formal. Como vimos, Russell diz que uma proposição é qualquer coisa que é verdadeira ou que é falsa; portanto, uma expressão como “x é um homem” não é uma proposição, pois não é isoladamente nem verdadeira nem falsa. Se dermos um valor constante para x, porém, essa expressão torna-se uma proposição – por exemplo, se definirmos x como sendo Sócrates, teremos “Sócrates é um homem”. A expressão “x é um homem” é, portanto, como se fosse uma forma esquemática representando uma proposição qualquer de uma classe de proposições – trata-se, portanto, de uma *função proposicional*. Veremos abaixo mais sobre a noção de função proposicional.

Relacionada a esse ponto está a discussão sobre a noção de proposição que é feita no contexto da discussão sobre a noção de implicação. Para Russell, a noção de implicação é indefinível; mas a noção de proposição, por sua vez, pode ser definida a partir da noção de implicação nos seguintes termos: toda proposição implica ela mesma, e qualquer coisa que não seja uma proposição não implica nada. Assim, dizer que “p é uma proposição” é equivalente a dizer que “p implica p”; e essa equivalência é usada para definir proposição (§16). Em outras palavras, *proposição* seria tudo aquilo – e apenas aquilo – que dispõe da capacidade de implicar e ser implicado.

3.5 RELAÇÕES EXTERNAS E RELAÇÕES INTERNAS

Segundo as palavras do próprio Russell, em *Meu Pensamento Filosófico* (cf. p.41), um dos pontos-chaves da “revolta contra o idealismo” girou em torno do tema das relações externas e internas. A filosofia idealista defendia a doutrina das relações internas, enquanto

que Russell e Moore defendiam a doutrina das relações externas. Vejamos o que significa essa oposição.

A doutrina das relações internas afirmava, consoante Russell, que “toda relação se baseia na natureza dos termos relacionados”. Isso pode dar-se de duas maneiras: (i) se a possui a relação R com b , a relação R pode ser reduzida a propriedades de a , individualmente tomado, ou a propriedades de b , individualmente tomado; ou então (ii) se a possui a relação R com b , a relação R pode ser reduzida a uma propriedade do sujeito composto formado por a e b . Como exemplo de (i), poderíamos pensar que a relação expressa por “João é irmão de Pedro” poderia ser reduzida a uma propriedade, *ser irmão de Pedro*, atribuída então a João, ou, alternativamente, à propriedade *ser irmão de João*, atribuída então a Pedro. Como exemplo de (ii), pensaríamos no complexo formado por João e Pedro como constituindo um sujeito de predicação, ao qual atribuímos a propriedade da irmandade.

A doutrina das relações externas, por sua vez, sustenta a irredutibilidade de algumas relações a propriedades dos termos relacionados, ou a propriedades de um sujeito composto. Para Russell, a questão importante a tratar era o caso das relações assimétricas, ou seja, aquelas relações tais que, se o par $\langle a, b \rangle$ está na relação R , então o par $\langle b, a \rangle$ não está na relação R . Exemplos corriqueiros são: ser mais alto, ser mais forte, ser anterior, ser posterior etc. Tomemos a relação expressa por “Fernando é mais alto que Paulo”. De acordo com a doutrina das relações internas, poderíamos analisar a proposição como tendo o sujeito *Fernando* e a propriedade *ser mais alto que Paulo*, ou então como tendo o sujeito *Paulo* e a propriedade *ser mais baixo que Fernando*. Mas que relação é estabelecida entre as propriedades *ser mais alto que Paulo* e *ser mais baixo que Fernando*? À primeira vista, são propriedades completamente diferentes. Como dizer então que duas proposições compostas de sujeitos diferentes e predicados diferentes expressam uma mesma relação? Russell defende que relações assimétricas são, pois, irredutíveis a algo mais simples.

3.6 A TEORIA EXISTENCIAL DO JUÍZO

Outro ponto que cabe salientar é o seguinte: com sua distinção entre ser e existência, Russell contrapõe-se àquilo que ele denomina de *teoria existencial do juízo*. Essa é a teoria segundo a qual todo juízo (i.é, proposição) diz respeito a algo que existe. Russell argumenta

contra a teoria existencial do juízo principalmente em duas passagens de POM, §427 e §469. O argumento de Russell em §427 é o seguinte: se toda proposição verdadeira dissesse respeito a algo que existe, seria ainda verdadeiro que a existência, ela mesma, é uma entidade; mas deve ser admitido que a existência não existe. Assim, a simples consideração da existência leva à consideração de proposições não existenciais, o que contradiz a teoria. Em linhas gerais, esse é o argumento de Russell em §427.

Russell dispõe, contudo, de outro argumento, mais poderoso, contra a teoria existencial do juízo: é o argumento de §469, inserido no contexto da discussão sobre movimento absoluto e relativo. Nessa passagem, temos o seguinte: se o mundo dinâmico inteiro, juntamente com suas leis, pode ser considerado sem levar em conta a existência, então não pode ser parte do *sentido* dessas leis asserir que a matéria sobre a qual se aplicam existe. Conseqüentemente, essas leis podem ser aplicadas a universos que não existem. Ora, é evidente que as leis são aplicadas dessa maneira na dinâmica racional, e que, em todos os cálculos exatos, a distribuição da matéria assumida não é aquela do mundo atual, efetivo. Mas se esses cálculos têm sentido, i.é, se eles contêm proposições verdadeiras ou falsas, então não pode ser parte necessária do seu *sentido* asserir a existência da matéria a qual se aplicam. Vemos que o argumento trabalha com a tese de que é possível considerar o mundo material sem levar em conta sua existência efetiva. Russell afirma, a seguir, algo interessante: ele declara que sua filosofia está nesse ponto mais próxima do idealismo do que do empirismo.

3.7 IMPLICAÇÃO MATERIAL

Russell trabalha com duas noções muito diferentes de implicação, quais sejam: (i) implicação material e (ii) implicação formal. No entanto, é necessário destacar que o uso feito por Russell das expressões “implicação material” e “implicação formal” é distinto do uso que se faz contemporaneamente das mesmas; sendo assim, somos obrigados a detalhar a maneira como Russell utiliza essas duas noções diferentes de implicação.

Começemos pela noção de *implicação material*: a posição de Russell é que a implicação material é a relação que há entre duas proposições quaisquer, desde que a primeira seja falsa ou a segunda seja verdadeira (§106) – lembrando que “ou” indica aqui uma disjunção inclusiva. Partindo dessa definição, Russell afirma que quando inferimos validamente uma proposição a partir de outra proposição, fazemos essa inferência em virtude da relação de implicação material que se dá entre as duas proposições, quer percebamos essa relação, quer não a percebamos. Nesse processo, a mente humana seria tão puramente

receptiva quanto na percepção de objetos sensíveis. Russell chama essa relação objetiva entre proposições de “implicação material”: uma relação que podemos reconhecer ou deixar de reconhecer e em virtude da qual podemos fazer inferências válidas (§37). Esse tipo de implicação é a implicação empregada no âmbito do cálculo proposicional: lembrando que o cálculo proposicional é caracterizado pelo fato de que todas as suas proposições têm como hipótese (antecedente) e conseqüente a asserção de uma implicação material (§14). De modo geral, a hipótese é da forma “ p implica p ”, o que é equivalente à asserção de que as letras que ocorrem no conseqüente são proposições.

Algumas conseqüências notáveis (e um pouco paradoxais para a época de POM) da definição de implicação material acima vista são estas: (a) quaisquer duas proposições p e q são tais que ou p implica q , ou q implica p ; (b) qualquer proposição falsa implica qualquer proposição; e (c) qualquer proposição verdadeira é implicada por qualquer proposição. Ademais, segundo essa concepção, uma inferência não precisa possuir duas (ou mais) premissas e uma conclusão, como sustentava a teoria tradicional do silogismo: para Russell, uma inferência pode ser entendida como uma relação entre *duas* proposições quaisquer e não como uma relação que um número arbitrário de premissas mantém com uma conclusão (§39).

3.8 IMPLICAÇÃO FORMAL

Passemos à noção de implicação formal. Essa noção será tomada por Russell também como um indefinível da matemática; no entanto, podemos considerar suas características, de modo a tentar compreender claramente de que se trata. A noção de implicação formal articula uma série de noções fundamentais para a lógica e a matemática, como *função proposicional*, *classe*, *denotação*, e *qualquer termo* – conceito esse que denota a *variável* (§106). Examinaremos essas noções no decurso do texto. Vimos antes que a implicação material era característica do cálculo proposicional; a implicação formal, por sua vez, é o tipo de implicação característico do cálculo de classes e do cálculo de relações. Acrescentemos ainda que, a fim de passar do cálculo proposicional para o cálculo de classes, são empregadas três noções indefiníveis adicionais, quais sejam (i) a relação entre um indivíduo que pertence a uma classe e a classe à qual ele pertence (i.é, a relação de um indivíduo pertencer a uma classe, simbolizada por ϵ), (ii) a noção de *função proposicional* e (iii) a noção de *tal que* (§20).

Voltemos à implicação formal. O ponto mais importante a seu respeito é que ela constitui a asserção de que uma função proposicional vale para todos os valores da variável.

Ou seja, uma implicação formal diz que se uma função proposicional p é verdadeira de um conjunto de entidades x, y, z, \dots , então uma outra função proposicional q é verdadeira dessas mesmas entidades – salientando que, numa implicação formal, não asserimos separadamente nada das entidades x, y, z, \dots . De modo mais simbólico, podemos dizer que implicações formais são proposições da forma: “ $\varphi(x,y,z,\dots)$ implica materialmente $\psi(x,y,z,\dots)$ para todos os valores de x,y,z,\dots ” (em que $\varphi(x,y,z,\dots)$ e $\psi(x,y,z,\dots)$ são funções proposicionais e x,y,z,\dots são variáveis [cf. §12]). Um exemplo de implicação formal é expresso por “ x é homem implica x é mortal para todos os valores de x ”. Temos aqui uma relação entre funções proposicionais, expressa por “ x é homem implica x é mortal”, a qual é asserida para todos os valores que a variável pode assumir. A implicação formal acima pode ser instanciada em implicações materiais como “Sócrates é homem implica Sócrates é mortal”, “Platão é homem implica Platão é mortal”, “Aristóteles é homem implica Aristóteles é mortal” e assim por diante, desde que o primeiro “ x ” e o segundo “ x ” da função proposicional sejam substituídos por uma mesma entidade.

Vemos assim que a noção de implicação formal é caracterizada não só por utilizar a noção de função proposicional, mas também por empregar a importante noção de *variável* – representada na lógica simbólica pelas letras x, y, z, \dots . Vale dizer que a noção de variável opõe-se evidentemente à noção de *constante*, a qual é subdividida em constante lógica e constante individual. Russell admite, porém, que “a noção de variável é uma das mais difíceis com as quais a Lógica tem de lidar, e, no presente trabalho, uma teoria satisfatória sobre sua natureza [...] dificilmente será encontrada” (§6). Mesmo assim, sendo função da variável “estar por” constantes individuais, podemos perguntar pelo domínio de variação da variável. Antes de Russell, era costumeiro considerar a variável como variando restritamente sobre certas classes, de sorte que, na aritmética, por exemplo, se supunha que as variáveis só poderiam ser substituídas por números. Mas a teoria russelliana fornece uma outra interpretação: dizer que, na aritmética, as variáveis estão restritas a números é dizer apenas que, *se* as variáveis estiverem por números, *então* elas satisfarão certas fórmulas. Em outras palavras, a *hipótese* de que as variáveis estão por números implica o conseqüente da fórmula, e essa hipótese pode ser explicitada, escrevendo-a como antecedente da fórmula. Disso Russell deduz a tese de que toda proposição da matemática pura, quando tiver suas hipóteses completamente explicitadas, é tal que as variáveis possuirão um âmbito irrestrito de variação, podendo ser instanciadas em absolutamente qualquer coisa (§7). Russell formula sua posição também deste modo: a variável, numa implicação formal, deve variar somente no interior do âmbito de valores que transformem os dois lados da implicação principal (i.é, o antecedente e

o conseqüente) em proposições. Em outras palavras, os dois lados da implicação devem ser funções proposicionais genuínas, quando a variável não é substituída por uma constante (§41).

3.9 INDEFINIBILIDADE DA IMPLICAÇÃO

A relação de implicação material é indefinível em elementos mais simples do que os acima mencionados. Podemos, apenas, tentar perceber claramente do que se trata. Russell apresenta um argumento em favor da indefinibilidade da implicação, o qual se serve, contudo, das noções de implicação material e implicação formal. O argumento pode ser reproduzido da seguinte maneira: tentemos oferecer as condições que algo teria de satisfazer para que fosse uma implicação. Indo por esse caminho, diríamos: se p implica q , então, se p é verdadeira, q é verdadeira. Em outras palavras, diríamos que a verdade de p implica a verdade de q ; ou ainda: “ p implica q ” implica “a verdade de p implica a verdade de q ” para todos os valores de p e de q . Mas isso é o mesmo que dizer: “ p implica q ” implica formalmente “a verdade de p implica a verdade de q ”. Vejamos o outro lado do argumento. Diríamos que se p implica q , então, se q é falsa, p é falsa – i.é, a falsidade de q implica a falsidade de p . Em outras palavras: “ p implica q ” implica “a falsidade de q implica a falsidade de p ”, para todos os valores de p e de q . Mas isso é o mesmo que dizer: “ p implica q ” implica formalmente “a falsidade de q implica a falsidade de p ”.

Nem adianta tentar definir a implicação por meio da disjunção. É concedido que a disjunção “ p é falso ou q é verdadeiro” equivale estritamente à “ p implica q ”; contudo, *equivalência* significa *implicação mútua*, ou *biimplicação*. Portanto, a noção de equivalência (ou implicação mútua) é composta pela noção mais simples de implicação, o que torna essa última noção mais fundamental e incapaz de ser definida em termos da disjunção. A disjunção, por outro lado, pode ser definida facilmente por meio da implicação.

Assim sendo, vemos que, por meio da introdução das noções de verdade e falsidade, produzimos apenas novas implicações e não uma definição de implicação (§16). Em outras palavras, se tentássemos definir a implicação material dizendo: “implicação material é uma relação tal que se uma proposição é verdadeira, então uma outra proposição é verdadeira” – incorreríamos num círculo vicioso, de vez que a expressão “se ..., então ...” indica que estamos utilizando a noção de implicação. Sendo assim, não conseguimos efetuar uma *análise* da noção de implicação, i.é, não conseguimos expressar a idéia de um modo que não utilize a noção que gostaríamos de eliminar. Como podemos ver, quando Russell fala em

“definição”, não se trata absolutamente de uma simples definição verbal da expressão “implicação material”, mas sim de uma definição, ou análise, daquilo que é indicado efetivamente pela expressão “implicação material”, i.é, da “idéia” mesma.

3.10 DEFINIÇÃO FILOSÓFICA E DEFINIÇÃO MATEMÁTICA

Russell traça em §108 uma interessante distinção entre duas acepções de *definição*: (i) a definição dos filósofos e (ii) a definição dos matemáticos. No tocante à definição filosófica, Russell apresenta uma posição bastante clara: a definição filosófica consiste na análise de uma idéia nas idéias que a constituem.

A respeito da definição matemática, é mais difícil identificar a posição de Russell. Em §16, Russell diz que a definição matemática se aplica a funções proposicionais: uma função proposicional nova estaria definida quando ela fosse equivalente a (i.é, implicasse e fosse implicada por) uma função proposicional que tivesse sido aceita como indefinível ou tivesse sido definida em termos de indefiníveis. A definição de entidades que não são funções proposicionais seria também possível, mas seria derivada desse tipo de definição.

Em §31, Russell afirma que o processo de definição filosófica só seria aplicável a conceitos, enquanto que a definição matemática poderia ser aplicada a termos que não são conceitos, i.é, a objetos. Assim, muitas coisas que não são capazes de serem definidas filosoficamente, por serem idéias simples e não analisáveis, poderiam ser definidas matematicamente, pela lógica simbólica. Ainda sobre a definição matemática: ela consiste em apontar uma relação fixa a um objeto fixo, relação essa de que só um objeto é capaz; esse último objeto é definido então por meio desta relação fixa e do objeto fixo. Esse tipo de definição é possível porque o objeto é definido por um conceito que o *denota* de maneira inequívoca.

Por fim, em §474, Russell sustenta que uma definição é sempre ou a definição de uma classe ou a definição do membro único de uma classe unitária. Isso resulta do fato de que uma definição só pode ser obtida atribuindo uma propriedade ao objeto a ser definido, ou aos objetos a serem definidos, i.é, afirmando uma função proposicional que o objeto deve satisfazer ou que os objetos devem satisfazer.

Seja como for, o ponto mais relevante para nossos propósitos é que objetos simples não podem ser definidos filosoficamente, mas podem ser definidos matematicamente. De uma maneira ou de outra, eles podem ser *descritos*; quer por meio de funções proposicionais, quer

por meio de relações fixas a objetos fixos. De certo modo, isso parece uma prefiguração da idéia que norteará mais tarde a elaboração da teoria das descrições.

3.11 FUNÇÃO PROPOSICIONAL

A noção de *função proposicional*, por sua vez, é mais uma importante noção sobre a qual estivemos falando e que seria um dos indefiníveis da matemática; mas mesmo sendo um dos indefiníveis, é uma noção que pode ser clarificada. A noção de função proposicional pode ser simbolizada graficamente por ϕx , em que ϕ é um conceito e x é uma variável. Assim, ϕx é uma função proposicional se, para todos os valores de x , ϕx se torna uma proposição determinada tão logo x seja dado; por exemplo, “ x é um homem” é uma função proposicional (§22), pois o que é expresso por “ x é um homem” se torna uma proposição determinada tão logo x seja determinado. Se x =Pitágoras, então a função proposicional em questão torna-se a proposição “Pitágoras é um homem”, e assim de modo geral.

O que vale para os conceitos vale também para as relações: xRy representa uma função proposicional desde que, para todos os valores de x e de y , tão logo sejam determinados x e y , xRy se torne uma proposição determinada. Por exemplo, “ x é mais antigo que y ” é uma função proposicional, pois basta instanciar x e y em constantes individuais para termos uma proposição: se x =Pitágoras e y =Platão, então temos “Pitágoras é mais antigo que Platão”, que é uma proposição determinada.

Veremos mais tarde que, em *On Denoting*, Russell mostrará como as noções de função e de proposição podem ser, ambas, reduzidas logicamente à noção de função proposicional.

3.12 PROPOSIÇÕES ASSERIDAS E NÃO ASSERIDAS

Falamos anteriormente sobre proposições e sobre asserções. Russell trabalha com duas acepções de *asserção*: (i) a acepção lógica e (ii) a acepção psicológica (§38). A noção de asserção lógica é empregada quando dizemos que a proposição “ p ou q ” assera uma disjunção, mas não assera individualmente p nem q . A noção de asserção psicológica, por sua vez, é empregada quando se diz que uma mesma proposição pode ser asserida por um sujeito de modo efetivo, ou apenas considerada por esse sujeito – por exemplo: “Sócrates é sábio”, comparada a “A proposição de que Sócrates é sábio”. A noção de asserção psicológica não tem maior importância para a lógica, diz Russell.

Voltando ao sentido lógico de asserção: trata-se da distinção entre, de um lado, a proposição efetivamente asserida e, de outro lado, a proposição não-asserida (§38). Essa diferença pode ser ilustrada mediante a comparação do que é expresso por “César morreu” e “Se César morreu, Brutus é um dos culpados”: no primeiro caso, asse-re-se efetivamente que César morreu, enquanto que, no segundo caso, não se asse-re efetivamente que César morreu. Prova disso é que é contraditório asserir “César morreu e César não morreu”, mas não é contraditório asserir “Se César morreu, Brutus é um dos culpados, e César não morreu”. Generalizando o raciocínio precedente, teremos que a proposição expressa por “ p implica q ” asse-re *uma implicação*, ainda que não assira individualmente nem p nem q . A questão que se coloca a partir desse quadro é: como proposições efetivamente verdadeiras diferem de proposições falsas? Proposições verdadeiras e falsas são entidades do mesmo tipo, i.é, proposições, mas parece claro que proposições verdadeiras possuem alguma propriedade que as falsas não possuem, sob pena de não poderem ser diferenciadas destas. Essa propriedade distintiva é chamada, por Russell, de *ser asserida* num sentido não-psicológico, i.é, lógico, da expressão. As proposições verdadeiras seriam efetivamente asseridas nesse sentido lógico, enquanto que as proposições falsas não o seriam¹⁴.

3.13 DOIS SENTIDOS DE “TERMO”

Considerando tudo que vimos até agora, deve ter ficado claro que a proposição possui a característica de ser complexa¹⁵. Mas se ela é complexa, é porque é composta por algo: faz-se necessário perguntar, pois, pelos seus constituintes. Na resposta que Russell dá a essa pergunta, surge uma ambigüidade importante envolvendo o uso da palavra “termo”, que será necessário esclarecer aqui. A palavra “termo” é ora usada para falar indiscriminadamente de um componente qualquer da proposição (objetos, conceitos, relações), ora usada para fazer oposição ao predicado de uma proposição, i.é, para falar apenas sobre o sujeito lógico da proposição. Na primeira acepção, *termo* significa todo e qualquer constituinte de uma proposição, incluindo propriedades e relações, sem levar em conta a função que esse constituinte desempenha no interior da proposição. Na segunda acepção, *termo* significa apenas o sujeito lógico da proposição, i.é, aquilo sobre o que a proposição é, por oposição ao

¹⁴ Russell chega a considerar mais uma noção, além das noções de implicação material e implicação formal. Trata-se da noção de *então*: *então* seria uma relação que só pode ocorrer entre proposições efetivamente asseridas, e que, por conta disso, seria diferente da implicação enquanto não-asserida, i.é, da implicação enquanto apenas considerada. Mas não é necessário que nos ocupemos com isso no presente trabalho.

¹⁵ Russell discute inclusive a possibilidade de proposições infinitamente complexas em §141.

predicado ou relação da proposição, i.é, por oposição àquilo que falamos sobre o sujeito lógico da proposição. Em razão dessa ambigüidade da parte de Russell, manteremos no presente trabalho o uso da palavra “termo” apenas para indicar a primeira acepção, i.é, para fazer referência indiscriminada a um componente qualquer da proposição; e usaremos a expressão “sujeito” para falarmos daquilo que está oposto ao predicado no interior de uma proposição.

Segundo Russell, as proposições foram analisadas tradicionalmente como tendo duas partes fundamentais e irredutíveis, a saber: o sujeito e o predicado. Mas essa divisão seria problemática, como já vimos. Ademais, a divisão tradicional sujeito-predicado omitiria as relações. Cabe lembrar que os *verbos* são os elementos lingüísticos que expressam nas sentenças os predicados e as relações presentes nas proposições. Os verbos expressariam, portanto, uma característica importante da proposição, por meio da qual se distingue a proposição asserida da proposição não-asserida. Em consequência disso, Russell adotará a tese de que toda proposição pode ser analisada em *sujeito*, de um lado, e *asserção*, de outro lado. Como vimos acima, o *sujeito* corresponde ao sujeito lógico da proposição, e a *asserção* corresponde àquilo que é dito sobre o sujeito, i.é, o predicado ou a relação.

Vale notar que algumas proposições podem ser analisadas apenas de uma maneira, enquanto outras podem ser analisadas de várias maneiras. Tomando um exemplo: a proposição expressa por “Sócrates filosofou muito” pode ser analisada em duas partes, quais sejam um sujeito expresso por “Sócrates” e uma asserção expressa por “filosofou muito” (§43). Mas se considerarmos uma proposição contendo uma relação, como a expressa por “Sócrates é mais velho que Platão”, poderemos analisá-la em mais de uma maneira: (i) em um sujeito expresso por “Sócrates” e uma asserção expressa por “é mais velho que Platão”, ou (ii) em um sujeito expresso por “Platão” e uma asserção expressa por “Sócrates é mais velho que” (cf. §48). E uma proposição como, por exemplo, “A está aqui agora” (ou “A está neste lugar neste instante”) admite ainda mais maneiras de ser analisada.

3.14 A NOÇÃO DE SIGNIFICADO

Uma pergunta oportuna a fazer é: de que modo a proposição se relaciona com a linguagem, ou seja, de que modo as proposições se relacionam com as sentenças, que são

entidades lingüísticas? Em primeiro lugar, é preciso dizer que, à época de POM, Russell não estava muito preocupado com a linguagem; certamente, não estava preocupado com esta na extensão em que a filosofia subsequente com ela se preocuparia. Nas palavras de Russell:

Foi em 1918, como já observei, que primeiro me interessei pela definição de “significado” e pela relação entre a linguagem e os fatos. Até então, eu encarara a linguagem como algo “transparente”, não tendo jamais examinado o que constitui a sua relação com o mundo não-lingüístico. (RUSSELL, 1960, p.124)

A visão que Russell tinha, pois, da relação entre sentenças e proposições poderia ser descrita da seguinte maneira: há uma simetria aproximada entre as sentenças e seus constituintes, de um lado, e as proposições e seus constituintes, de outro lado. Em outras palavras, os constituintes de uma sentença (palavras) correspondiam bastante fielmente aos constituintes da proposição (termos), de modo que aqueles indicariam simplesmente estes.

Essa visão da linguagem compromete-se com aquilo que se poderia chamar de *postulado de transparência da linguagem*, na esteira do que diz Peter Hylton (cf. p.171). Sendo um meio transparente, a linguagem não seria fonte de problemas filosóficos de maior importância. Em virtude disso, o leitor contemporâneo de Russell é acometido de uma sensação de oscilação ambígua entre o domínio do lingüístico e o do não-lingüístico; e essa oscilação parece ser bastante freqüente no contexto de POM. Nesse contexto é que se devem observar as considerações feitas por Russell acerca da noção de significado.

É tese de Russell que todas as palavras que não sejam sons desarticulados têm significado, enquanto símbolos que estão por algo diferente de si mesmas; mais precisamente, todas as palavras que não sejam sons desarticulados são símbolos de termos, os quais se combinam em proposições. As palavras podem ter significado na medida em que expressem (ou indiquem) termos; as sentenças podem ter significado na medida em que expressem (ou indiquem) proposições. A tese ora referida coaduna-se com a visão de linguagem esboçada acima, ou seja, com a idéia de que há uma correspondência bastante boa entre as sentenças da linguagem e as proposições por elas indicadas.

3.15 TERMO: O CONSTITUINTE DA PROPOSIÇÃO

A tese russelliana sobre os termos é que tudo o que possa ser um objeto de pensamento, ou que possa ocorrer em qualquer proposição verdadeira ou falsa, ou que possa

ser contado como sendo um, é um *termo*. Essa seria, pois, a palavra mais ampla do vocabulário filosófico, sendo sinônima às palavras *unidade*, *indivíduo* e *entidade*. Desses três sinônimos, no entanto, os dois primeiros enfatizam o fato de que cada termo é um, enquanto o terceiro é derivado do fato de que cada termo possui ser, i.é, cada termo *é*, em algum sentido. “Um homem, um momento, um número, uma classe, uma relação, uma quimera, ou qualquer outra coisa que possa ser mencionada, é um termo; e negar que alguma coisa seja um termo será sempre falso”¹⁶, diz Russell (§47). Em outras palavras, *tudo* é um termo (inclusive o círculo quadrado e a montanha de ouro).

Ademais, os termos possuem propriedades ontológicas dignas de nota, como: todo termo é imutável e indestrutível, não sendo possível conceber uma mudança que não destrua sua identidade e não o transforme em outro termo. Todo termo é numericamente idêntico a si mesmo e numericamente diferente de todos os outros termos¹⁷. Para Russell, cada constituinte de cada proposição pode ser considerado um termo, e, assim, nenhuma proposição contém menos que dois termos (§47). Além disso, qualquer termo é *potencialmente* um sujeito lógico: qualquer termo pode ser tomado como o sujeito da proposição de que ele é um (“A é um”) – inclusive predicados e relações; quando falamos algo do tipo “a relação de igualdade é simétrica”, por exemplo, transformamos uma relação no sujeito de uma proposição, i.é, atribuímos uma propriedade a algo que, em outra ocasião, estabelecerá uma relação entre dois termos.

Há, porém, uma dificuldade com a noção de *termo* que não passou despercebida por Russell e que tem importância para as preocupações matemáticas do filósofo. A dificuldade é determinar se a noção de termo pressupõe ou não a noção de *1*, i.é, determinar se a noção de termo é ou não é definida pela noção de *unidade*. A relevância disso é que todos os números, exceto o número 0, empregam em suas definições a noção de termo; e se a noção de termo, por sua vez, empregar a noção de 1, a definição de 1 tornar-se-á circular, e 1 teria de ser considerado como uma noção indefinível adicional (§ 132). Mas se 1 fosse considerado como não podendo ser definido a partir de noções lógicas, então o projeto logicista de Russell sofreria um grande revés, dado que o ponto fulcral do logicismo é a redução da aritmética à lógica. Ora, a resposta de Russell é a seguinte (§128): é preciso distinguir o uso de 1 em que cada termo é 1, do uso matemático de 1. Este último é empregado quando se diz que uma classe possui um único membro (classe-unitária): uma classe *u* possui um único membro

¹⁶ “A man, a moment, a number, a class, a relation, a chimaera, or anything else that can be mentioned, is sure to be a term; and to deny that such and such a thing is a term must always be false.”

¹⁷ A aceitação de muitos termos vai, por conseguinte, contra o monismo defendido pelos idealistas.

quando u não é vazia, e “ x e y pertencem a u ” implica que “ x é idêntico a y ”. Assim, 1 não é asserido de termos, mas de classes unitárias no sentido acima.

3.16 DOIS TIPOS DE TERMOS: OBJETOS E CONCEITOS

Podemos fazer uma subdivisão entre os termos tomados como constituintes das proposições, admitindo dois tipos de termos com características diferentes: *objetos* e *conceitos* (§48). Objetos são os termos indicados pelos nomes próprios, enquanto que conceitos são os indicados por todas as outras palavras, como adjetivos e verbos. Notemos que as expressões “objetos” e “nomes próprios” devem ser entendidas aqui numa acepção bem mais ampla do que a usual, referindo-se também a pontos do espaço e a instantes particulares do tempo, bem como a muitas outras entidades que não costumam ser chamadas de “objetos”: partículas materiais, estados mentais particulares, existentes particulares. Além disso, muitas entidades que não existem também podem ser classificadas como objetos, como pontos em um espaço não-euclidiano e os pseudo-existentes da ficção. Por fim, classes tomadas como um único objeto poderiam ser consideradas também como objetos, *e.g.* a classe dos números, a classe dos homens etc.

Os conceitos, por sua vez, subdividem-se em dois tipos: (i) os indicados por adjetivos, e (ii) os indicados por verbos. Os primeiros, Russell chama de *predicados* ou *conceitos de classe*; os últimos são (quase) sempre *relações* (§48). Esses dois tipos de conceitos distinguem-se em que os predicados qualificam um único objeto, como em “Sócrates é humano”; enquanto que as relações qualificam mais de um objeto, como em “A é diferente de B”. Atualmente, chamaríamos os primeiros de predicados de carência unária (ou também monádicos), escritos como F^1a , e os últimos de predicados de carência binária, escritos como R^2ab .

As funções que esses tipos de termos exercem no interior da proposição são diferentes. Levando em conta a distinção anteriormente traçada entre o sujeito lógico e a asserção de uma proposição, diremos que um *objeto* nunca pode ocorrer no interior de uma proposição a não ser como sujeito lógico, i.é, um objeto nunca pode ocorrer como asserção numa proposição. Por outro lado, os conceitos (predicados ou relações) podem ocorrer tanto como sujeito quanto como asserção de proposição. À guisa de exemplo, tomemos as proposições expressas por “Sócrates é humano” e “A humanidade pertence a Sócrates”. Na primeira, temos um objeto – Sócrates – que só pode ocorrer como sujeito em proposições; mas o conceito *humano*, por sua vez, pode ocorrer tanto como asserção (na primeira proposição), quanto

como sujeito (na segunda)¹⁸. Ocorre algo análogo no que diz respeito às relações: a relação *ser mais alto que* pode ser usada para asserir que João é mais alto que Pedro e pode ser usada também para que algo sobre a relação seja asserido, como em “a relação *ser mais alto que* é binária”, o que converte automaticamente a relação em um sujeito lógico.

Ademais, os objetos possuem mais uma propriedade interessante: se um objeto é substituído por qualquer outro objeto no interior de uma proposição, o resultado continua sendo uma proposição (§48). Por seu turno, se, numa proposição, um conceito for substituído por um conceito, ou se uma relação for substituída por uma relação (da mesma multiplicidade¹⁹), o resultado continuará sendo uma proposição. O ponto importante aqui é que, em razão da distribuição de funções dentro da proposição, se um conceito (predicado ou relação) for substituído por um objeto em uma proposição, o resultado dessa operação *não* será uma proposição. Por exemplo: se, na proposição expressa por “O céu é azul”, substituirmos o objeto expresso por “o céu” pelo expresso por “a areia da praia”, teremos como resultado uma proposição bem formada, ainda que falsa: “A areia da praia é azul”. Se substituirmos o conceito expresso por “é azul” pelo expresso por “contém nitrogênio e oxigênio”, teremos “O céu contém nitrogênio e oxigênio”, uma proposição bem formada e verdadeira. Por outro lado, se substituirmos o conceito expresso por “é azul” pelo objeto expresso por “a areia da praia”, não teremos mais uma proposição, mas tão-somente a justaposição de dois objetos: “O céu a areia da praia”. E disso não cabe mais perguntar se é verdadeiro ou falso, pois não se trata mais de uma proposição.

Os predicados distinguem-se ainda de outros termos por uma série de propriedades, entre elas o fato de possuírem a capacidade que Russell chama de *denotação*, i.é, o fato de terem significado de maneira “lógica” (de acordo com a distinção acima vista entre indicação e denotação). Segundo Russell, um predicado origina sempre uma série de noções que lhe são aparentadas, de sorte que o predicado *humano* origina *homem, um homem, algum homem, qualquer homem, todo homem, todos os homens*²⁰, noções que seriam todas diferentes entre si. Trata-se dos conceitos denotativos. Das relações entre essas noções ocupa-se a teoria da denotação, que veremos mais adiante.

¹⁸ Russell interroga-se se haveria alguma diferença entre um conceito usado como tal e um conceito usado como sujeito, por exemplo, entre “é humano” e “a humanidade”. A resposta é que a diferença se dá apenas no plano da gramática e que, portanto, ela configura apenas uma relação externa, não estando na natureza intrínseca dos termos (§49). Russell embasa esta posição com um argumento bastante sutil, na forma de uma redução ao absurdo, mas que não é necessário reproduzir aqui.

¹⁹ Binária por binária, ternária por ternária etc.

²⁰ Em inglês, *man, a man, some man, any man, every man, all men.*

3.17 O PROBLEMA DA UNIDADE DA PROPOSIÇÃO

Há, contudo, um problema central no logicismo de POM, ligado a esse tema das múltiplas análises possíveis de uma proposição: trata-se do problema da unidade da proposição. Esse problema pode ser exemplificado facilmente recorrendo a uma proposição em que haja uma relação assimétrica – lembrando que o problema é geral, não está restrito a proposições contendo relações assimétricas, mas é mais óbvio nelas. Assim, se analisarmos a proposição expressa por “Bentinho ama Capitu”, ficaremos com os termos Bentinho, Capitu e a relação de amar. Todavia, a proposição expressa por “Capitu ama Bentinho”, que de modo algum equivale à anterior, possui os mesmos termos: Bentinho, Capitu e a relação de amar. A diferença entre as duas proposições não reside, pois, nos termos que compõem cada uma, dado que são os mesmos, mas sim no modo em que esses termos se relacionam na proposição; ou seja, na *ordem* que os termos assumem no interior da proposição. No dizer de Russell: “Uma proposição, de fato, é essencialmente uma unidade, e quando a análise destruiu essa unidade, uma simples enumeração de constituintes não restaurará a proposição”²¹ (§54).

Como contornar essa dificuldade? Russell é forçado a introduzir uma distinção entre a *relação considerada em si mesma*, i.é, a relação considerada como mais um termo constituinte da proposição, e a *relação efetivamente relacionante* (§54), chamada também de “relação relacionante”. A relação relacionante (Russell fala também em “verbo usado como verbo”) é aquilo que realiza a unidade da proposição; todavia, Russell confessa ser incapaz de dar uma explicação de como exatamente a relação relacionante cumpre seu papel. Na verdade, com a distinção acima, Russell só desloca o problema, sem resolvê-lo satisfatoriamente.

3.18 DENOTAÇÃO

Uma noção muito importante para o pensamento de Russell em POM é a noção de denotação. Assim, Russell formula uma teoria da denotação, por meio da qual ele busca oferecer uma explicação satisfatória do sentido de expressões que começam por *todo, cada, qualquer, um, algum, o* – ou de sinônimos delas (cf. §58). São as expressões que indicam conceitos denotativos. Como as proposições gerais são construídas mediante recurso a

²¹ “A proposition, in fact, is essentially a unity, and when analysis has destroyed the unity, no enumeration of constituents will restore the proposition.”

conceitos denotativos, a denotação será a noção a partir da qual será explicado o funcionamento da quantificação²².

Russell trabalha com uma distinção entre duas acepções de *significado*: o significado lingüístico-psicológico e o significado lógico; respectivamente, a *expressão* (ou também *indicação*) e a *denotação*. Diz Russell que o fato de que é possível fazer descrições – i.é, o fato de que podemos, empregando conceitos, designar objetos que não são conceitos – se deve a uma relação lógica subsistente entre certos conceitos e certos objetos, em virtude da qual esses conceitos *denotam* lógica e inerentemente tais objetos (§56), sem que haja nisso nada de lingüístico ou psicológico. A possibilidade da denotação leva à teoria da denotação, cuja importância para Russell é demonstrada pela tese de que a noção de denotação está na raiz de todas as teorias da substância, da lógica de sujeito e predicado, e, ainda, da oposição entre coisas e idéias, entre pensamento discursivo e percepção imediata²³ (§56). Assim sendo, teríamos na teoria da denotação uma teoria literalmente fundamental para uma teoria da lógica em geral.

Mas a teoria da denotação é fundamental não só para a lógica mas também para a matemática e para o projeto logicista, considerado de um modo geral. Diz Russell que as teorias da definição, da identidade, das classes, do simbolismo e da variável estão, todas, envolvidas de alguma maneira com a teoria da denotação (§56). Ademais, uma teoria satisfatória da denotação permite explicar como é possível lidar com os problemas do infinito e do nada, que, até então, eram considerados filosóficos, mas que Russell argumenta que são problemas técnico-matemáticos – ou seja, problemas matemáticos que podem ser resolvidos com as então novas ferramentas conceituais da lógica matemática. Ainda, a teoria da denotação está envolvida (vide §84) de certa maneira com a contradição descoberta por Russell em POM, popularmente conhecida como *Paradoxo de Russell* (lembrando que, apesar de tradicional, esse não é um bom nome, visto que não se trata de um mero paradoxo, mas sim de uma contradição genuína – ou, ainda melhor, de uma família de contradições, dado que a contradição pode ser construída não somente com a noção de classe). A tentativa de resolver satisfatoriamente a “contradição” acaba produzindo desdobramentos também para a noção de denotação.

3.19 INTENSIONALIDADE E EXTENSIONALIDADE

²² Na teoria das descrições, que veremos noutra seção, o caminho será o inverso: a denotação será explicada a partir da quantificação.

²³ Não é difícil perceber que Russell esboça aqui uma distinção que será, mais tarde, elaborada e que ocupará um lugar central em sua filosofia, qual seja a distinção entre conhecimento por descrição (*knowledge by description*) e conhecimento direto (*knowledge by acquaintance*).

A fim de melhor contextualizar as discussões subseqüentes, é útil considerar aqui a distinção entre *intensionalidade* e *extensionalidade*. Tradicionalmente, os lógicos distinguiram a intensão de um conceito de sua extensão, de modo que o conceito *homem* seria definido intensionalmente por meio de outros conceitos, por exemplo, os de *animal* e *racional*; e seria definido extensionalmente mediante a enumeração de todos os indivíduos que caem sob o conceito de homem – João, José, Pedro, Paulo etc. Segundo Russell, os filósofos que lhe antecederam tiveram a tendência de considerar o ponto de vista da intensão como mais fundamental, enquanto que os matemáticos (como Louis Couturat) defenderam o ponto de vista da extensão como o mais fundamental. A resposta russelliana, contudo, é que a lógica simbólica deve operar num meio termo possível entre a pura intensionalidade e a pura extensionalidade (§66).

A lógica simbólica russelliana opera nesse meio termo porque nem é possível reduzir o ponto de vista da extensão ao ponto de vista de intensão nem o contrário. Em outras palavras, não se consegue mostrar que um dos pontos de vista é logicamente primitivo e o outro derivado. Russell dispõe de um argumento em favor dessa posição: para reduzir a extensão à intensão, seria necessário definir a noção de *classe* em termos de predicados. Mas para definir uma classe em termos de predicados, ter-se-ia de dizer que uma classe é definida pelo predicado, ou conjunto de predicados, que se aplica aos membros da classe em questão. Mas um predicado pode ser interpretado como sendo uma classe unitária, e um conjunto de predicados é obviamente uma classe (de predicados); logo, a noção de classe já é pressuposta na tentativa de definição e não consegue ser analisada. Há um círculo vicioso. Nesse sentido é que Russell se manifesta em §66:

We cannot of course attempt an intensional definition of a class as the class of predicates attaching to the terms in question and to no others, for this would involve a vicious circle; hence the point of view of extension is to some extent unavoidable. (RUSSELL, 1992, p.66)

Por outro lado, não é possível reduzir o ponto de vista da intensão ao ponto de vista da extensão, porque, sem um tratamento intensional de classes, não é possível tratar de classes infinitas nem dar um tratamento adequado ao vazio. E isso é o caso, evidentemente, porque é impossível enumerar os membros de uma classe infinita, muito embora Russell reconhecesse que a impossibilidade de enumerar todos os termos de uma classe infinita e, portanto, de lidar

extensionalmente com classes infinitas é uma impossibilidade de ordem *prática* e não *teórica* (cf. §71).

3.20 CLASSES

Cabe considerar agora a teoria russelliana das classes. Nela, classes são entendidas como objetos complexos; ou, em outras palavras, como combinações de objetos. Uma classe, diz Russell (§57), é a soma ou conjunção de todos os objetos que possuem um dado predicado; uma classe é uma determinada combinação de objetos (§57). Russell emprega, em favor de sua posição, uma analogia entre a formação de *conceitos complexos* e a formação de *objetos complexos*: assim como os lógicos aceitam universalmente que é possível combinar conceitos de modo a formar conceitos mais complexos, assim também seria possível combinar objetos de modo a formar objetos mais complexos (§58). Diz Russell que uma teoria sobre os objetos complexos é de importância vital para os fundamentos da matemática, uma vez que as explicações da natureza do número e da variável disso dependem.

Como vimos antes, a partir de cada predicado pode ser formada uma série de conceitos denotativos que lhe são conectados, embora distintos. Tomando, por exemplo, o predicado *humano*, Russell dirá que os conceitos denotativos que se lhe encontram conectados são estes: *homem, homens, todos os homens, cada homem, qualquer homem, a raça humana/a humanidade*²⁴. Cada um desses conceitos denotativos denota um objeto específico. Além desses conceitos denotativos, há mais dois conceitos denotativos importantes que não são, porém, tão próximos do predicado original: trata-se de *um homem* e *algum homem*, os quais denotam também objetos diferentes de si mesmos (§58).

Desenvolvendo a distinção acima, Russell introduz uma série de distinções muito sutis orbitando em torno da noção de classe. Essas distinções podem ser apresentadas de maneira resumida a partir de um único predicado (cf. §79): seja esse o predicado *humano*. É possível isolar, segundo Russell, (i) o “conceito de classe” *homem*, que difere muito pouco do “predicado” *humano*, se é que difere. Há também (ii) os “conceitos denotativos” *todos os homens, cada homem, qualquer homem, um homem, algum homem*. Entre esses últimos, o conceito denotativo *todos os homens* é chamado de (iii) “o conceito da classe”. Há, por outro lado, (iv) os “objetos” denotados pelos conceitos denotativos. Entre esses objetos, o objeto denotado pelo conceito denotativo *todos os homens* é chamado de (v) “classe como muitos”. Finalmente, há (vi) a “classe como um”: no exemplo em questão, a raça humana. Para os

²⁴ Em inglês, *man, men, all men, every man, any man, the human race*.

propósitos do presente trabalho, não será necessário dispensar atenção pormenorizada a todas essas distinções.

Uma classe é distinta do todo que é composto por seus objetos, porque a classe, enquanto considerada em si mesma, é uma unidade, mas o todo composto de seus objetos é uma pluralidade. Em outras palavras, Russell faz uma distinção entre a *classe como um* e a *classe como muitos*; seria essa distinção a mesma que a linguagem ordinária registra entre, por exemplo, o exército e os soldados, ou entre a marinha e os marinheiros (§70). Dessa distinção derivamos a diferença entre uma classe unitária e o objeto que pertence a uma classe unitária: se pensarmos na classe indicada pelo conceito *número par e primo*, sabemos que ela só contém o número 2. Mas, para Russell, não se deve nunca identificar a classe unitária com o único objeto pertencente a essa classe.

3.21 CONCEITOS DENOTATIVOS

Pode-se apresentar agora a teoria dos conceitos denotativos propriamente dita. Vimos que, em POM, todas as palavras ou expressões lingüísticas de uma sentença com significado indicam algo. Um tipo particular de expressão lingüística são as assim chamadas *expressões denotativas*: como vimos antes, são expressões lingüísticas que começam pelas palavras *todo, cada, qualquer, um, algum, o*, ou sinônimos (§58). Por exemplo: “todos os homens”, “qualquer gimnosperma”, “um matemático inglês”, “algum mamífero”, “o inventor das lentes bifocais”. Segundo a teoria dos conceitos denotativos, essas expressões denotativas indicam algo, e o que elas indicam são os *conceitos denotativos*. Aqui, uma observação é conveniente: segundo a teoria dos conceitos denotativos, as expressões denotativas mencionadas acima *possuem um significado isoladamente*. Ou seja, uma expressão denotativa qualquer, tomada sem fazer referência a uma sentença particular, possui um significado próprio, seu – o qual é um conceito denotativo.

Como Russell caracteriza a noção de conceito denotativo? A resposta russelliana é esta: *um conceito denotativo* é tal que, se ele ocorre numa proposição, a proposição não é *sobre* o conceito, mas sobre um objeto (ou vários objetos) conectado(s) de um modo específico com o conceito (§56). Russell dá-nos este exemplo: ao considerarmos a proposição expressa por “Qualquer número finito é ou par ou ímpar”, podemos dizer, com algum conhecimento de matemática, que a proposição é verdadeira. Se se perguntasse pelo sujeito lógico da proposição, poder-se-ia pensar que o sujeito lógico é o conceito expresso pelas palavras “qualquer número finito”. No entanto, o conceito *qualquer número finito* não é, ele

mesmo, nem par nem ímpar, dado que ser par ou ímpar é um atributo que números podem possuir, e conceitos não. Não há, pois, uma entidade adicional que seria chamada de *qualquer número*, entidade essa que possuiria a curiosa propriedade de ser par e ímpar simultaneamente. A resposta para o problema é a seguinte: o conceito *qualquer número finito* ocorre, sim, na proposição, mas os objetos que esse conceito denota não ocorrem na proposição. Mesmo assim, a proposição *é sobre* os objetos denotados pelo conceito *qualquer número finito*, e *é sobre* esses objetos que afirmamos verdadeiramente a disjunção: ou é par, ou é ímpar.

Observe-se que, na caracterização introduzida acima, estão articuladas cinco noções importantes, a saber: conceito, objeto, denotação, proposição, e a noção associada à preposição *sobre*. Vimos como Russell entende em POM as noções de conceito, objeto, denotação e proposição. Mas Russell fala também sobre a noção associada à preposição *sobre*, noção essa que poderia ser chamada em inglês de *aboutness* e em português de “*ser sobre*”. Russell toma a noção de *ser sobre* como primitiva, i.é, como uma noção que não pode ser analisada em constituintes mais básicos.

Ainda assim, alguém poderia interrogar: a noção de *ser sobre* pertence a que domínio, o domínio do lógico ou do lingüístico? Para Russell, a noção de “*ser sobre*” remete-nos à noção de sujeito lógico, enquanto oposto ao predicado de uma proposição. Assim, a proposição expressa por “O vermelho é uma cor” é sobre o vermelho, i.é, *é logicamente sobre* o vermelho. Por outro lado, a proposição expressa por “Todos os ingleses são fleumáticos” não é sobre o conceito *todos os ingleses*, e sim sobre aquilo que é denotado pelo conceito, i.é os muitos milhões de habitantes da Inglaterra. Destarte, o “*ser sobre*” expressa uma relação que poderíamos chamar de lógica.

Nesse sentido, e lembrando que a categoria dos nomes próprios é em POM destoante da aceção comum que se tem de “nome próprio”, Russell declara em §46 que, quando um nome próprio ocorre numa proposição, ele é sempre *o sujeito sobre o qual* a proposição é (ing. *is about*), e não aquilo que é dito do sujeito, ou seja, o predicado.

3.22 QUANTIFICAÇÃO

Podemos introduzir agora a teoria da quantificação russelliana. Seguindo Russell, uma teoria da quantificação é uma teoria que explique o sentido de seis palavras específicas, quais

sejam as expressões denotativas *todo, cada, qualquer, um* (enquanto artigo indefinido), *algum, o* (enquanto artigo definido)²⁵. Na teoria em questão, uma expressão composta por alguma dessas seis palavras e um conceito de classe denota sempre algo (§58). Mas há seis palavras diferentes, e elas dão origem a expressões denotativas diferentes. A questão que Russell se põe é esta (§59): há *uma única* maneira de denotar seis tipos diferentes de objetos, ou há *seis* maneiras diferentes de denotar? E, supondo que esta última alternativa seja a verdadeira, o objeto denotado seria o mesmo nas seis maneiras diferentes de denotar, ou o objeto denotado seria diferente? Para responder satisfatoriamente a essas perguntas, é necessário explicar em que consiste a diferença entre os seis casos, lembrando que Russell trata o caso do artigo definido *o* como um caso à parte, em virtude de sua particularidade²⁶.

Russell procura exhibir detalhadamente as diferenças entre as expressões denotativas por meio de um elaborado exemplo (§59). Russell, nesse exemplo, parece ser levado por conotações peculiares que certas palavras têm na língua inglesa, num esforço que não teria propriamente muito interesse para a filosofia. A comprovação dessa afirmação exigiria um trabalho de pesquisa na área da lingüística de língua inglesa, o que está totalmente fora do escopo do presente trabalho. Para simplificar o ponto, apresentaremos rapidamente e sem muita discussão o exemplo dado por Russell.

No exemplo são utilizados apenas dois objetos, a saber: os senhores Brown e Jones. Combinando esses dois objetos e as cinco expressões denotativas acima consideradas, é possível construir as proposições expressas pelas seguintes sentenças: (i) “Brown e Jones são dois dos pretendentes da senhorita Smith”, (ii) “Brown e Jones estão cortejando a senhorita Smith”, (iii) “Se você conheceu Brown ou Jones, então conheceu um amante fioso”, (iv) “Se era um dos pretendentes da senhorita Smith, tinha de ser Brown ou Jones”, (v) “A senhorita Smith casar-se-á com Brown ou Jones”.

Na proposição expressa por (i), os dois objetos compõem uma genuína *combinação* de Brown com Jones, o tipo de combinação que, segundo Russell, é característica de *classes*. A combinação indicada por *e* nessa primeira sentença diz respeito a todos os seus componentes *coletivamente*, e Russell chama-a de *conjunção numérica*, pois ela dá origem ao número.

Na proposição expressa por (ii), a combinação indicada por *e* diz respeito a todos os seus componentes *distributivamente*, i.é, diz respeito a cada um deles, e Russell chama-a de

²⁵ Em inglês, *all, every, any, a, some, the*.

²⁶ Parece razoável afirmar que já em 1903 Russell intuía que o artigo definido apresenta uma função particular, que o distingue das demais noções. Veremos a poderosa elaboração dessa intuição em 1905, com a teoria das descrições definidas, que será objeto de estudo na seqüência do presente trabalho.

conjunção proposicional, de vez que a proposição em que ela ocorre é equivalente a uma conjunção de proposições. Nesse caso, as proposições são combinadas enquanto proposições.

A proposição expressa por (iii) suscita o tipo de conjunção pela qual *qualquer* é definido. Trata-se com efeito de uma noção que está a meio caminho entre uma conjunção e uma disjunção: é a *conjunção variável*. O ponto interessante é que a combinação de Brown e Jones em questão é a mesma que é indicada por *qualquer um*. Essa forma de combinação difere daquilo que é indicado por *ambos*, assim como difere das duas formas de disjunção abaixo.

A proposição expressa por (iv) contém a primeira combinação disjuntiva. Trata-se da *disjunção variável*: essa forma de combinação é indicada pelo artigo indefinido, e.g. *um* pretendente. Prossegue Russell: a disjunção variável denota um objeto variável, i.é, qualquer que seja o objeto sobre o qual nos fixemos, ela não denota especificamente esse objeto, mas denota ainda assim um ou outro dos objetos.

A proposição expressa por (v) constitui finalmente a segunda forma de disjunção, qual seja a *disjunção constante*. Ou seja, a proposição em questão é equivalente a uma disjunção de proposições.

As cinco formas de combinação – conjunção numérica, conjunção proposicional, conjunção variável, disjunção variável e disjunção constante – poderiam ser expostas também de maneira simbólica. Seja a uma classe finita de objetos a_1, a_2, \dots, a_n . Assim,

- (i) *Todos os a* denota a_1 e a_2 e ... e a_n .
- (ii) *Cada a* denota a_1 e denota a_2 e ... e denota a_n .
- (iii) *Qualquer a* denota a_1 ou a_2 ou ... ou a_n , em que *ou* tem o sentido de que é irrelevante qual escolhemos.
- (iv) *Um a* denota a_1 ou a_2 ou ... ou a_n , em que *ou* tem o sentido de que nenhum em particular precisa ser tomado, assim como em *todos os a* não devemos tomar nenhum em particular.
- (v) *Algum a* denota a_1 ou denota a_2 ou ... ou denota a_n , em que não é irrelevante qual é tomado, pelo contrário: algum a particular deve ser tomado.

Após essa discussão das cinco formas de combinação, Russell procede a uma reflexão importante: falando estritamente, essas combinações – salvo a conjunção numérica – não produzem nem objetos singulares nem conceitos, mas, tão-somente, *combinações de objetos singulares*. A conjunção numérica é a única que produz muitos objetos. As combinações em

questão são combinações de objetos, produzidas sem o uso de relações. Correspondente a cada combinação existe, no caso em que os objetos constituem uma classe, um conceito perfeitamente definido, que *denota* os vários objetos da combinação combinados da maneira especificada.

Russell faz na nota à seção §59 de POM uma observação corriqueira, que, porém, cresce em importância para nossos propósitos. Nessa nota, Russell diz que pretende distinguir entre *um* e *algum* de um modo que não é ilustrado pela linguagem; analogamente, a distinção entre *todos* e *cada* configura também certa “distorção” da linguagem. Contudo, as duas distinções seriam necessárias para evitar circunlóquios cansativos. O ponto importante para nossos propósitos é que Russell reconhece aqui a existência de uma distância entre, de um lado, as palavras *todo*, *cada*, *qualquer*, *um*, *algum*, *o* como ocorrem na linguagem ordinária, e, de outro lado, a interpretação dessas palavras como expressões denotativas, como oferecida pela teoria da denotação de POM.

Russell responde com sua teoria à pergunta que havia surgido quando da introdução das palavras *todo*, *cada*, *qualquer*, *um*, *algum* em §59, i.é, a questão de saber se haveria uma única maneira de denotar seis tipos diferentes de objetos, ou se as próprias maneiras de denotar seriam diferentes. A resposta russelliana é que os objetos denotados são diferentes entre si, enquanto que a relação de denotação em si é a mesma em todos os casos.

3.23 ARTIGO DEFINIDO E DEFINIÇÃO

A teoria da denotação de POM trata também do artigo definido, *o*. Segundo Russell, as teorias da identidade e da definição dependem da noção de *o*, e, por isso, a noção em tela reveste-se de grande importância filosófica (cf. §63). Todavia, o artigo definido no singular só é empregado corretamente, diz Russell, quando um conceito de classe possui uma única instância, por exemplo, “o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra”. Essa é uma ressalva sobremaneira importante, à qual deve ser dada a devida atenção. Ela já enfraqueceria muito, por exemplo, a crítica segundo a qual uma expressão denotativa como “a mesa da sala” não denotaria um único objeto, de vez que existem muitas mesas em muitas salas ao redor do mundo. A resposta russelliana seria que, em todos os casos desse tipo, o artigo definido no singular não estaria sendo empregado corretamente. Por sua vez, nos casos em que o artigo está sendo empregado *corretamente*, há uma forma de denotar um único termo definido através de um conceito, forma que não é dada por nenhuma das cinco expressões denotativas vistas acima. É em virtude dessa possibilidade que a matemática pode dar definições de

objetos que não são conceitos. Cada objeto é a instância única de algum conceito de classe, e, por conseguinte, qualquer objeto é teoricamente tal que podemos dar uma definição dele (salvo se esse objeto for tomado como indefinível).

Segundo Russell, a teoria da denotação permite explicar porque as definições, que, simbolicamente, não passam de afirmações de abreviações, exigem em geral um grande esforço intelectual para serem feitas e, muitas vezes, incorporam em si grandes avanços de análise. A razão é que um objeto pode estar presente à nossa mente sem que saibamos de qual conceito esse objeto é *a* instância; a descoberta desse conceito não é um mero avanço notacional, e sim uma descoberta genuína. Tão logo a definição seja descoberta, torna-se desnecessário trazer o objeto definido mais uma vez à mente, pois só os conceitos são relevantes para deduções. No momento em que a definição é descoberta, vemos que a definição é *verdadeira*, pois o objeto que se queria definir estava em nosso pensamento. Mas o raciocínio que se faz posteriormente é apenas simbólico e trabalha apenas com o objeto denotado pela definição. Vale ressaltar ainda que a noção de *o* é relevante para todas as definições; de modo geral, a adequação dos conceitos a lidar com coisas depende completamente da denotação precisa de um único objeto, coisa que a noção de *o* permite. Vale acrescentar que o objeto a ser definido não precisa ser material: pode tratar-se perfeitamente de um objeto imaterial, como uma entidade matemática.

Refletindo sobre a teoria da definição, concluímos que podemos identificar nela as raízes da teoria das descrições de Russell, desenvolvida posteriormente. Dois conceitos saltam aos olhos rapidamente: são os conceitos de *mente* e de *verdade* (lembrando que, em §3, Russell havia qualificado a noção de mente como totalmente irrelevante para a matemática). E lembrando ainda que, no prefácio, os conceitos de verdade ou falsidade foram separados do conceito de mente (ou de mental), quando da discussão sobre proposições. Com efeito, parece que o que Russell está dizendo implica que, no caso específico de definições, há algum vínculo entre a verdade e a mente, vínculo esse que, embora não seja necessário, é, contudo, possível: a mente percebe que a definição é verdadeira, quando o conceito é adequado ao objeto. Uma ramificação posterior dessa idéia será encontrada na epistemologia russelliana; mais especificamente, na distinção entre conhecimento por descrição e conhecimento “direto”, i.é, conhecimento por *acquaintance*.

3.24 IDENTIDADE

A teoria da denotação serve ainda para resolver problemas associados à noção de identidade (cf. §64). A primeira questão é determinar se a identidade é mesmo uma relação ou

não; segundo Russell, quando a identidade é asserida estritamente, há apenas um objeto, enquanto que dois objetos são requeridos para que possamos estabelecer uma relação qualquer. Seguindo essa linha de pensamento, alguém poderia argumentar que a identidade não pode ser nada: dois objetos quaisquer não são idênticos entre si, pois, caso contrário, seriam um só objeto; e um mesmo objeto não é idêntico a si, pois, para afirmar que uma relação (no caso, de identidade) existe, deve haver ao menos duas coisas diferentes para serem relacionadas.

Não obstante, para Russell, a identidade precisa ser admitida; o argumento a favor é o seguinte. Poderíamos sustentar que dois objetos são idênticos em um aspecto quando os dois possuem uma determinada relação com um terceiro objeto (aRc e bRc); mas seria então necessário sustentar ou que há uma identidade estrita entre os dois casos da relação determinada, ou que os dois casos da relação determinada possuem identidade, no sentido de ter uma determinada relação com um novo objeto. A segunda alternativa leva, porém, a um regresso vicioso (i.é, um regresso de análise; cf. §329). Logo, a primeira alternativa deve ser aceita, i.é, há uma identidade estrita entre os dois casos da relação determinada; e, para resolver a dificuldade em questão, é necessário sustentar que não são requeridos dois objetos diferentes para ter uma relação de identidade. É necessário que haja sempre um referente e um *relatum* da relação; porém, eles não precisam ser realmente distintos. Com efeito, quando a identidade é afirmada, eles não o são.

Mas se é assim, como poderemos explicar a utilidade de afirmações de identidade? Entra em cena aqui a teoria da denotação. Se dissermos “Edward VII era o rei do Reino Unido em 1903 d.C.”, asserimos com isso uma identidade; a razão pela qual essa asserção pode ser informativa é que, num lado da identidade, ocorre um objeto, e, no outro lado, ocorre um conceito denotativo que denota esse objeto – Edward VII sendo aqui o objeto, e *o rei do Reino Unido em 1903 d.C.* sendo o conceito denotativo. Claro está que existe aqui uma relação lógica envolvida, mas não asserida, entre o conceito denotativo e o objeto que ele denota; no caso, entre *o rei do Reino Unido em 1903 d.C.* e Edward VII.

É possível também que, numa asserção de identidade, ocorram dois conceitos denotativos e nenhum objeto, como em “o atual Papa é o último sucessor de São Pedro”. Novamente, há uma relação lógica envolvida entre os dois conceitos denotativos – *o atual Papa* e *o último sucessor de São Pedro*. Assim, torna-se possível explicar porque uma

asserção de identidade pode ser informativa ou útil: porque ela põe em evidência uma conexão lógica entre conceitos denotativos diferentes²⁷.

3.25 INFINITO E VAZIO

A teoria da denotação traz resultados importantes também para a noção de infinito e de nada. Consoante Russell (§72), no que respeita a classes infinitas, como a classe de números, deve ser observado que o conceito *todos os números* denota um objeto infinitamente complexo, embora não seja ele mesmo um conceito infinitamente complexo. “Esse é o mais íntimo segredo de nosso poder para lidar com o infinito”²⁸, diz Russell em §72. Um conceito infinitamente complexo, ainda que possa haver, não poderia ser manipulado pela inteligência humana. Mas classes infinitas, em virtude da noção de denotação, podem ser manipuladas sem a introdução de conceitos de complexidade infinita.

No que diz respeito ao nada e à noção de classe vazia, diz Russell que há certamente o conceito de *nada*; logo, em certo sentido, o nada é algo (§73). Mas isso não compromete Russell a dizer que o nada, em certo sentido, existe, pois, segundo a visão extensional de classes, uma classe sem nenhum objeto não é uma classe. Partindo do princípio de que um conceito pode ser denotativo ainda que não denote nada, Russell conclui que o que existe são conceitos de classe nulos, mas não classes nulas. O raciocínio pode ser posto também em termos de funções proposicionais: *a* é um conceito de classe quando “*x* é um *a*” é uma função proposicional. Ora, os conceitos denotativos formados a partir de *a* não denotam nada apenas se “*x* é um *a*” é falsa para todos os valores de *x*. Nesse caso, *a* será um conceito de classe nulo, e “*todos os a*” será um conceito de classe nulo. Exemplo: *todas as quimeras* expressa um conceito denotativo que não denota nada, pois a função proposicional “*x* é uma quimera” é falsa para todos os valores de *x*.

3.26 VARIÁVEL

Mais um resultado importante da teoria da denotação diz respeito à noção de *variável*: a teoria torna possível definir a noção de variável simplesmente como o objeto denotado pela expressão *qualquer objeto* (cf. §86, §88). Explicando: como vimos acima, *qualquer a* denota *a*₁ ou *a*₂ ou ... ou *a*_n; substituindo *a* por *objeto*, teremos isto como resultado: *qualquer objeto*

²⁷ Note-se que a resposta de Russell em POM para o problema da informatividade dos enunciados de igualdade é muito parecida com a que será por ele dada em OD.

²⁸ “This is the inmost secret of our power to deal with infinity.”

denota *objeto*₁ ou *objeto*₂ ou ... ou *objeto*_n. Alternativamente, a noção de variável pode ser definida em termos de função proposicional: a função proposicional “x é um termo qualquer” denotaria a classe de todos os termos. No entanto, Russell hesita com respeito à precedente definição, sob a consideração de que a variável precisa possuir *alguma* individualidade; caso contrário, quaisquer duas variáveis seriam indistinguíveis (§106). Uma variável é, então, o termo em *qualquer* proposição da classe denotada por uma dada função proposicional. Cabe lembrar que o entendimento da variável como o objeto que denota a classe de todos os termos está ligado à questão da universalidade da lógica, i.é, do entendimento de que o âmbito de variação da variável numa proposição qualquer é absolutamente universal.

Dissemos antes que a noção de denotação está envolvida de algum modo na contradição descoberta por Russell. O ponto fulcral é, pois, este: a tese de que toda função proposicional que não é nula define uma classe, a qual é denotada por “os x tais que ϕx ” (§84). Nessa tese imbricam-se as noções de função proposicional, classe e denotação. Essa tese é necessária para deduzir a contradição russelliana, sendo que outra tese necessária para tanto é o princípio de que toda classe pode ser tomada como um termo (cf. a discussão sobre classe como um e classe como vários). Contudo, foge ao escopo do presente trabalho versar especificamente sobre a contradição deduzida por Russell (i.é, o *Paradoxo de Russell*).

Na seção acima mencionada, §84, Russell diz algo interessante sobre a noção de *verdade*. Vale a pena citá-lo:

Quando consideramos *os x tais que ϕx* , em que ϕx é uma função proposicional, estamos introduzindo uma noção da qual, no cálculo de proposições, apenas um uso nebuloso é feito – a saber, a noção de *verdade*. Estamos considerando, entre todas as proposições do tipo ϕx , aquelas que são verdadeiras: os valores de x correspondentes constituem a classe definida pela função ϕx . (RUSSELL, 1992, p.88 – tradução nossa)²⁹

A questão que ora se impõe é: qual é precisamente a natureza e a extensão desse “uso nebuloso” (*shadowy use*)? Lembremos que, no início de POM, Russell sustenta que a matemática pura *usa* uma noção que não é estritamente matemática, qual seja a noção de verdade. Mas se a matemática só usa a noção de verdade, a disciplina a que compete teorizar sobre a verdade só pode ser a filosofia. Veremos adiante que, na teoria das descrições, Russell acaba por trabalhar de maneira explícita com a noção de verdade.

²⁹ “When we consider the *x*’s *such that ϕx* , where ϕx is a propositional function, we are introducing a notion of which, in the calculus of propositions, only a very shadowy use is made – I mean the notion of *truth*. We are considering, among all the propositions of the type ϕx , those that are true: the corresponding values of *x* give the class defined by the function ϕx .”

4 ON DENOTING E A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL

O objetivo desta seção é apresentar a teoria das descrições de Russell. Vale dizer que a teoria das descrições de Russell é uma teoria filosófica que articula noções de campos diferentes e importantes da filosofia, como a ontologia, a epistemologia, a lógica e a filosofia da linguagem. Por essa razão, a teoria produz desdobramentos interessantes para todos os campos acima mencionados. Por exemplo, um desdobramento importante na área da ontologia é a possibilidade de trabalhar com o que poderíamos chamar de “austeridade metafísica”³⁰, que é exemplificada pela tese de que descrições não estão por nenhum objeto, i.é, descrições são símbolos incompletos, que não representam nada isoladamente. Assim, torna-se desnecessária a suposição da existência ou subsistência de uma série de entidades duvidosas (o atual Rei da França, o círculo quadrado etc.), suposição que, de outro modo, poderia ser requerida. Para a epistemologia, por sua vez, há desdobramentos importantes relacionados com o assim chamado “princípio de *acquaintance*” – o princípio de que um sujeito deve estar *acquainted* com cada constituinte de qualquer proposição compreendida por esse sujeito; e com a distinção entre dois tipos de conhecimento daí decorrente, o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição. No que diz respeito à lógica e à filosofia da linguagem, a teoria das descrições traz conseqüências importantes para as noções de *denotação*, *significado*, *função proposicional*, *verdade*, para citar algumas.

O artigo em que é publicada pela primeira vez a teoria das descrições é *On Denoting*, de 1905, doravante referido simplesmente como OD. É importante salientar que o texto de OD, no modo exato em que foi publicado, é consideravelmente complicado de ler e apreciar; presume-se que o texto ficaria mais fácil de entender se os parágrafos acerca dos três problemas lógicos houvessem sido incluídos em um lugar diferente do original. Destarte, seguiremos em nossa análise uma ordem segundo a qual o texto de OD deve ser dividido em cinco blocos: o primeiro correspondendo à introdução e à discussão da teoria das descrições; o segundo, à apresentação de três problemas lógicos; o terceiro, à resolução dos três problemas lógicos e à apresentação de outros resultados da teoria das descrições; o quarto, à crítica russelliana das teorias de Meinong e Frege; e o quinto e último, ao argumento da elegia de Gray. Como os parágrafos não estão numerados no texto que utilizamos, introduzimos aqui uma numeração dos mesmos, conforme a qual o texto contém 38 parágrafos. A divisão acima proposta corresponderia então ao seguinte: introdução e apresentação da teoria das descrições:

³⁰ Seguindo nisso Peter Ludlow.

§§ 1-9; §§ 26-30; apresentação de três problemas lógicos: §§ 14-17; resolução dos três problemas lógicos e demais resultados da teoria das descrições: §§ 29-38³¹; crítica das teorias de Meinong e Frege: §§ 10-13; argumento da elegia de Gray: §§ 18-25.

Antes de iniciar a exposição da teoria das descrições, façamos uma necessária consideração terminológica: a palavra inglesa “descriptions”, cuja tradução natural seria “descrições”, só será usada por Russell mais tarde. Em OD, Russell não emprega ainda a palavra “descriptions”, e sim a expressão “denoting phrases”, que traduziríamos por “expressões denotativas” – que era a maneira como Russell se expressava em POM. Em OD, o que acontece é precisamente uma mudança na compreensão que Russell tinha da noção de expressão denotativa, e essa mudança de compreensão acabará levando a uma mudança no nome da noção, a qual passará a ser chamada de *descrição*. Por isso, preferiremos no presente trabalho o uso da palavra “descrições”, sempre que quisermos fazer referência à teoria apresentada em OD.

4.1 DESCRIÇÕES

Russell inicia OD dando exemplos de descrições. Por *descrição* devemos entender, no dizer de Russell, uma expressão como qualquer uma das seguintes:

[...] um homem, algum homem, qualquer homem, todos os homens, o atual Rei da Inglaterra, o atual Rei da França, o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX, a revolução da terra em torno do sol, a revolução do sol em torno da terra. Assim, uma expressão é denotativa em virtude apenas de sua *forma*. (RUSSELL, 1956, p.41 – tradução nossa)³²

Como devemos entender essa afirmação de que uma descrição é denotativa em virtude apenas de sua *forma*? Essa é uma afirmação crucial: todo o nosso entendimento da teoria das descrições está condicionado à interpretação dessa tese. Ora, descrições são entidades lingüísticas; logo, podemos inferir que descrições são denotativas em função de sua forma lingüística. Ainda assim, ficamos com uma dificuldade, pois o que significa dizer que todos os exemplos de descrições oferecidos acima possuem a mesma forma lingüística, i.é, em que sentido estamos usando essa noção abstrata de *forma lingüística*? Podemos observar que todos os exemplos oferecidos iniciam-se por um conjunto preciso e finito de palavras; não por

³¹ Os parágrafos 29 e 30 pertencem a dois blocos simultaneamente, porque Russell introduz uma distinção essencial à teoria ao passo que resolve um dos problemas lógicos.

³² “[...] a man, some man, any man, every man, all men, the present King of England, the present King of France, the centre of mass of the solar system at the first instant of the twentieth century, the revolution of the earth round the sun, the revolution of the sun round the earth. Thus a phrase is denoting solely in virtue of its *form*.”

acaso, as mesmas palavras sobre as quais Russell trabalhara em POM, quais sejam *todo*, *cada*, *qualquer*, *um*, *algum*, *o*. Isso leva-nos a propor, para os propósitos do presente trabalho, uma definição da noção de descrição nos seguintes termos: trata-se de uma expressão lingüística que inicia por uma palavra do conjunto {*todo*, *cada*, *qualquer*, *um*, *algum*, *o*} – ou flexões gramaticais das palavras que pertencem a esse conjunto – e que termina por um substantivo, qualificado ou não por adjetivos e/ou orações subordinadas adicionais.

No entanto, Russell admitia já em POM que poderíamos estender nossa consideração até abarcar *sinônimos* de *todo*, *cada*, *qualquer*, *um*, *algum*, *o*. E uma passagem no texto de OD permite-nos ir ainda além: na página 47, §13, Russell diz que ‘meu único filho’³³ é uma descrição. Logo, podemos concluir seguramente que descrições podem ser iniciadas também por pronomes possessivos, *e.g.* ‘seu único filho’, ‘nosso único filho’. Mas se é assim, nossa definição proposta acima precisaria ser qualificada. Caberia agora a pergunta: qual é precisamente a extensão da noção de descrição? Russell não é explícito. Tudo o que temos é um conjunto bem pequeno de exemplos, junto com a afirmação de que expressões semelhantes quanto à forma são descrições também. Isso significa que, em OD, não está determinado de antemão até que ponto é possível estender a noção de descrição, fazendo com que ela compreenda um número maior ou menor de itens.

Um ponto capital, no que diz respeito às descrições, é que elas serão entendidas como *símbolos incompletos*, noção essa que desempenhará a partir de OD um papel cada vez mais importante no pensamento russelliano. A noção de símbolo incompleto e a noção aparentada de *construção lógica* serão cruciais para o desenvolvimento posterior da filosofia russelliana. Descrições são símbolos incompletos, i.é, são entidades lingüísticas que não representam, falando estritamente, entidade alguma. Um nome próprio, como “Luís Inácio Lula da Silva”, está por uma entidade física, viva, bem determinada, individual. Por sua vez, a descrição “o presidente do Brasil em 2007 d.C.”, falando estritamente, não representa nada, pois é um símbolo incompleto; no entanto, qualquer sentença em que essa expressão ocorra expressará uma proposição com um valor de verdade precisamente determinado. Essa idéia russelliana é central para a correta compreensão da teoria das descrições.

Há outro ponto importante na discussão precedente: trata-se da comparação da teoria das descrições com a teoria dos conceitos denotativos de POM. Nesta última teoria, como

³³ Advertimos o leitor para o fato de que, no texto de OD que estamos citando, a convenção tipográfica para o uso de aspas é diferente daquela que é usada normalmente no português contemporâneo. A diferença consiste nisto: no texto de OD, as aspas simples são usadas em primeiro lugar, e as aspas duplas são usadas apenas no interior de uma expressão situada entre aspas simples. No português contemporâneo é o contrário; no entanto, com o intuito de não tornar as citações mais confusas do que poderão ser, quando citarmos o texto de OD, fã-lo-emos respeitando *sua* convenção tipográfica e não a nossa.

vimos antes, as “expressões denotativas” (precuroras das descrições) estariam por entidades chamadas *conceitos denotativos*, os quais, por sua vez, denotariam objetos. Essa visão é abandonada completamente por Russell em OD, na medida em que a noção de símbolo incompleto torna desnecessária a idéia de que há algum tipo de objeto que é denotado pelas descrições.

4.2 TRÊS TIPOS DE DESCRIÇÕES

É preciso começar pela importante observação de que Russell inicia o texto de OD com um linguajar que ainda se prende aos termos de sua teoria da denotação anterior, de POM. Depois, na continuação do texto de OD, Russell passará a falar mais estritamente, de acordo com sua nova teoria da denotação, isto é, a teoria das descrições, na qual descrições nunca denotam objetos, estritamente falando. Mesmo assim, há passagens em que Russell desliza e escreve em termos de sua teoria anterior.

Prossigamos então com a apresentação da teoria das descrições, mantendo em mente a ressalva do parágrafo acima. Para Russell, podemos distinguir três tipos de descrições: (i) descrições que não denotam nada – por exemplo, “o atual Rei da França”; (ii) descrições que denotam um objeto definido – por exemplo, “a atual Rainha da Inglaterra”³⁴ denota uma mulher definida; e (iii) descrições que denotam ambigualmente – por exemplo, “um homem” não denota muitos homens, mas sim um homem ambíguo (cf. p.41, §1). Um ponto a ser mencionado aqui é o seguinte: essa distinção tripartite não espelha necessariamente a forma lingüística das descrições; ou seja, Russell não está dizendo que só as descrições que começam por artigo definido podem denotar um objeto definido nem está dizendo que só as descrições que começam por artigo indefinido podem denotar ambigualmente. Por exemplo, a descrição “a cadeira de madeira” pode denotar ambigualmente uma cadeira, e a descrição “um político e ex-líder sindicalista que assumiu a Presidência da República do Brasil em 2003 d.C.” pode denotar perfeitamente um indivíduo determinado. Nesse contexto, as descrições podem ser divididas em três tipos *quanto a sua função*, i.é, quanto ao trabalho que desempenham nas sentenças em que ocorrem.

4.3 DESCRIÇÕES: SÍMBOLOS INCOMPLETOS

³⁴ O exemplo original de Russell é “o atual Rei da Inglaterra”, expressão que, em 1905 d.C., denotava um homem definido, o Rei Eduardo VII. Como em 2007 d.C. essa expressão não denota nada, seria muito enganador manter o exemplo original justamente nesse ponto, em que se pretende discriminar os tipos de descrições.

Russell toma a noção de *variável* como a primeira noção fundamental da teoria das descrições, i.é, como uma noção indefinível da teoria. Assim, ‘C(x)’ significa uma função proposicional de que x – a variável – é um constituinte, e na qual a variável é essencial e completamente indeterminada. Ademais, a noção expressa por ‘C(x) é sempre verdadeira’ é tomada na teoria das descrições como última e indefinível, sendo a noção por meio da qual as outras noções são definidas. Em outras palavras, a noção de *função proposicional sempre (universalmente) verdadeira* é tomada como a segunda noção fundamental e indefinível da teoria das descrições, ao lado da noção de *variável* (cf. Hylton, p.238).

Com esses materiais podem ser construídas duas importantes noções, quais sejam ‘C(x) é sempre verdadeira’ e ‘C(x) é verdadeira às vezes’; lembrando que, falando estritamente, a segunda noção seria redutível à primeira, bastando, para isso, tomá-la como significando ‘Não é verdade que “C(x) é falsa” é sempre verdadeira’. Partindo dessas duas noções, as descrições *tudo*, *nada* e *algo* – que são, para Russell, as mais primitivas das descrições – podem ser interpretadas da maneira seguinte:

1. C(tudo) significa ‘C(x) é sempre verdadeira’.
2. C(nada) significa ‘ “C(x) é falsa” é sempre verdadeira’.
3. C(algo) significa ‘É falso que “C(x) é falsa” é sempre verdadeira’.

Então, de acordo com a análise precedente, *tudo*, *nada* e *algo* são interpretadas como não tendo qualquer significado isoladamente, mas um significado é atribuído a qualquer proposição em cuja expressão verbal elas ocorram. Esse princípio merece ser destacado, pois é fundamental para a teoria da denotação que Russell está defendendo em OD. Repetimos: o mencionado princípio é que *descrições nunca possuem um significado (“meaning”) isoladamente*, em si mesmas; mas qualquer proposição em cuja expressão verbal elas ocorram possui um significado (cf. p.42-3, §4). Esse é, como vimos acima, o princípio de que *descrições são símbolos incompletos*.

Temos já aqui algumas teses centrais da teoria. Comparando com POM, vemos que Russell articula as noções de *função proposicional*, *variável*, *verdade*. No entanto, uma diferença marcante salta aos olhos: enquanto em POM a noção de *verdade* era só uma noção usada pela matemática, sem ser um constituinte genuíno das proposições da matemática, vemos em OD a noção de verdade desempenhando uma função muito relevante desde o começo, na forma da noção de função proposicional sempre (i.é, universalmente) verdadeira. Em que pese essa significativa utilização da noção de verdade, Russell não se compromete

explicitamente em OD com nenhuma teoria específica da verdade, como uma teoria da verdade como correspondência, uma teoria da verdade como coerência, ou qualquer outra.

De tudo isso depreende-se que três noções aparecem como as mais destacadas, como aquelas noções por meio das quais serão logicamente construídas as outras. São elas as noções de *função proposicional*, *variável*, e *sempre verdadeiro*. Cumpre ressaltar que a noção de *sempre verdadeiro* é aplicada a funções proposicionais, não fazendo, portanto, qualquer referência à noção de tempo: ou seja, para uma função proposicional, ser “sempre” verdadeira é equivalente a ser verdadeira para todos os valores da variável, e não, como um leitor incauto poderia pensar, ser verdadeira em todos os instantes do tempo. Isso é explicitado na página 43, §6, de OD. Ora, articulando as três noções acima mencionadas, teremos a noção expressa por ‘ $C(x)$ é sempre verdadeira’, a qual significa que a função proposicional C é verdadeira para todos os valores da variável.

Colocando o que foi dito acima nos termos de uma linguagem formal contemporânea, vê-se claramente que o que Russell está fazendo é tomar a noção de quantificação universal como fundamental e, por meio desta, definir a noção de quantificação existencial. Ele poderia ter tomado também o caminho inverso, i.é, poderia ter começado com a quantificação existencial e definido então a quantificação universal, mas não o fez. A existência dessas duas possibilidades, por seu turno, contaria como uma evidência em favor da interdefinibilidade dos quantificadores universal e existencial. Tendo tudo isso em vista, pode-se representar a posição de Russell da seguinte maneira:

- 1a. $C(\text{tudo})$ significa: $\forall x Cx$, o que é equivalente a: $\neg\exists x \neg Cx$.
- 2a. $C(\text{nada})$ significa: $\forall x \neg Cx$, o que é equivalente a: $\neg\exists x Cx$.
- 3a. $C(\text{algo})$ significa: $\neg\forall x \neg Cx$, o que é equivalente a: $\exists x Cx$.

4.4 TEORIA DAS DESCRIÇÕES INDEFINIDAS

Tornou-se tradicional fazer uma subdivisão importante no que toca à teoria das descrições: a subdivisão entre a teoria das descrições *indefinidas* e a teoria das descrições *definidas*, muito embora Russell não trace uma distinção conceitual explícita no texto de OD, apresentando ambas como integrantes de uma mesma teoria. Assim sendo, continuamos agora com a exposição da primeira destas. Segundo a teoria das descrições indefinidas, a proposição

expressa por ‘Eu conheci um homem’ deve ser interpretada como sendo equivalente à proposição expressa por ‘“Eu conheci x, e x é um homem” não é sempre falsa’ (cf. p.43, §5).

Um passo importante, ainda que breve, é este: a classe dos homens é definida como a classe dos objetos que possuem o predicado *humano*. Assim, Russell define: ‘C(um homem)’ significa ‘“C(x) e x é humano” não é sempre falsa’ (cf. p.43, §5). Isso faz com que a descrição ‘um homem’ deixe de ter um significado isoladamente; porém, qualquer proposição em cuja expressão verbal a descrição ocorra terá um significado. Temos aqui uma tese interessante: com ela, podemos fazer a transição entre predicados e funções proposicionais, de sorte que predicados podem ser analisados em termos de funções proposicionais, i.é, podem ser reduzidos a funções proposicionais. É verdade que a implicação vale para os dois lados, mas a noção de função proposicional é a que é tomada por Russell como indefinível, sendo a noção de predicado, portanto, uma noção definível por meio dela.

Considerando a proposição expressa por ‘Todos os homens são mortais’, Russell conclui que ela possui a forma lógica de um condicional e afirma que, se qualquer coisa é um homem, então ela é mortal. Ou seja, se x é um homem, então x é mortal, não importando aqui em que será instanciada a variável x. Assim, ‘Todos os homens são mortais’ passa a ser interpretada como equivalente a ‘“Se x é humano, então x é mortal” é sempre verdadeira’ (cf. p.43, §6). Levando a efeito uma generalização da análise precedente, Russell chega às seguintes conclusões:

4. ‘C(todos os homens)’ significa ‘“Se x é humano, então C(x) é verdadeiro” é sempre verdadeiro’.
5. ‘C(nenhum homem)’ significa ‘“Se x é humano, então C(x) é falso” é sempre verdadeiro’.
6. ‘C(alguns homens)’ significará o mesmo que ‘C(um homem)’, significando, portanto, ‘É falso que “C(x) e x é humano” é sempre falso’.
7. ‘C(cada homem)’ significará o mesmo que ‘C(todos os homens)’.

As mudanças em relação a POM podem ser postas nos seguintes termos: enquanto na teoria da denotação de POM Russell insistia em distinguir cinco casos de “combinações de termos” (no linguajar de 1903), aqui, os cinco casos são reduzidos a três. *Algum* é assimilado a *um*, e *cada* é assimilado a *todos*. Enquanto que Russell explica em POM as diferenças entre os casos mediante recurso à noção de denotação, as diferenças serão explicadas em OD mediante recurso à noção de *sempre verdadeiro*, somada à de negação.

Vale acrescentar que, numa linguagem formal contemporânea, a teoria das descrições indefinidas poderia ser expressa da seguinte maneira:

4a. ‘C(todos os homens)’ significa: $\forall x (Hx \rightarrow Cx)$.

5a. ‘C(nenhum homem)’ significa: $\forall x (Hx \rightarrow \neg Cx)$.

Isso é equivalente a: $\forall x \neg (Hx \wedge Cx)$, ou ainda a: $\neg \exists x (Hx \wedge Cx)$.

6a. ‘C(alguns homens)’ significa: $\neg \forall x (Hx \rightarrow \neg Cx)$.

Isso é equivalente a: $\exists x (Hx \wedge Cx)$

7a. ‘C(cada homem)’ significa: $\forall x (Hx \rightarrow Cx)$, que é o mesmo que (4a).

4.5 TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS

A teoria das descrições indefinidas pode ser expressa de modo geral da maneira que vimos acima. Cumpre apresentar agora a teoria das descrições definidas. A teoria das descrições definidas é a teoria sobre as descrições que iniciam³⁵ pelo artigo definido no singular, *o/a*. Segundo Russell, essas descrições são as mais difíceis de interpretar e também as mais interessantes. Por exemplo, a proposição expressa por ‘O pai de Carlos II foi executado’ afirma que houve um x que foi o pai de Carlos II e que x foi executado (cf. p.44, §7); mas Russell encarrega-se de mostrar que isso não é *tudo* o que ela afirma.

Russell faz uma ressalva que é absolutamente central e que precisa ser levada em conta por todo aquele que se ocupa com a teoria das descrições. Diz Russell que o artigo definido (*o/a*), *quando estritamente usado*, envolve unicidade. Podemos falar de ‘o filho de fulano’ mesmo quando fulano tem vários filhos, mas o correto seria falar ‘um filho de fulano’. Russell declara então que, para *seus propósitos*, tomará o artigo definido como envolvendo unicidade (cf. p.44, §7) – e seria mais correto dizer que o artigo definido, quando estritamente usado, *implica* unicidade. Ora, isso mostra claramente que Russell reconhecia uma diferença entre o que poderíamos chamar de *usos estritos* e *usos não-estritos* do artigo definido, mas que ele só estava preocupado, na teoria das descrições definidas, com os usos estritos. Em outras palavras, isso mostra que Russell estava ciente de usos não-estritos (i.é, “ambíguos”) do artigo definido, mas considerava tais usos mais como imprecisões gramaticais do que como contra-exemplos refutando sua teoria das descrições. Poderíamos dizer ainda que

³⁵ No texto original, Russell escreve “phrases containing *the*”. No entanto, isso não pode ser exatamente assim, pois uma expressão como “um dos países que venceram a Segunda Guerra Mundial” é uma descrição indefinida, embora contenha um artigo definido (“*a* Segunda ...”). É, pois, necessário que a expressão *comece* por um artigo definido, para contar efetivamente como uma descrição definida.

Russell não parecia preocupado em elaborar aquilo que os lingüistas contemporâneos chamam de *gramática descritiva* da língua inglesa de sua época.

Como dissemos, o artigo definido implica unicidade quando usado estritamente. E quando não é usado estritamente? A resposta não surpreende: quando não é usado estritamente, o artigo definido não implica unicidade, mas é preservado, contudo, o resto da análise. Assim, se alguém falar ‘a baleia é um mamífero’, dado que o artigo definido não está sendo usado estritamente nessa ocasião, não será implicada a condição de unicidade. A descrição ‘a baleia’, presente em ‘a baleia é um mamífero’, será analisada como uma descrição *indefinida*, a despeito de sua forma gramatical parecer indicar que se trata de uma descrição definida. Assim, ‘a baleia’ será interpretada como o x tal que x é baleia, i.é, Bx – uma função proposicional. A proposição expressa por ‘A baleia é um mamífero’ será interpretada como “‘Se x é uma baleia, então x é um mamífero’” é sempre verdadeira.

Seja como for: para Russell, quando dizemos ‘ x foi o pai de Carlos II’, afirmamos não só que x estava em certa relação com Carlos II, mas também que nada mais estava nessa relação. Assim, a interpretação oferecida pela teoria das descrições definidas é esta:

8. ‘O pai de Carlos II foi executado’ significa ‘Não é sempre falso de x que x gerou Carlos II e que x foi executado, e “se y gerou Carlos II, y é idêntico a x ” é sempre verdadeiro de y ’.

Segundo a análise russelliana, para qualquer função proposicional³⁶ C , C (o pai de Carlos II) *implica* a proposição expressa por ‘Não é sempre falso de x que x gerou Carlos II, e é sempre verdadeiro de y que “se y gerou Carlos II, y é idêntico a x ”³⁷. Essa análise acarreta duas conseqüências importantes: C (o pai de Carlos II) implica (i) que *há um* x tal que x é o pai de Carlos II, e (ii) que *há somente um* x tal que x é o pai de Carlos II. Assim, temos que qualquer afirmação sobre o pai de Carlos II *implica* uma condição de existência *e implica também* uma condição de unicidade, i.é, implica que haja um e somente um pai de Carlos II.

De modo generalizado, diremos que a análise oferecida pela teoria das descrições de qualquer proposição da forma C (o F) acarreta duas conseqüências: (i) a implicação da existência de no mínimo um F , e (ii) a implicação da existência de no máximo um F . A primeira conseqüência, a implicação de existência de no mínimo um F , é que qualquer

³⁶ No texto, Russell usa a palavra *statement*. No entanto, parece claro que, no contexto de ocorrência, essa palavra *statement* deve ser traduzida por *função proposicional*.

³⁷ No texto de OD, aquilo que chamaríamos de quantificadores encontra-se após as funções proposicionais, e não antes das funções proposicionais; por isso, a redação de Russell parece-nos esquisita. Assim sendo, colocamos aqui os quantificadores na ordem que nos seria mais natural.

proposição da forma $C(o F)$ será falsa se não houver *pelo menos um* F, i.é, se não existir ao menos alguma coisa que é F. Ou seja, nos casos em que F não possui nenhuma instância, a proposição que afirma C de F será falsa. Logo, $C(o \text{ círculo quadrado})$, $C(o \text{ atual Rei da França})$ e todas as proposições do gênero serão *falsas*.

A segunda conseqüência, a implicação da existência de no máximo um F, é que qualquer proposição da forma $C(o F)$ será falsa se houver *mais de um* F, i.é, se existir mais de uma coisa que é F. Ou seja, nos casos em que F possui mais de uma instância, a proposição que afirma C de F será falsa. Logo, $C(o \text{ número primo menor que } 10)$ será *falsa*, porque há mais de um número primo menor que 10; e o mesmo ocorrerá com todas as proposições do gênero, ou seja, todas elas serão *falsas*.

A análise acima exposta constitui, segundo Russell, um grande avanço em relação às teorias anteriores; e constitui provavelmente o resultado mais famoso da teoria. Com essa análise, podemos recusar que haja proposições sem um valor de verdade definido, i.é, podemos recusar a assim chamada “lacuna de valor de verdade” (*truth value gap*³⁸); sendo possível atribuir um valor de verdade definido a qualquer proposição, ou seja, sendo possível defender a validade irrestrita do princípio lógico do terceiro excluído. Lembrando que a validade irrestrita desse princípio é muito importante para a lógica e a matemática, haja vista o extensivo uso de deduções que têm a forma de redução ao absurdo, em ambas as disciplinas, e que empregam, portanto, o referido princípio.

Vertendo o que foi dito acima para linguagem formal contemporânea, dir-se-ia que a teoria das descrições analisa uma proposição como a expressa por “O pai de Carlos II foi executado” como consistindo não na afirmação de uma proposição atômica a respeito de um objeto, mas como consistindo na afirmação de uma proposição geral (i.é, quantificada) a respeito de certas classes. Assim, a teoria das descrições não analisa a referida proposição como tendo uma forma que seria representada em linguagem simbólica por:

9. Ep

Em que p designaria o pai de Carlos II e E designaria a classe daqueles que foram executados. Analisa-a, pois, como tendo uma forma que seria representada por:

$$10. \exists x ((Px \wedge \forall y (Py \rightarrow y=x)) \wedge Ex)$$

³⁸ Consta que Quine foi o primeiro a utilizar essa expressão.

Em que \exists designa o quantificador existencial, \forall designa o quantificador universal, P designa a classe dos pais de Carlos II, e E designa a classe daqueles que foram executados. Sendo assim, essa última (10) seria a maneira mais perspicua de representar numa linguagem simbólica contemporânea a proposição que é expressa pela sentença “O pai de Carlos II foi executado”.

4.6 RELAÇÃO ENTRE SENTENÇAS E PROPOSIÇÕES

Ainda segundo Russell, a teoria das descrições – englobando aqui as descrições indefinidas e definidas – oferece uma redução (ou análise) de qualquer sentença contendo descrições a sentenças em que tais expressões não ocorrem (cf. p.45, §9), entendendo aqui *sentença*³⁹ como a *expressão verbal de uma proposição*. Há que se observar, portanto, uma distinção absolutamente fundamental entre proposições e sentenças, i.é, entre proposições, de um lado, e expressões verbais de proposições, de outro. Ademais, há que se observar que dizer que uma sentença contendo descrições pode ser *analisada* em uma sentença não contendo descrições não equivale a dizer que uma sentença contendo descrições é *idêntica* a uma sentença não contendo descrições. De modo geral, dizer que A pode ser analisado em termos de B (ou reduzido a B) não é dizer que A é idêntico a B. Um corolário da teoria das descrições é que *uma mesma proposição* pode ser expressa verbalmente por mais de uma sentença (na verdade, por um número indefinido de sentenças): a *mesma proposição* que pode ser expressa por ‘O pai de Carlos II foi executado’ pode também ser expressa por uma outra sentença, ‘Não é sempre falso de x que x gerou Carlos II e que x foi executado e que “se y gerou Carlos II, y é idêntico a x” é sempre verdadeiro de y’.

De acordo com a teoria de Russell, uma descrição é essencialmente *parte* de uma sentença e não possui um significado (*significance*) próprio, como a maioria⁴⁰ das palavras que ocorrem nas sentenças possui. Se dissermos ‘Scott era um homem’, isso é uma sentença que expressa uma proposição da forma ‘x era um homem’ e que tem Scott como sujeito lógico. No entanto, se dissermos ‘o autor de *Waverley* era um homem’, isso não é uma sentença que expressa uma proposição da forma ‘x é um homem’ e que tem o autor de *Waverley* como sujeito lógico. Colocando de modo abreviado, dizemos que a teoria das descrições interpreta a descrição ‘o autor de *Waverley*’ como dizendo que ‘uma e somente

³⁹ As conotações jurídica e religiosa da palavra *sentença* devem ser ignoradas aqui. Usamos a palavra *sentença* para fazer referência tanto a frases quanto a orações, desde que constituam a expressão verbal de uma proposição.

⁴⁰ Com o passar dos anos, Russell vai mudando de posição, até o ponto em que essa “maioria” diminui consideravelmente de tamanho e torna-se uma “minoría”.

uma entidade escreveu *Waverley*'. Generalizando agora essa análise, teremos o seguinte: se quisermos dizer que o autor de *Waverley* possuía uma propriedade qualquer ϕ , poderemos fazê-lo com a sentença 'uma e somente uma entidade escreveu *Waverley*, e essa entidade possuía a propriedade ϕ ' (cf. p.51, §27).

Com a teoria das descrições, Russell fornece também uma nova explicação da noção de *denotação*, que tanto trabalho lhe havia dado em POM e que havia sido tomada lá como indefinível. Segundo a teoria das descrições, a proposição expressa por 'Scott era o autor de *Waverley*' é equivalente à proposição expressa por 'Uma e somente uma entidade escreveu *Waverley*, e Scott era idêntico a essa entidade'. De modo geral, se 'C' é uma descrição, pode ser o caso de existir uma e no máximo uma entidade x para a qual a proposição expressa por 'x é idêntico a C' é verdadeira, de acordo com a interpretação oferecida por Russell. Nesse caso, diremos que *a entidade x é a denotação da descrição 'C'*. Logo, Scott é a *denotação* de 'o autor de *Waverley*', e não o *significado* de 'o autor de *Waverley*'. O 'C' entre aspas simples será apenas a expressão lingüística (*phrase*), e não alguma coisa que poderia ser chamada de significado (*meaning*). A descrição, em si, não possui significado algum, pois cada proposição que pode ser expressa por sentenças contendo descrições pode ser expressa de forma completamente explícita por sentenças não contendo nenhuma ocorrência da descrição (cf. p.51, §28).

4.7 ESCOPO DE DESCRIÇÕES

Russell introduz uma importante distinção, que é crucial para o bom funcionamento da teoria das descrições e que deve, por isso, ser examinada em detalhe: trata-se da distinção entre *ocorrências primárias* e *ocorrências secundárias* de descrições (cf. p.52-3, §§29-31). É preciso dizer, contudo, que a caracterização dessa distinção, como oferecida por Russell no texto de OD, não é satisfatória; sendo, portanto, preciso adequá-la a um linguajar mais contemporâneo, ou seja, em termos de *escopos de descrições*.

A caracterização oferecida por Russell é esta: uma descrição possui ocorrência primária quando ela ocorre em uma proposição q , e uma descrição possui ocorrência secundária quando ela ocorre em uma proposição p que é um constituinte da proposição q ; de modo que a substituição da descrição deveria ser feita em p e não em q . Nas palavras de Russell:

A *secondary* occurrence of a denoting phrase may be defined as one in which the phrase **occurs** in a proposition p which is a mere constituent of the proposition we are considering, and the substitution for the denoting phrase is to be effected in p , not in the whole proposition concerned. (RUSSELL, 1956, p.52 – **negrito nosso**)

Colocando em outras palavras: sejam p e q duas proposições tais que p é um constituinte de q ; q pode ser então $\sim p$, ou $(p \rightarrow r)$, por exemplo. O que Russell estaria dizendo é que se a descrição ocorre em q , a descrição tem ocorrência primária; se a descrição ocorre em p , a descrição tem ocorrência secundária. O problema com essa concepção é que uma parte ocorre obviamente no todo de que ela é parte; se p é uma parte de q , tudo o que ocorrer em p ocorrerá necessariamente em q também. Logo, a caracterização oferecida por Russell não permite que se separem precisamente ocorrências primárias de ocorrências secundárias de descrições, devendo ser, pois, qualificada.

O ponto seria mais bem exposto se fosse empregada uma noção de *escopo* (ou *alcance*, ou ainda *âmbito de aplicação*) de descrições, pois isso é na verdade o que está em jogo. Falando mais precisamente, em termos de escopo, dir-se-á que uma descrição tem ocorrência primária quando seu escopo abrange a proposição q inteira, e uma descrição tem ocorrência secundária quando seu escopo se restringe a uma proposição p que é constituinte de q . No primeiro caso, trata-se do *escopo longo* e, no segundo caso, do *escopo curto* de descrições.

Tome-se o exemplo de Russell: “O atual Rei da França não é calvo”. Dependendo de como se entende o escopo da descrição, tem-se a descrição ocorrendo de maneira primária ou de maneira secundária. Interpretando-se a descrição como tendo escopo longo, i.é, como tendo ocorrência primária, a sentença significa “Uma e somente uma entidade é o atual Rei da França, e essa entidade não é calva”. Interpretando-se a descrição como tendo escopo curto, i.é, como tendo ocorrência secundária, a sentença significa “Não é o caso que uma e somente uma entidade seja o atual Rei da França e seja também calva”.

Em linguagem formal contemporânea, a distinção entre escopo longo e curto de descrições pode ser representada de modo perspicuo. A interpretação da descrição em “O atual Rei da França não é calvo” como tendo escopo longo produziria, pois, a seguinte proposição:

$$11. \exists x ((Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow y=x)) \wedge \neg Cx)$$

Por sua vez, a interpretação da descrição em “O atual Rei da França não é calvo” como tendo escopo curto produziria a seguinte proposição:

$$12. \neg \exists x ((Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow y=x)) \wedge Cx)$$

Como se vê de modo perspicuo, a proposição (11) tem a forma lógica de uma proposição existencial afirmativa, na qual se nega que um predicado se aplique aos valores da variável, enquanto que a proposição (12) tem a forma lógica de uma negação de uma afirmação existencial, em que o predicado é afirmado dos valores da variável. Levando em conta a diferença entre a forma lógica dessas proposições, infere-se facilmente que a diferença entre escopo longo e escopo curto de descrições importa grande diferença no tocante ao valor de verdade das proposições envolvidas. No exemplo acima, (11) é uma proposição *falsa*, pois afirma que existe um Rei da França atualmente, o que não é o caso; enquanto que (12) é uma proposição *verdadeira*, pois se trata de uma negação da afirmação da existência de algo que, efetivamente, não existe.

A distinção entre ocorrência primárias e secundárias de descrições é associada comumente à noção de *atitudes proposicionais*, e o próprio Russell, quando a introduz, utiliza um exemplo que recorre a atitudes proposicionais. Não vamos adentrar esse tema aqui, mas a noção de atitudes proposicionais remete a sentenças da forma “S crê que P”, “S sabe que P”, “S deseja que P”, “S receia que P”, em que S é um sujeito e P é uma proposição. Contudo, ao contrário do que um leitor incauto poderia pensar, a distinção entre ocorrências primárias e secundárias de descrições não precisa surgir necessariamente da consideração de relatos de atitudes proposicionais. Prova disso é que, na simples negação de uma proposição, já podemos lançar mão da distinção em questão, i.é, interpretar a descrição que ocorre na expressão verbal da proposição como tendo ocorrência primária ou⁴¹ ocorrência secundária.

A pergunta que ora se impõe é esta: o raciocínio acima poderia ser generalizado, de modo a fazer com que a teoria das descrições seja compatível não só com ocorrências primárias e secundárias de descrições mas também com ocorrências n-árias? Embora, no texto de OD, Russell não considere explicitamente a possibilidade de ocorrências n-árias de descrições, i.é, a possibilidade de um número indefinido de escopos de descrições, aquilo que ele diz não é incompatível com uma extensão da teoria de modo a cobrir tais casos.

4.8 TRÊS PROBLEMAS LÓGICOS

⁴¹ A disjunção é exclusiva.

Russell oferece também, como razão para aceitarmos a teoria das descrições, uma série de conseqüências importantes produzidas pela teoria. Ele destaca três problemas lógicos (*logical puzzles*) que ocorrem na teoria defendida anteriormente por ele (a teoria de POM) e que sua nova teoria consegue resolver satisfatoriamente. Vejamos primeiramente como esses problemas lógicos podem ser enunciados.

O primeiro é o problema que poderíamos chamar de *problema da identidade* (cf. p.47-8, §15) e é o seguinte: se *a* é idêntico a *b*, então tudo o que é verdadeiro de *a* é também verdadeiro de *b*, e qualquer um dos dois pode ser substituído pelo outro no interior de qualquer proposição, sem que isso altere a verdade ou a falsidade da proposição resultante. Ora, George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*; e Scott era de fato o autor de *Waverley*. Mas se Scott é idêntico ao autor de *Waverley*, então podemos substituir o autor de *Waverley* por Scott em qualquer proposição, inclusive na proposição de que George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*. Logo, podemos provar com isso que George IV queria saber se Scott era Scott – o que seria um absurdo, pois se presume que George IV não estava interessado no princípio de identidade. Esse é o problema, que poderia ser colocado também nos seguintes termos: como explicar que afirmações de identidade possam ter utilidade informativa?

O segundo problema é concernente ao *princípio do terceiro excluído* (cf. p.48, §16). Pelo princípio do terceiro excluído, temos que, para qualquer proposição, ou a proposição é verdadeira, ou sua negação é verdadeira, *tertium non datur*. Mas se é assim, ou a proposição expressa por ‘O atual Rei da França é calvo’ é verdadeira, ou a proposição expressa por ‘O atual Rei da França não é calvo’ é verdadeira. Porém, se enumerarmos todas as coisas que são calvas e todas as coisas que não são calvas, não encontraremos o atual Rei da França em nenhuma das duas listas. Então, nem o que é expresso por ‘o atual Rei da França é calvo’ é verdadeiro nem o que é expresso por ‘o atual Rei da França não é calvo’ é verdadeiro. Mas, se é assim, teríamos uma violação do princípio lógico do terceiro excluído.

O terceiro problema será chamado de *problema das proposições existenciais negativas* (cf. p.48, §17). Consideremos a proposição expressa por ‘A difere de B’. Se isso é verdade, então há uma diferença entre A e B, fato que pode ser expresso por ‘a diferença entre A e B subsiste’ – lembrando que Russell continua defendendo a distinção ontológica fundamental entre *ser* (ou *subsistência*) e *existência*. Mas se for falso que A difere de B, então não há diferença alguma entre A e B, fato que pode ser expresso por ‘a diferença entre A e B não subsiste’. Só que surge aqui um problema: como uma não-entidade pode ser o sujeito de

uma proposição? Não há problema em uma não-entidade ser o sujeito de uma sentença, mas como ela poderá ser o sujeito lógico de uma proposição? Destarte, pareceria ser autocontraditório negar o ser de qualquer coisa; por outro lado, admitir o ser de tudo leva em muitos casos a conseqüências intoleráveis (por exemplo, a defesa de Meinong de entidades como o círculo quadrado). Em conclusão: se A e B não diferem, tanto a suposição de que há como a suposição de que não há um objeto como ‘a diferença entre A e B’ parecem igualmente impossíveis.

Expostos os três problemas, consideremos como a teoria das descrições é capaz de resolvê-los. O primeiro problema é o da identidade, ou do conteúdo cognitivo de afirmações de identidade. Como mostrar que George IV não estava interessado em saber se a tautologia ‘Scott é Scott’ era verdadeira? Ora, a proposição expressa pela sentença ‘Scott é o autor de *Waverley*’ não contém o mesmo objeto duas vezes, i.é, Sir Walter Scott, enquanto expresso pelo nome ‘Scott’ e enquanto expresso pela descrição ‘o autor de *Waverley*’. E isso não ocorre porque a descrição ‘o autor de *Waverley*’ é um símbolo incompleto, que não está por nenhum objeto particular. Assim, na proposição expressa por ‘Scott é o autor de *Waverley*’, temos um único objeto sendo descrito de um modo determinado. Em outras proposições, o mesmo objeto poderia ser descrito de outros modos, como na proposição expressa por ‘Scott é o autor de *Ivanhoe*’.

Falando mais diretamente, o que Russell propõe é que uma sentença do tipo ‘Scott é o autor de *Waverley*’ seja analisada como correspondendo a ‘Scott escreveu *Waverley*, e é sempre verdadeiro de y que se y escreveu *Waverley*, y é idêntico a Scott’. Essa análise valeria para todas as sentenças do tipo, i.é para os enunciados ou afirmações de identidade.

A proposta russelliana deixar-se-ia expressar em linguagem formal contemporânea do modo seguinte: enunciados informativos de identidade não têm a forma lógica de uma identidade entre dois termos, i.é não têm esta forma:

$$13. a=b$$

Eles teriam sim esta forma lógica:

$$14. (Fa \wedge \forall y (Fy \rightarrow y=a))$$

Como se vê, tudo o que há em (14) são constantes lógicas e um único termo, qual seja *a*. Não mais se estaria afirmando a identidade entre dois termos, *a*, de um lado, e *b*, de outro lado; mas estar-se-ia afirmando que um termo possui um atributo e que mais nenhum termo

além dele possui esse atributo. Vê-se também aqui, pois, uma aplicação da idéia de que descrições são símbolos incompletos.

Segundo Russell, a distinção entre ocorrências primárias e secundárias de descrições, ou melhor, a diferença entre o escopo longo e o escopo curto de descrições permite resolver também o problema do terceiro excluído, i.é, o problema de saber se o atual Rei da França é calvo ou não. Nas palavras de Russell:

The distinction of primary and secondary occurrences also enables us to deal with the question whether the present King of France is bald or not bald, and generally with the logical status of denoting phrases that denote nothing. (RUSSELL, 1956, p.53)

Se 'C' é uma descrição, digamos 'o termo possuindo a propriedade F', então 'C tem a propriedade ϕ ' significa 'Existe um e somente um termo que tem a propriedade F e esse termo tem a propriedade ϕ '. Dito isso, a proposição expressa por 'O atual Rei da França é calvo' é falsa, bem como qualquer outra proposição que afirme qualquer propriedade ϕ do atual Rei da França, pela simples razão de que *a suposta entidade não existe*. Por outro lado, a proposição expressa por 'O atual Rei da França não é calvo' será falsa se for interpretada⁴² como 'Existe uma entidade que é atualmente o Rei da França e não é calva', mas será verdadeira se for interpretada como 'É falso que existe uma entidade que é atualmente Rei da França e é calva'. Ou seja, a proposição expressa por 'O atual Rei da França não é calvo' é falsa se a ocorrência da descrição 'o atual Rei da França' for interpretada como primária (descrição com escopo longo), mas é verdadeira se a ocorrência for interpretada como secundária (descrição com escopo curto).

É possível responder agora ao problema das proposições existenciais negativas, i.é, como é possível negar que exista um objeto como a diferença entre A e B quando A e B não diferem (vale dizer que Russell não apresenta nesse ponto do texto de OD uma solução condizente com o espírito da teoria das descrições, desviando-se do assunto). A solução dada pela teoria das descrições, portanto, parece relativamente simples: se A e B diferem, existe uma e apenas uma entidade x que torna verdadeira a proposição expressa por 'x é a diferença entre A e B'. Mas se A e B não diferem, não há essa entidade x. Ou seja, se A e B não diferem, não existe o x tal que x é a diferença entre A e B. Sucintamente: a introdução da variável e da quantificação resolve o problema.

Um ponto interessante, que se pode adicionar aqui, é que Russell sustentará mais tarde em *Principia Mathematica* que é possível falar de uma descrição como se ela fosse um termo

⁴² No texto original, *means*.

singular, desde que já tenham sido verificadas as condições de existência e de unicidade daquilo que se pretendia descrever (presumivelmente, se aquilo que é descrito deixar de existir num momento futuro, não se poderá mais falar na descrição como se fosse termo singular). Essa idéia é expressa na proposição *14.18 de PM, qual seja:

$$\vdash \therefore E!(\iota x)(\varphi x) \supset: (x).\psi x \supset. \psi(\iota x)(\varphi x).$$

Após a demonstração dessa proposição, escreve Russell então:

The above proposition shows that, provided $(\iota x)(\varphi x)$ exists, it has (speaking formally) all the logical properties of symbols which directly represent objects. Hence when $(\iota x)(\varphi x)$ exists, the fact that it is an incomplete symbol becomes irrelevant to the truth-values of logical propositions in which it occurs. (RUSSELL, 1927, p.180)

4.9 OUTROS RESULTADOS DA TEORIA DAS DESCRIÇÕES

Além de resolver os três problemas lógicos acima considerados, a teoria das descrições produz ainda outros resultados que são dignos de nota. Um desses é relativo ao tratamento de “não-entidades” meinongianas como o círculo quadrado, o número par primo diferente de 2, Apolo, Hamlet e assemelhados (cf. p.54, §33). Para Russell, todas essas entidades são apenas descrições que não denotam nada. Uma proposição sobre Apolo significa o que obtemos quando substituímos ‘Apolo’ por aquilo que, por exemplo, o dicionário nos diz de Apolo, algo como ‘o rei-sol’. Assim sendo, todas as sentenças em que a descrição Apolo tiver ocorrência primária expressarão proposições falsas; enquanto que algumas das sentenças em que a descrição tiver ocorrência secundária expressarão proposições verdadeiras. E assim de modo geral, para todas as entidades mitológicas e demais “não-entidades” (ou “pseudo-entidades”). Vemos aqui como será articulada a idéia de que aparentes nomes próprios podem ser interpretados como “descrições disfarçadas” (*disguised descriptions*). Essa idéia será expandida mais tarde, de modo que não só entidades mitológicas (como Apolo) ou literárias (como Hamlet) serão interpretadas como descrições disfarçadas, mas também entidades históricas o serão: o nome ‘Aristóteles’, em aparência um nome próprio, será interpretado como sendo uma descrição disfarçada, significando algo como, por exemplo, ‘o discípulo de Platão’ ou ‘o mestre de Alexandre’.

A teoria das descrições traz um resultado até na área teológica (cf. p.54, §33); Russell considera o efeito da teoria das descrições sobre uma versão do *argumento ontológico*⁴³ para a prova da existência de Deus. O raciocínio ‘o Ser mais perfeito possui todas as perfeições; a existência é uma perfeição; logo, o Ser mais perfeito existe’ deve ser interpretado como significando isto: ‘Existe uma e somente uma entidade x que é a mais perfeita; essa entidade tem todas as perfeições; a existência é uma perfeição; logo, essa entidade existe’. E esse raciocínio, diz Russell, não é válido, porque a premissa ‘existe uma e somente uma entidade x que é a mais perfeita’ não foi provada. Certamente, seria interessante discutir sobre a validade do argumento russelliano, mas isso foge ao escopo do presente trabalho.

Outro resultado da teoria das descrições concerne à matemática, mais especificamente às definições que usam descrições (cf. p.55, §35). Acrescenta Russell que a maioria das definições matemáticas é desse tipo. Por exemplo, tomemos a definição ‘ $m-n$ significa o número que, adicionado a n , dá m ’. Aqui, $m-n$ é definido como significando o mesmo que certa descrição (‘o número que, adicionado a n , dá m ’); mas vimos que descrições não possuem significado isoladamente. Logo, a definição, em sua forma completamente analisada, deveria ser a seguinte: ‘qualquer proposição contendo $m-n$ deverá ser interpretada como significando a proposição que resulta da troca de “ $m-n$ ” por “o número que, adicionado a n , dá m ”’. Assim, no caso em que há um e somente um número x que, adicionado a n , dá m , existe um e somente um número x que pode ser substituído por $m-n$ em qualquer proposição contendo $m-n$ sem que isso altere a verdade ou falsidade da proposição.

4.10 DESCRIÇÕES E EPISTEMOLOGIA

Mais um resultado importante da teoria das descrições dá-se na epistemologia (cf. p.55-6, §37). Quando há uma entidade de que não temos *acquaintance*, mas apenas definição pela via de descrições, as proposições em que essa entidade é apresentada por meio de uma descrição não contêm efetivamente a entidade como constituinte, mas contêm apenas os constituintes expressos pelas várias palavras da descrição. Assim, em cada proposição que podemos *apreender* (i.é, não somente em proposições sobre cuja verdade ou falsidade podemos julgar, mas em tudo sobre o que podemos pensar), todos os constituintes são efetivamente entidades com as quais possuímos *acquaintance*. Ora, entidades como a matéria, na acepção da física contemporânea, e as mentes de outras pessoas, são conhecidas apenas via

⁴³ Anselmo da Cantuária (1033-1109 d.C.) é comumente apontado como o responsável pelo argumento para provar a existência de Deus que, após Kant, ganhou o nome de *argumento ontológico*.

descrições, i.é, não estamos *acquainted* com elas. Conhecemo-las apenas como ‘aquilo que possui tais e tais propriedades’. Nesses casos, conhecemos as propriedades de alguma entidade sem ter *acquaintance* com a própria entidade e sem, conseqüentemente, conhecer qualquer proposição particular da qual a entidade é um constituinte. Não será, pois, por acaso que Russell escreverá anos depois duas obras importantes sobre a questão da matéria e sobre a questão da mente, respectivamente *Analysis of Matter* (1927) e *Analysis of Mind* (1921).

Seguindo aqui Peter Hylton (cf. p.245), diremos que a tese enunciada no parágrafo acima pode ser chamada de *princípio de acquaintance*. Segundo esse princípio, um sujeito deve estar *acquainted* com todos os constituintes de qualquer proposição que ele apreenda. Ora, o que está em jogo aqui? Um entendimento de como apreendemos proposições: só apreendemos aquelas proposições com cujos constituintes mantemos uma relação de *acquaintance*. Em certas proposições, como aquelas contendo descrições definidas, poderia parecer que objetos com os quais não temos *acquaintance* são os constituintes da proposição (“o atual Rei da França”); mas a análise dessas proposições em termos de descrições mostra que isso não é o caso.

Relacionada ao princípio de *acquaintance* está a distinção entre conhecimento por *acquaintance* e conhecimento por descrição (cf. p.41, §2): essa é a distinção entre as coisas de que temos “apresentações” (*presentations*), i.é, *acquaintance*, e as coisas que só conhecemos por meio de descrições. Segundo Russell, na percepção sensível temos *acquaintance* com os objetos de percepção, como cores, sons, cheiros, dor e prazer; enquanto que no pensamento temos *acquaintance* com objetos de natureza abstrata, como constantes lógicas e classes. Completa Russell: todo pensamento deve começar com *acquaintance*, mas é possível pensar sobre muitas coisas com as quais não temos *acquaintance*.

4.11 CRÍTICA DE RUSSELL A MEINONG

Até aqui, tratamos de apresentar a teoria das descrições. Mas Russell entende que uma razão importante para aceitar sua teoria reside nas dificuldades que apresentariam as teorias anteriores sobre o assunto, i.é, as teorias de Meinong e de Frege. Seria interessante discutir a exata medida em que a leitura feita por Russell das teorias de Meinong e de Frege condiz com as teorias que eles defenderam efetivamente. Contudo, essa discussão terá de ser feita de modo bastante sucinto no presente trabalho, porque uma discussão aprofundada desse tema afastaria o trabalho de seus objetivos principais.

Na breve exposição da teoria de Meinong que a partir de agora se efetua, segue-se Reinhardt Grossman⁴⁴, professor na Universidade de Indiana. Meinong fazia a distinção ontológica fundamental entre ser (subsistência) e existência, assim como Russell. Mas Meinong aventava a possibilidade de haver um terceiro modo de ser, para além dos dois modos de ser já referidos. O argumento de Meinong para embasar essa possibilidade poderia ser exposto assim: a *montanha de ouro* não existe nem subsiste. Mas o *fato*⁴⁵ de que a montanha de ouro não existe é, ele mesmo, algo que subsiste. Assumindo-se a tese de que algo só pode ser o constituinte de um fato se esse algo tiver algum modo de ser, conclui-se que a montanha de ouro, enquanto constituinte do fato de que a montanha de ouro não existe, teria de ter algum modo de ser. Esse modo de ser, por sua vez, teria de ser um terceiro modo de ser, distinto tanto da existência quanto da subsistência: a montanha de ouro teria ser enquanto um *objeto intencional*, presente à mente de quem nela pensa. E, para Meinong, objetos intencionais têm propriedades; por isso, é possível ter conhecimento acerca desses objetos intencionais.

Meinong defende, contudo, a posição bem peculiar de que a montanha de ouro *é uma montanha e é de ouro*; ela teria essas duas propriedades, ainda que não tivesse a propriedade de existir nem a propriedade de subsistir. Analogamente, o círculo quadrado seria um círculo e seria quadrado, mas não existiria nem subsistiria.

Passe-se agora à leitura que Russell fez de Meinong. De acordo com ela, Meinong considerava descrições como *estando por* constituintes genuínos das proposições em cujas sentenças elas ocorrem, ou seja, Meinong considerava descrições como tendo significado isoladamente. Para Meinong, qualquer descrição gramaticalmente correta estaria por um *objeto (Gegenstand)*. Logo, descrições como 'o atual Rei da França' e 'o círculo quadrado' estariam por objetos – a saber, o atual Rei da França e o círculo quadrado. Meinong admitia que esses objetos não teriam *subsistência*, muito embora fossem ainda assim objetos. Vale dizer que na nota de rodapé da página 48, referente ao parágrafo 17 de OD, Russell deixa explícito que está entendendo “subsistência” como um sinônimo de “ser” e como diferente de “existência” – ou seja, de acordo com a distinção ontológica fundamental de POM.

A verdadeira crítica de Russell a Meinong diz respeito, pois, à questão do círculo quadrado: mesmo que se concedesse que o círculo quadrado fosse circular e fosse também quadrado, sem ter existência nem subsistência, o que se diria do *círculo quadrado existente*?

⁴⁴ In: HONDERICH, Ted (Ed.). **The Oxford Companion to Philosophy**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995. P.548 e seguintes.

⁴⁵ Poder-se-ia falar talvez em *estado de coisas*. De todo modo, o que se quer aqui é referir àquilo que Meinong chama de *Objektives*.

Pelo mesmo raciocínio, o círculo quadrado existente teria de ser circular, quadrado *e existente*, ainda que não tivesse nem existência nem subsistência. Logo, o círculo quadrado existente teria de ser existente e não existente ao mesmo tempo, violando necessariamente o princípio de não-contradição. Nesse sentido, diz Russell:

It is contended, for example, that the existent present King of France exists, and also does not exist; that the round square is round, and also not round, etc. But this is intolerable; and if any theory can be found to avoid this result, it is surely to be preferred. (RUSSELL, 1956, p.45)

4.12 CRÍTICA DE RUSSELL A FREGE

Lembremos inicialmente as ressalvas feitas no começo da seção anterior. Consoante a leitura de Russell a teoria de Frege evitaria a violação do princípio de não-contradição efetuada por Meinong. Isso dar-se-ia por meio da famosa distinção entre o *sentido* e a *denotação*, que seriam os dois elementos de qualquer descrição. Cumpre fazer aqui uma consideração terminológica: usa-se *sentido* para traduzir aquilo que Frege chama em alemão de *Sinn*, enquanto que Russell chama em inglês de *meaning* e Geach e Black chamam de *sense* em sua edição das obras de Frege. Por seu turno, usa-se *denotação* para traduzir aquilo que Frege chama de *Bedeutung*, Russell chama de *indication* em POM e chama de *denotation* em OD, enquanto que Geach e Black chamam de *reference* em sua edição das obras de Frege.

Russell observa numa nota de rodapé que Frege distingue entre sentido e denotação em qualquer elemento lingüístico e não só nas descrições. Cita-se a passagem: “*Frege distinguishes the two elements of meaning and denotation everywhere, and not only in complex denoting phrases” (RUSSELL, 1956, p.46). De todo modo, tem-se que, consoante essa distinção, uma descrição como 'o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX' teria um sentido altamente complexo e uma denotação simples – i.é, um ponto. O sentido teria vários constituintes, mas a denotação não teria constituintes, pois seria simples. Na interpretação de Russell, Frege faz a distinção entre sentido e denotação valer universalmente, como já dito.

De acordo com Russell, se dissermos 'A Rainha da Inglaterra é calva', estaríamos fazendo uma proposição não sobre o sentido de uma descrição, mas sobre aquilo que é denotado pela descrição (a própria Rainha da Inglaterra). Mas se dissermos 'O Rei da França é calvo', por paridade de raciocínio, deveríamos estar fazendo também uma proposição sobre aquilo que é denotado por uma descrição. Contudo, não há nada que seja denotado pela

descrição 'o Rei da França', pois não há um Rei da França. Assim, esperaríamos que a proposição 'O Rei da França é calvo' se tornasse uma proposição sem sentido; mas isso não ocorre, porque, segundo Russell, trata-se de uma proposição simplesmente falsa. Cita-se a passagem: “Hence one would suppose that ‘the King of France is bald’ ought to be nonsense; but it is not nonsense, since it is plainly false” (RUSSELL, 1956, p.46).

O problema pode ser posto de maneira mais clara e sucinta. Se Frege sustentasse efetivamente a tese de que *todas as descrições* têm de fato sentido e denotação, como Russell parece sugerir, como poderia haver descrições que têm sentido, mas não têm denotação – como “o Rei da França”?

Cumpramos investigar, embora de modo sumário, se essa é a posição de Frege. Em *On Sense and Reference*⁴⁶, diz Frege acerca disso:

It may perhaps be granted that every grammatically well-formed expression representing a proper name always has a sense. But this is not to say that to the sense there also corresponds a reference. The words 'the celestial body most distant from the Earth' have a sense, but it is very doubtful if they also have a reference. The expression 'the least rapidly convergent series' has a sense but demonstrably has no reference, since for every given convergent series, another convergent, but less rapidly convergent, series can be found. In grasping a sense, one is not certainly assured of a reference. (FREGE, 1977, p.58)

Conclui-se disso que Frege admitia a possibilidade de descrições com sentido mas sem denotação. Logo, ou Russell não interpretou corretamente a posição de Frege, ou se exprimiu de maneira infeliz ao sugerir que toda e qualquer descrição teria sentido e também denotação para Frege.

Russell reconhece que Frege tinha uma solução para o problema das descrições sem denotação: uma denotação puramente convencional seria fornecida por definição. Assim, 'o Rei da França' teria como denotação a classe vazia; 'o único filho do senhor M', que possui dez filhos, teria como denotação a classe de todos seus filhos, e assim por diante. Contudo, essa solução seria muito artificial, na opinião de Russell, e, embora logicamente viável, não forneceria uma análise correta do assunto de um ponto de vista filosófico. Na verdade, o que Frege diz acerca desse ponto é o seguinte:

[...] Now languages have the fault of containing expressions which fail to designate an object (although their grammatical form seems to qualify them for that purpose) because the truth of some sentence is a prerequisite. [...]

This arises from an imperfection of language, from which even the symbolic language of mathematical analysis is not altogether free; even there combinations of symbols can occur that seem to stand for something but have (at least so far) no reference, e.g. divergent infinite

⁴⁶ Tradução para o inglês do original, *Über Sinn und Bedeutung* (1892).

series. This can be avoided, e.g., by means of the special stipulation that divergent infinite series shall stand for the number 0. A logically perfect language (*Begriffsschrift*) should satisfy the conditions, that every expression grammatically well constructed as a proper name out of signs already introduced shall in fact designate an object, and that no new sign shall be introduced as a proper name without being secured a reference. (FREGE, 1977, p.69-70).

Russell imputa ainda outra dificuldade à teoria fregeana, dificuldade essa relativa a proposições condicionais. Para Russell, uma proposição como 'Se *filho de Maria* é uma classe unitária, então *o filho de Maria* é um *filho de Maria*' deveria ser sempre verdadeira, pois a conclusão é verdadeira. Mas se *filho de Maria* não for uma classe unitária (i.é, se Maria tiver mais de um filho), então a descrição 'o filho de Maria' não denotará nada. Assim sendo, a proposição acima tornar-se-ia uma proposição sem sentido se *filho de Maria* não for uma classe unitária. Mas uma proposição condicional não se torna sem sentido simplesmente porque sua hipótese é falsa.

Novamente, vê-se que Russell não se expressou corretamente, já que Frege não tinha nenhum problema em admitir sentenças que expressam um sentido, mas que não têm denotação. Russell, portanto, parece não ter sido muito justo com Frege a esse respeito.

4.13 O ARGUMENTO DA ELEGIA DE GRAY

Resta examinar o argumento da elegia de Gray, que talvez seja mais complexo do que é famoso. Há extensa literatura secundária sobre o assunto, e foge completamente ao objetivo da presente dissertação oferecer algo como a interpretação *definitiva* do argumento. Não obstante, é necessário considerar o argumento, nem que seja em suas linhas gerais. Para levar a termo esse objetivo, buscar-se-á apoio no minucioso trabalho de Cláudio de Almeida sobre o assunto.

O argumento da elegia de Gray (§18-§25) é empregado por Russell com o intuito de mostrar a incoerência de certa teoria sobre o *sentido* e a *denotação*⁴⁷; mais especificamente, sobre a relação particular que se estabelece entre o sentido e a denotação de acordo com essa teoria. Russell acreditava que essa teoria era a de Frege e acreditava também que sua própria teoria dos conceitos denotativos, exposta em POM, era essencialmente igual à de Frege. Uma evidência de que Russell pretendia estar se reportando à teoria fregeana é que, no parágrafo 11 de OD, Russell indica uma nota de rodapé, na qual ele remete o leitor ao artigo *Über Sinn*

⁴⁷ Lembre-se aqui da consideração terminológica feita em 4.12: usa-se aqui *sentido* como tradução daquilo que, em alemão, Frege chama de *Sinn*; e, em inglês, Russell chama de *meaning*, enquanto que Geach e Black chamam de *sense*. Por seu turno, *denotação* está por aquilo que, em alemão, Frege chama de *Bedeutung*; e Russell chama de *indication* em POM e de *denotation* em OD, enquanto que Geach e Black chamam de *reference*.

und Bedeutung (1892) de Frege. Outra evidência, muito mais forte, é que, apenas dois anos antes, Russell havia discutido em profundidade as teorias de Frege no Apêndice A de POM e havia tratado aí explicitamente da distinção entre *Sinn* e *Bedeutung* (§476).

É interessante deter-se um pouco mais sobre esse último ponto. No dito Apêndice A de POM, Russell faz a seguinte consideração sobre a famosa distinção fregeana, que vale a pena de citar quase por inteiro:

476. *Meaning and indication*. The distinction between meaning (*Sinn*) and **indication** (*Bedeutung*)* is roughly, though not exactly, equivalent to my distinction between a concept as such and what the concept denotes (§96). [...] We must distinguish, he says, the meaning, in which is contained the way of being given, from what is indicated (from the *Bedeutung*). Thus “the evening star” and “the morning star” have the same **indication**, but not the same meaning. A word ordinarily stands for its **indication**; if we wish to speak of its meaning, we must use inverted commas or some such device (pp.27-8). The **indication** of a proper name is the object which it indicates; the presentation which goes with it is quite subjective; between the two lies the meaning, which is not subjective and yet is not the object (p.30). A proper name *expresses* its meaning, and *indicates* its **indication** (p.31).

*I do not translate *Bedeutung* by **denotation**, because this word has a technical meaning different from Frege's, and also because *bedeuten*, for him, is not quite the same as *denoting* for me. (RUSSELL, 1992, p.502 – negritos nossos)

Observa-se na passagem citada que Russell tinha lido com bastante atenção os textos de Frege. Observa-se ainda que, em POM, ou seja, apenas dois anos antes de OD, Russell traduziu *Bedeutung* por *indication*. Mas, em OD, portanto em 1905, traduziu *Bedeutung* por *denotation*. Terá mudado Russell sua compreensão acerca da teoria fregeana, ou terá ele mudado a compreensão que tinha acerca de sua própria teoria? Ora, Russell acreditava na época de POM que sua teoria era diferente da teoria de Frege, portanto seria justificado o emprego de palavras diferentes (i.é, *indication* e *denotation*). Com algum tempo de reflexão, porém, imagina-se que Russell deve ter percebido que sua teoria de POM era essencialmente uma duplicação da teoria de Frege; logo, não seria mais necessário utilizar palavras diferentes. Sendo assim, em OD, *Bedeutung* é traduzido diretamente por *denotation*.

Passemos agora ao argumento da elegia de Gray, que é exposto em oito complicados parágrafos de OD. É possível fazer uma reconstrução do argumento em cinco passos, seguindo a esteira de Almeida (cf. p.71-2). Esse é o caminho que será adotado no presente trabalho. Para que o argumento possa ser corretamente exposto, porém, será necessário fazer antes algumas considerações preliminares bastante importantes.

A primeira dessas considerações vincula-se à própria distinção entre sentido e denotação. Frege, diz Russell, distingue dois *elementos* (ou *lados*) em uma descrição: (i) o *sentido* da descrição e (ii) a *denotação* da descrição. Ainda segundo Russell, Frege não

restringe essa distinção a descrições, mas aplica-a a qualquer elemento lingüístico (incluindo nomes próprios). É importante frisar aqui que, embora o sentido e a denotação constituam entidades independentes, os dois encontram-se ligados intimamente a uma descrição. As relações que se estabeleceriam entre descrição, sentido e denotação seriam, portanto, as seguintes: (i) uma descrição *expressa* um sentido; (ii) uma descrição *denota* uma denotação; e (iii) o sentido de uma descrição *denota* uma denotação.

A segunda consideração preliminar diz respeito à noção de *complexo denotativo*, que não havia aparecido até aqui. É necessário explicitar o que ela significa, pois a noção de complexo denotativo acaba tendo um papel muito importante no argumento da elegia de Gray. Ora, foi dito antes que uma descrição é uma entidade lingüística; pois bem, um complexo denotativo poderia ser definido então como sendo o *sentido que é expresso por uma descrição*. De modo sucinto, pode-se dizer que um complexo denotativo é um sentido. Disso depreende-se ainda que um complexo denotativo é uma entidade não-lingüística. Nas palavras de Almeida, em uma nota de rodapé:

¹³ In PoM [*Principles of Mathematics*], Russell used “denoting concept” to refer to the meaning expressed by a denoting phrase; in OD [*On Denoting*], he opted for “denoting complex”. In his pre-OD work, he used “denoting concept”, “denoting complex” and “denoting meaning” interchangeably. (ALMEIDA, 1998, p.19).

Poder-se-ia dizer então, tomando por base a citação acima, que um complexo denotativo é o mesmo que um conceito denotativo? O problema com a noção de conceito denotativo, segundo Almeida, é que, apesar do nome que Russell lhe deu, um conceito denotativo não funciona como um conceito. Um conceito denotativo, diz Almeida, contém conceitos, mas comporta-se efetivamente como um termo⁴⁸ – um termo complexo, mas um termo: “As it turns out, Russell’s ‘denoting concepts’ **are not** concepts: they contain concepts but clearly behave like **terms**” (ALMEIDA, 1998, p.37). Nesse caso, o melhor será utilizar a expressão “complexo denotativo”, e é o que faremos no que se segue.

A terceira consideração preliminar versa sobre aquilo que se poderia chamar de a *questão tipográfica*. A questão tipográfica vincula-se ao efeito produzido pelo uso de aspas simples⁴⁹, aspas duplas⁵⁰ ou barras (barras de fração; barras diagonais). Ver-se-á que essa questão tem conseqüências filosóficas surpreendentes. Por exemplo: Russell entendia que quando se quer falar sobre o sentido de uma descrição, por oposição a sua denotação, o modo

⁴⁸ Observação: usa-se aqui *termo* no sentido de termo singular, i.é, oposto a conceitos e relações, com o fim de seguir a terminologia de Almeida. Confronte-se isso com o que foi dito na seção 3.13 a respeito de termos.

⁴⁹ Ou aspas inglesas.

⁵⁰ Ou aspas americanas.

natural de fazer isso seria usar aspas simples; essa idéia será chamada de *hipótese das aspas simples*⁵¹. Conforme essa hipótese, deveria ser possível falar precisamente sobre o sentido de uma descrição por meio de um recurso tipográfico corriqueiro, como o uso de aspas simples. Nesse espírito, diz Russell:

15a. O centro de massa do sistema solar é um ponto, não um complexo denotativo.

15b. ‘O centro de massa do sistema solar’ é um complexo denotativo, não um ponto.

E, analogamente:

16a. A primeira linha da elegia de Gray expressa uma proposição⁵².

16b. ‘A primeira linha da elegia de Gray’ não expressa uma proposição.

A dificuldade aqui reside no fato de que, como foi dito há pouco, existe uma diferença fundamental entre descrições e complexos denotativos. Russell utiliza, no entanto, o mesmo recurso tipográfico – as aspas simples – para falar de descrições e para falar de complexos denotativos. Isso produz confusões enormes no curso do argumento da elegia de Gray. Portanto, seguir-se-á aqui⁵³ o expediente introduzido por Nicholas Griffin e adotado também por Cláudio de Almeida, o qual consiste em usar *barras* para falar de complexos denotativos e *aspas duplas* para falar de descrições. Assim, tem-se:

15c. O centro de massa do sistema solar é um ponto.

15d. /O centro de massa do sistema solar/ é um complexo denotativo.

15e. “O centro de massa do sistema solar” é uma descrição.

⁵¹ Confronte-se isso com o que Frege diz (na tradução de Geach e Black) em *On Sense and Reference*: “If words are used in the ordinary way, what one intends to speak of is their reference. It can also happen, however, that one wishes to talk about the words themselves or their sense. This happens, for instance, when the words of another are quoted. One's own words then first designate words of the other speaker, and only the latter have their usual reference. We then have signs of signs. In writing, the words are in this case enclosed in quotation marks. Accordingly, a word standing between quotation marks must not be taken as having its ordinary reference”. (FREGE, 1977, p.58-9)

⁵² A saber: “The curfew tolls the knell of parting day”. Na tradução de D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna (1750-1839), ter-se-ia o seguinte: “Avisa o sino que esmorece o dia”.

⁵³ Abandonando, pois, deste ponto em diante, o respeito à convenção tipográfica de OD que havíamos sustentado até aqui.

Assim, a hipótese russelliana das aspas simples é transformada numa *hipótese das barras*, consoante a qual quando se quer falar sobre o *sentido* expressado por uma descrição, deve-se colocar a descrição entre barras, como ocorre em (15d).

Agora estamos preparados para encetar o argumento da elegia de Gray propriamente dito. O **primeiro** passo do argumento corresponde, pois, à introdução das *barras*, com as quais se esperaria formar *nomes* de complexos denotativos, por meio de um recurso tipográfico. Em outras palavras, é a admissão da hipótese das barras.

O **segundo** passo corresponde à descoberta de que não se pode falar sobre sentidos (ou complexos denotativos) a não ser via *descrições*; sendo assim, “/C/”, que é o que se usa para falar sobre o sentido da descrição “C”, não pode ser um nome; ou seja, “/C/” tem de ser uma descrição. Desenvolva-se melhor esse passo. Um complexo denotativo é uma entidade tal que, quando ele ocorre como o sujeito de uma proposição, a proposição não é sobre o complexo denotativo, mas sim sobre aquilo que é denotado pelo complexo denotativo. Essa é a natureza dos complexos denotativos. Mas se é assim, quando se quer falar sobre um complexo denotativo, ele não pode ocorrer como o sujeito da proposição que se imaginaria que fosse sobre ele.

Volte-se a (15d). Como /o centro de massa do sistema solar/ é um complexo denotativo, que possui precisamente a função de denotar sua denotação, tem-se que aquilo que é afirmado por (15d) equivale ao que é afirmado por isto:

15f. O centro de massa do sistema solar é um complexo denotativo.

E essa afirmação é falsa, porque o centro de massa do sistema solar é um ponto. Sendo assim, com respeito ao emprego de barras, percebe-se que a expressão formada por uma descrição que é posta dentro de barras não pode ser entendida como um *nome* de um complexo denotativo, mas tem de ser entendida como uma *descrição* que expressa um complexo denotativo, o qual, por sua vez, denota o complexo denotativo sobre o qual se quer falar (cf. ALMEIDA, 1998, p.39-40).

O **terceiro** passo do argumento corresponde a perceber que se /C/ é um complexo denotativo que denota C, então /C/ não pode conter C como constituinte. Em outras palavras, não há como /C/ ser um mero *aspecto* (ou lado, ou elemento) de C, que seria chamado de “o sentido de C”. /C/ tem de ser uma entidade e C uma outra entidade, havendo, portanto, duas entidades tais que /C/ denota C.

O **quarto** passo corresponde à realização daquela que Almeida chama de a “pergunta fatal”: “we then ask the fatal question: ‘where are we to find the denoting complex /C/ which is to denote C?’ We certainly cannot obtain /C/ by going, as it were, backwards from the denotation to a meaning which denotes it” (ALMEIDA, 1998, p.72). Esse ponto pode ser colocado de outra maneira: vimos no terceiro passo a restrição de que C não pode ser um constituinte de /C/, no modo em que, por exemplo, o motor de um automóvel é um constituinte desse automóvel. Mas se é assim, então o complexo denotativo que deve denotar C poderia ser /D/, ou /E/, ou /F/ etc. Ou seja, podem-se formar vários complexos denotativos que denotam C; e, no limite, pode-se construir um número infinito de complexos denotativos que denotam C.

A pergunta russelliana fica assim mais clara: qual é a relação entre C e /D/, por exemplo, duas entidades tais que nem C é constituinte de /D/ nem /D/ é constituinte de C? Só pode ser uma relação completamente exterior, inteiramente extrínseca. Ora, pela hipótese das barras, o sentido de C deveria ser expresso precisamente por /C/ e não por outra coisa – i.é, não por /D/, /E/, /F/ ou qualquer outro complexo denotativo. Imaginava-se que havia alguma relação mais íntima entre C e /C/, relação essa que o uso de barras apenas se encarregaria de exibir de um modo perspicuo. Imaginava-se enfim que C *era* um constituinte de /C/. Mas Russell mostra que isso não pode ser o caso.

O **quinto** e último passo corresponde a compreender que, pela razão de que /C/ não pode estar mais intimamente relacionado a C do que qualquer um dos infinitos sentidos que denotam C, não existe nenhuma boa resposta para a pergunta do passo acima. Sendo assim, a relação entre /C/ e C mostra-se uma embrulhada irremediável, provando que toda a distinção entre sentido e denotação foi concebida de maneira errônea.

Infere-se de tudo isso que uma teoria satisfatória sobre a denotação deve dispensar a distinção entre sentido e denotação, ao menos nos termos em que foi acima exposta. E a teoria das descrições de OD, segundo Russell, é uma teoria sobre a denotação que preenche essa condição.

5 ON REFERRING E A CRÍTICA DE STRAWSON À TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL

O objetivo desta seção é apresentar a importante crítica de Peter Frederick Strawson (1919-2006) à teoria das descrições de Russell, publicada em 1950 no artigo *On Referring* (doravante chamado simplesmente OR), bem como apresentar a teoria da referência de Strawson em suas linhas mais gerais. A crítica de Strawson é tomada comumente como a primeira crítica de relevo à teoria das descrições. Nas palavras do próprio Strawson, a teoria das descrições de Russell seria tomada pelos lógicos como oferecendo uma explicação correta da utilização de descrições na linguagem ordinária⁵⁴; no entanto, essa teoria, assim considerada, conteria erros fundamentais. Ora, 45 anos passaram-se entre a publicação de OD por Russell e a publicação de OR por Strawson; esse intervalo de tempo não deve ser ignorado em nosso trabalho, de vez que o decurso de quase meio século é suficiente para que ocorram mudanças consideráveis no modo de pensar da comunidade filosófica, bem como naquilo que poderíamos chamar de “agenda filosófica”, i.é, o programa de problemas que os filósofos buscam resolver. Falando mais especificamente, no quase meio século que separa OD de OR, desenvolveu-se a assim chamada *filosofia da linguagem ordinária*, baseada em Oxford e capitaneada por pensadores como Gilbert Ryle (1900-1976), John Wisdom (1904-1993), John Langshaw Austin (1911-1960), além do próprio Strawson. É costumeiro indicar também o pensamento do assim chamado “segundo Wittgenstein” – i.é, o Ludwig Wittgenstein (1889-1951) das *Investigações Filosóficas* – como uma das principais fontes de inspiração dos filósofos em questão.

É relativamente bem conhecido o fato de que Russell não possuía uma opinião positiva sobre a filosofia da linguagem ordinária, a qual considerava como “preguiçosa” e superficial; e, reciprocamente, os filósofos da linguagem ordinária não tinham em alta conta a filosofia de Russell, julgando-a metafísica, antiquada e representativa de um “sonho de formalização” inviável. Em que pese o fato de os dois lados da presente contenda não terem opiniões muito boas um sobre o outro, buscaremos analisar equilibradamente os argumentos de um e de outro lado.

⁵⁴ Uma questão interessante seria discutir se lógicos como Carnap, Gödel e Quine tomaram a teoria das descrições dessa maneira, i.é, como oferecendo uma explicação correta do que se passa na *linguagem ordinária*.

5.1 OS PROPÓSITOS DA TEORIA DAS DESCRIÇÕES

Strawson inicia seu exame da teoria das descrições de Russell perguntando-se (cf. p.2) pelo propósito original dessa teoria. Em outras palavras, Strawson pergunta: que problemas a teoria das descrições, supostamente, deveria resolver, quando foi desenvolvida? Pelo menos uma das questões que a teoria pretendia solucionar pode ser introduzida da seguinte maneira: suponha que alguém proferisse a sentença “O rei da França é sábio”. Nesse caso, segundo Strawson, ninguém diria que a sentença proferida é desprovida de significação (*meaningless*); todo mundo concordaria que ela é significante (*significant*). Porém, todo mundo sabe que não há atualmente um rei da França.

Segundo Strawson, uma das questões que, originalmente, a teoria das descrições deveria resolver é esta: como pode uma sentença como “O rei da França é sábio” ser significante mesmo quando não há nada que corresponda à descrição contida na sentença? Para Strawson, Russell julgava que havia uma resposta possível, mas errada, à pergunta anterior. Trata-se da resposta segundo a qual, em algum mundo, uma entidade como o rei da França existiria ou subsistiria. Poderíamos chamá-la de “a resposta de Meinong”, já que essa é em linhas gerais a posição de Meinong⁵⁵ sobre o assunto. Segundo Strawson, a resposta de Meinong apareceria como sendo a conclusão logicamente inevitável de dois argumentos que Russell estava preocupado em refutar. A despeito da preocupação de Russell em refutá-los, Strawson afirma que os dois argumentos são obviamente inválidos. Os argumentos em questão podem ser formulados do seguinte modo: seja S a sentença “O rei da França é sábio”. Então:

Argumento 1:

- (1) A expressão “o rei da França” é o sujeito gramatical da sentença S.
- (2) Portanto, se S é uma sentença significante, S é uma sentença *sobre* o rei da França.
- (3) Mas se não houver em algum sentido um rei da França, então a sentença S não será sobre nada e, portanto, não será sobre o rei da França.
- (4) Dado que S é significante, deve existir (ou subsistir) em algum sentido (em algum mundo) o rei da França.

⁵⁵ Lembrando que qualquer estudo mais detalhado das posições de Meinong se encontra fora do escopo do presente trabalho.

Argumento 2:

- (1) Se S é significante, então S é ou verdadeira, ou falsa.
- (2) S é verdadeira se o rei da França é sábio e é falsa se o rei da França não é sábio.
- (3) Mas o enunciado de que o rei da França é sábio e o enunciado de que o rei da França não é sábio são verdadeiros apenas se há (em algum sentido, em algum mundo) algo que é o rei da França.
- (4) Então, como S é significante, deve existir (ou subsistir) em algum sentido (em algum mundo) o rei da França.

Ainda que não sejam formalmente incorretos, os dois argumentos são descartados por Russell. Para Russell, a postulação de um mundo de entidades estranhas, ao qual o rei da França pertenceria, choca-se com o “sentimento de realidade que deveria ser preservado até nos estudos mais abstratos” (RUSSELL apud STRAWSON, 1971, p.3). E, no que toca a esse sentimento de realidade, Strawson declara estar de acordo com Russell. Strawson acompanha Russell na rejeição dos dois argumentos.

Mais especificamente, as razões oferecidas por Russell para rejeitar esses argumentos poderiam ser resumidas da seguinte maneira: o erro fundamental dos argumentos está em pensar que “o rei da França” é o sujeito *gramatical* de S e indica ao mesmo tempo o sujeito *lógico* de S. Acontece que “o rei da França” não indica o sujeito lógico de S; embora S seja gramaticalmente da forma sujeito-predicado, sua forma lógica é de fato bem diversa. Para Russell, pois, a forma lógica de S seria de um tipo complexo de proposição existencial: aquilo que, nas palavras de Strawson, poderia ser chamado de proposição *existencial individualizadora (uniquely existential)*.

Sendo assim, a resposta de Russell poderia ser generalizada da seguinte maneira: para qualquer sentença P semelhante a S na medida em que: (A) P é gramaticalmente da forma sujeito-predicado, e (B) o sujeito gramatical de P não se refere a nada, então (C) a única maneira de P não ser uma sentença desprovida de significação é que P não seja logicamente da forma sujeito-predicado, mas seja de uma forma lógica diferente. Em outras palavras, trata-se da tese $(A \text{ e } B) \rightarrow C$. Se uma sentença P tem a forma gramatical sujeito-predicado, e se o sujeito gramatical de P não se refere a nada, então a forma lógica de P não poderá ser sujeito-predicado, para que P seja significante.

Todavia, no entender de Strawson, essa tese de Russell implica uma segunda tese: se há sentenças que são *logicamente*⁵⁶ da forma sujeito-predicado, então o simples fato de elas serem significantes, i.é, de terem uma significação, garante que *há* algo que é referido por seu sujeito lógico e gramatical. Essa é uma tese que Russell aceita, mas Strawson não.

Além disso, a resposta de Russell parece implicar ainda uma terceira tese, a saber: que há efetivamente tais sentenças, ou seja, que *há* efetivamente sentenças que possuem a forma *lógica* sujeito-predicado, e que, portanto, há algo que é referido por seu sujeito lógico e gramatical.

5.2 CRÍTICA À TEORIA DOS NOMES LOGICAMENTE PRÓPRIOS

De acordo com Strawson, a fim de mostrar não só que a teoria russelliana parece implicar as três teses acima vistas, mas também que Russell aceitava explicitamente as duas primeiras, basta considerar a teoria russelliana dos nomes logicamente próprios (*logically proper names*). Na teoria dos nomes logicamente próprios, Russell defende que: (i) só os nomes logicamente próprios podem ocorrer como os sujeitos lógicos de sentenças que possuem a forma lógica⁵⁷ sujeito-predicado; e (ii) uma expressão que se pretenda um nome logicamente próprio é *sem significação* (*meaningless*) a não ser que haja um único objeto que a expressão designe (*for which it stands*), pois a *significação* (*meaning*) dessa expressão é simplesmente o objeto individual que ela designa (*designates*). Para ser um nome logicamente próprio, então, a expressão deve designar algo particular.

Ainda segundo Strawson, Russell só reconheceria duas maneiras em que podem ser significantes sentenças cuja estrutura gramatical indicaria que são sobre uma pessoa, um objeto ou um evento particular – i.é, sentenças singulares com a forma gramatical sujeito-predicado. Essas duas maneiras seriam: (i) a forma gramatical dessas sentenças seria enganadora quanto a sua forma lógica; por essa razão, tais sentenças deveriam ser analisadas à maneira de “O rei da França é sábio”, ou seja, como sendo um tipo especial de sentença existencial (a saber, uma sentença existencial individualizadora). E (ii) o sujeito gramatical dessas sentenças deveria ser um nome logicamente próprio, cuja *significação* (*meaning*) é simplesmente a coisa individual que é designada pelo nome.

⁵⁶ No texto original, lemos “[...] sentences which are genuinely of the subject-predicate form [...]”; porém, no contexto dessa citação, Strawson está opondo a forma gramatical à forma lógica de sentenças. Assim, quando ele fala em sentenças que são genuinamente da forma sujeito-predicado, parece claro que está se referindo a sentenças que são *logicamente* da forma sujeito-predicado.

⁵⁷ Novamente, Strawson fala em “sentences which are genuinely of the subject-predicate form”. Cf. nota de rodapé acima.

Strawson, porém, sustenta que Russell está errado em defender as teses acima. Para Strawson, sentenças significantes que começam por uma expressão com utilização referencial individualizante não se enquadram em nenhum dos dois casos acima. Expressões utilizadas de modo referencial individualizante nunca são nomes logicamente próprios ou descrições, se entendermos por “descrições” aquilo que deve ser analisado de acordo com o modelo fornecido pela teoria russelliana das descrições. Segundo Strawson, não há nomes logicamente próprios nem descrições no sentido de Russell.

5.3 TEORIA DA REFERÊNCIA DE STRAWSON: UTILIZAÇÃO REFERENCIAL INDIVIDUALIZANTE DE EXPRESSÕES

Estivemos apresentando até aqui as críticas de Strawson à teoria das descrições de Russell. Mas Strawson possui também suas próprias teses positivas sobre o assunto, particularmente sobre a questão da referência, as quais devemos examinar. A primeira grande tese que Strawson defende em OR (cf. p.1) é a tese de que nós, falantes, utilizamos freqüentemente expressões de certos tipos para mencionar ou fazer referência (*refer*)⁵⁸ a uma pessoa individual, um objeto singular, um evento particular, um lugar particular, ou um processo particular; e nós fazemos isso quando fazemos aquilo que descreveríamos como fazer um enunciado (*statement*) sobre uma pessoa, um objeto, um evento, um lugar ou um processo particular. Strawson chama essa maneira de utilizar expressões de *utilização referencial individualizante (uniquely referring use)*. Strawson oferece ainda uma lista de quatro classes de expressões que seriam utilizadas comumente desse modo, a saber: (i) pronomes demonstrativos singulares, por exemplo, “isto”, “aquilo”; (ii) nomes próprios, por exemplo, “Veneza”, “Napoleão”, “João”; (iii) pronomes pessoais e impessoais no singular, por exemplo, “ele”, “ela”, “eu”, “tu”⁵⁹; e (iv) expressões começando com o artigo definido, ao qual se segue um substantivo, qualificado ou não qualificado, no singular, por exemplo, “a mesa”, “o homem velho”, “o rei da França”.

Vemos que as expressões pertencentes a essa quarta e última classe são, ao que tudo indica, aquelas de que trata a teoria das descrições definidas de Russell. Strawson continua seu argumento da seguinte forma: uma expressão qualquer pertencente a uma das quatro classes acima pode ocorrer como o sujeito gramatical daquilo que seria classificado

⁵⁸ Seguimos aqui e em demais ocasiões em que ocorrem termos técnicos a tradução de Balthazar Barbosa Filho. Logo após os termos técnicos introduzidos por Strawson, colocamos a expressão inglesa original entre parênteses.

⁵⁹ Strawson menciona também o pronome impessoal *it*, para o qual inexistente correlato na língua portuguesa.

tradicionalmente como uma sentença singular sujeito-predicado. E, ocorrendo dessa maneira, a expressão exemplificaria o tipo de utilização que Strawson examina em OR, i.é, a utilização referencial individualizante.

Em outras palavras, diremos que a noção fundamental de *utilização referencial individualizante* é explicada da seguinte maneira: quando, num enunciado sobre algo particular, utilizamos uma expressão para fazer referência a esse algo particular, estamos utilizando a expressão de modo referencial individualizante. A noção importante, como o próprio nome do artigo de Strawson (*Sobre o Referir*) indica, é a noção de *fazer referência a algo particular*: é o fato de que *nós* podemos fazer referência a coisas particulares que nos permite utilizar expressões lingüísticas para fazer referência a coisas particulares. Outra tese importante aceita por Strawson e que está ligada à noção de fazer referência, é a tese de que *há efetivamente* enunciados singulares sujeito-predicado. Em outras palavras, a tese de que *nós*, efetivamente, podemos fazer referência a algo particular por meio de enunciados. Esse é um ponto de partida de Strawson.

5.4 UTILIZAÇÃO E ELOCUÇÃO DE SENTENÇAS E EXPRESSÕES

Para continuar a articulação de sua posição, Strawson introduz algumas distinções fundamentais (cf. p.6); trata-se na verdade de um par de distinções tripartites. Abreviando-se “expressão com utilização referencial individualizante” por “expressão” e “sentença que começa com expressão com utilização referencial individualizante” por “sentença”, Strawson afirma que podemos traçar distinções importantes entre:

- (A1) uma sentença,
- (A2) uma utilização de uma sentença,
- (A3) uma elocução (*utterance*) de uma sentença.

E entre:

- (B1) uma expressão,
- (B2) uma utilização de uma expressão,
- (B3) uma elocução (*utterance*) de uma expressão.

Strawson oferece uma ilustração na qual procura mostrar como funcionam essas distinções. É fácil imaginar que a sentença “O rei da França é sábio” foi proferida (*uttered*) várias vezes ao longo dos séculos, tanto em períodos em que a França era uma monarquia como em períodos em que a França não era uma monarquia. Nesse caso, estamos falando de *uma e a mesma* sentença que foi proferida ao longo dos séculos. É nesse sentido que Strawson deseja utilizar a expressão “uma *sentença*” (A1). Sendo assim, podemos dizer que uma sentença é uma entidade lingüística, pertencente a um idioma determinado; a sentença portuguesa “O rei da França é sábio” é uma entidade lingüística, a sentença inglesa “The king of France is wise” é outra entidade lingüística.

Por outro lado, existem diferenças óbvias entre as diferentes ocasiões de *utilização* (*occasions of the use*) de uma mesma sentença. Assim, um homem que tenha proferido a sentença no reinado de Luís XV e outro que tenha proferido a sentença no reinado de Luís XIV fizeram duas *utilizações* diferentes da mesma *sentença*; enquanto que dois homens que tenham proferido simultaneamente a sentença no reinado de Luís XIV fizeram a mesma *utilização* da mesma *sentença* (A2). E isso ocorre porque, no primeiro caso, um homem estaria falando sobre Luís XV e o outro sobre Luís XIV – duas coisas diferentes; enquanto que, no segundo caso, estariam ambos falando sobre uma e a mesma coisa, i.é, Luís XIV. Strawson defende aqui uma tese importante: diz ele que, no caso de uma sentença como “O rei da França é sábio”, não podemos dizer que *a sentença*, em si, é verdadeira ou falsa, mas apenas que ela é utilizada para fazer uma *asserção* verdadeira ou falsa, ou (se preferirmos) que ela é utilizada para expressar uma *proposição* verdadeira ou falsa. Obviamente, diz Strawson, não podemos dizer que a sentença é *sobre* uma pessoa particular, dado que a mesma sentença pode ser utilizada em tempos diferentes para falar sobre pessoas bastante diferentes. Teríamos de dizer que é uma *utilização* da sentença que é sobre uma pessoa particular.

Por fim, para elucidar o que Strawson quer dizer com (A3), bastaria dizer que dois homens que profiram simultaneamente a mesma sentença no reinado de Luís XIV estarão fazendo duas *elocuições* diferentes da mesma sentença, ao passo que estarão fazendo a mesma *utilização* de uma sentença.

Strawson inclui uma nota de rodapé interessante: referindo-se à passagem em que ele diz que dois homens que tenham proferido a mesma sentença no reinado de Luís XIV fizeram a mesma *utilização* da sentença, ele acrescenta que esse emprego (*usage*) da palavra *utilização* (*use*) é diferente de (a) o emprego corrente, em que a *utilização* (de uma palavra, expressão ou sentença particular) equivale aproximadamente a *regras de uso* e equivale

aproximadamente a *significação* (*meaning*); assim como é diferente de (b) o próprio emprego feito por Strawson na expressão *utilização referencial individualizante de expressões*, em que a palavra *utilização* equivale aproximadamente a *modo de utilização*. É bom tomar certa cautela com as distinções precedentes, pois elas são um pouco sutis.

Considerando agora não mais sentenças inteiras, mas apenas expressões, Strawson afirma que distinções análogas às que vimos acima podem ser traçadas. Trata-se de distinguir respectivamente entre: (B1) “uma *expressão*”, (B2) “uma *utilização* de uma expressão”, e (B3) “uma *elocução* de uma expressão”. A distinção não é idêntica à distinção anterior porque não podemos dizer que expressões expressam proposições verdadeiras ou falsas; assim como não podemos dizer que expressões são sobre algo particular, pois isso é competência exclusiva das sentenças. O que nós podemos dizer, com respeito às expressões, é que *utilizamos* expressões para *mencionar* ou *fazer referência* a uma pessoa particular, quando utilizamos uma sentença para falar sobre essa pessoa particular. Mas, nesse caso, não podemos dizer que a *expressão*, enquanto entidade lingüística (B1), mencione ou refira-se a qualquer coisa particular – do mesmo modo em que uma sentença, enquanto entidade lingüística (A1), não é nem verdadeira nem falsa.

Strawson resume seu ponto do seguinte modo: a mesma expressão pode ter diferentes *utilizações mencionadoras* (*mentioning-uses*), assim como uma mesma sentença pode ser utilizada para fazer *enunciados* (*statements*) com diferentes valores de verdade. Portanto, *mencionar*, ou *referir-se a*, não é algo que uma expressão faz, enquanto entidade lingüística: mas é algo que *alguém* pode fazer por meio de uma expressão. Mencionar, ou referir-se a, algo é coisa característica de uma *utilização* de uma expressão, assim como “ser sobre” (*being about*) algo e possuir um valor de verdade são características de uma *utilização* de uma sentença.

Ainda no que toca ao tema da classificação de sentenças e expressões, Strawson introduz uma abreviação relativa a sentenças e expressões. Ele introduz a palavra “tipo” (*type*) como uma abreviação para “sentença ou expressão”. Ou seja, quer falemos de sentenças, quer falemos de expressões, estaremos falando sempre de *tipos*.

5.5 A NOÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO (*MEANING*)

Uma noção muito importante, que permeia de um modo ou de outro todo o embate entre Russell e Strawson, é a noção expressa pela palavra inglesa “meaning”. Observe-se que a dificuldade de encontrar uma tradução satisfatória para a palavra evidencia já as diferentes

posições filosóficas que podem ser assumidas em relação a ela. Deveríamos traduzir “meaning” por “sentido”, “significado”, “significação”, “indicação” ou alguma outra palavra? Traduzi-la por “sentido” poderia levar-nos a uma teoria, traduzi-la por “significado” poderia levar-nos a outra teoria e assim por diante. Usaremos aqui a palavra “*significação*”, de acordo com a tradução do Professor Balthazar Barbosa Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Feita essa ressalva, vejamos o modo como a palavra é usada em OR. Nesse texto, a *significação* (*meaning*) de uma sentença ou expressão, ao menos em uma acepção importante da palavra “significação”, está vinculada à sentença (A1) ou à expressão (B1). Por outro lado, mencionar e fazer referência, bem como ser verdadeiro ou falso, são atos que estão vinculados a uma utilização da expressão (B2) ou a uma utilização da sentença (A2).

Assim, para Strawson, dar a significação de uma expressão é dar *diretivas gerais* (*general directions*) sobre como usá-la para referir-se a ou mencionar objetos ou pessoas particulares; analogamente, dar a significação de uma sentença é dar *diretivas gerais* sobre como usá-la para fazer afirmações verdadeiras (cf. p.9). Ou seja, dar a significação não é falar sobre alguma ocasião particular de utilização da sentença (A3) ou da expressão (B3). Falar sobre a significação de uma expressão ou de uma sentença é falar sobre *regras, hábitos e convenções* que governam de um modo geral sua utilização correta para fazer referência ou fazer afirmações. O corolário desse entendimento da noção de significação é o seguinte: a questão sobre se uma sentença ou expressão é significante (ou não) *independe* da questão sobre se a sentença, proferida numa ocasião particular, está sendo utilizada nessa ocasião para fazer uma afirmação verdadeira ou falsa; ou se a expressão está sendo utilizada para mencionar ou fazer referência a qualquer coisa. A relação de dependência vai no outro sentido: as utilizações particulares de sentenças dependem de a sentença ser significante, e as utilizações particulares de expressões dependem de a expressão ser significante.

Fica evidente de tudo isso que o modo como a noção de “*meaning*” é utilizada por Strawson é bastante diferente do modo como Russell a utiliza: para este, por exemplo, a significação da palavra “vermelho” é a própria cor vermelha, como percebida por um olho humano perfeitamente saudável, e não as diretivas gerais sobre como devemos utilizar a palavra “vermelho” para fazer referência a objetos vermelhos particulares. A significação da palavra “triângulo retângulo” é o próprio triângulo retângulo, uma entidade abstrata pertencente a um mundo platônico, e não as regras, hábitos e convenções governando a utilização da palavra em aulas ou livros de geometria plana.

5.6 O “ERRO” DE RUSSELL

Nesse espírito, Strawson argumenta que a origem do erro de Russell, na teoria das descrições, teria sido o fato de não distinguir B1 de B2; ou seja, Russell não teria distinguido expressões, de um lado, de utilizações de expressões em contextos particulares, de outro lado. Russell, de acordo com Strawson, pensava que, quando uma expressão fazia efetivamente referência a um objeto, o referir-se a (ou mencionar) algo era o mesmo que significar (*must be meaning*). E, dessa maneira, Russell confundiu *significação* com *menção*, i.é, com *referência*. Um corolário dessa confusão seria este: Russell teria feito o erro de confundir a significação de um nome próprio com o portador do nome. À guisa de ilustração, quando dizemos que Sócrates morreu, quem morreu foi o *portador* do nome “Sócrates”, e não a significação do nome “Sócrates”. Sentenças contendo o nome “Sócrates” continuam fazendo sentido mesmo depois de o filósofo tomar cicuta e morrer. Uma sentença como “Sócrates morreu ontem” faria perfeito sentido.

As pessoas utilizam expressões para fazer referência a coisas particulares, diz Strawson. Mas, como estamos vendo, a significação (*meaning*) de uma expressão não é o conjunto das coisas (ou a coisa) às quais podemos fazer referência por meio da expressão: a significação é o conjunto de regras, hábitos e convenções que governam sua utilização referencial. O mesmo dá-se com sentenças: a questão sobre se uma sentença é significativa independe da questão que pode ser levantada sobre uma utilização particular da sentença, *viz* sobre se a utilização é esdrúxula ou genuína, sobre se ela está sendo utilizada para falar efetivamente sobre algo ou apenas como um exemplo numa aula de filosofia. O ponto importante, como Strawson bem aponta, é este: a questão sobre se uma sentença é significativa ou não é a questão sobre *se existem* os hábitos lingüísticos, convenções ou regras segundo os quais a sentença poderia ser utilizada para falar de alguma coisa.

Partindo dessa concepção de significação, Strawson critica Russell: no tocante a uma sentença como “O rei da França é sábio”, Russell sustentaria duas teses verdadeiras e duas teses falsas. As duas teses verdadeiras seriam estas: (i) a sentença é significativa, se qualquer pessoa que a proferisse agora, estivesse proferindo uma sentença significativa. (ii) Qualquer pessoa que proferisse agora a sentença estaria fazendo uma afirmação verdadeira (i.é, uma utilização verdadeira da sentença) somente se, de fato, existisse atualmente um e apenas um rei da França e ele fosse sábio.

Todavia, segundo Strawson, Russell sustentaria também duas teses falsas, quais sejam: (i) Qualquer pessoa que proferisse a sentença agora estaria fazendo uma afirmação verdadeira

ou falsa (i.é, uma utilização verdadeira ou falsa da sentença); (ii) Uma parte daquilo que a pessoa estaria afirmando seria que existe atualmente um e apenas um rei da França.

5.7 CRÍTICA DA CONDIÇÃO DE UNICIDADE

Como já foi dito, a teoria das descrições de Russell analisa descrições do tipo “o atual Rei da França” como implicando duas condições que precisam estar satisfeitas para que a descrição denote um objeto, a saber: (i) uma condição de existência e (ii) uma condição de unicidade. Além de criticar a interpretação russelliana no tocante à condição de existência, Strawson critica a interpretação russelliana no tocante à condição de unicidade. Vimos que, para Russell, quando o artigo definido é utilizado estritamente, ele implica unicidade – é o que Russell afirma também em *Principia Mathematica* (cf. p.30). Mas Russell diz na mesma página de PM que uma expressão da forma “o tal e tal”, utilizada estritamente, “só terá aplicação no caso de haver um tal e tal e não mais do que um”⁶⁰.

Strawson ataca essa posição da seguinte maneira: seja a sentença “a mesa está coberta de livros”; é por certo falso que a expressão “a mesa”, quando utilizada *normalmente*, terá aplicação apenas no caso de haver uma mesa e não mais que uma mesa. De fato, seria tautologicamente verdadeiro que, numa utilização dessas, a expressão terá aplicação somente no caso de haver uma mesa e não mais que uma mesa *que está sendo referida*. A diferença reside aqui no advérbio “normalmente”. A que tipo de normalidade refere-se Strawson? A sugestão é que o advérbio “normalmente” está sendo usado na acepção “comumente”, “cotidianamente”, “ordinariamente”. O argumento de Strawson contra Russell é, pois, que Russell não teria descrito corretamente a utilização cotidiana (i.é, ordinária) do artigo definido.

5.8 SENTENÇAS EXISTENCIAIS INDIVIDUALIZANTES

Ainda de acordo com Strawson, há uma distinção importante entre: (i) utilizar uma expressão para fazer uma referência individualizante, e (ii) afirmar que há um e somente um indivíduo que possui certas características (*e.g.* que é de certo tipo, ou que está em certa relação com o falante, ou ambos). E isso resulta na distinção entre: (1) sentenças contendo

⁶⁰ A passagem é esta: “By a ‘description’ we mean a phrase of the form ‘the so-and-so’ or of some equivalent form. For the present, we confine our attention to *the* in the singular. We shall use this word strictly, so as to imply uniqueness; *e.g.* we should not say ‘*A* is *the* son of *B*’ if *B* had other sons besides *A*. Thus a description of the form ‘the so-and-so’ will only have an application in the event of there being one so-and-so and no more.”

uma expressão utilizada para indicar, ou mencionar, ou fazer referência a uma pessoa ou coisa particular; e (2) sentenças existenciais individualizantes.

O que Russell teria feito seria assimilar cada vez mais sentenças da classe (1) a sentenças da classe (2), sendo levado em última análise à teoria logicamente desastrosa dos nomes desenvolvida em obras como *Inquiry into Meaning and Truth* e *Human Knowledge*. Nesse espírito, Strawson defende a necessidade de distinguir ao menos entre dois tipos de regras ou convenções lingüísticas (cf. p.17): (i) regras para fazer referência (ou identificar), e (ii) regras para atribuir (ou descrever, ou classificar). Para Strawson, se reconhecermos essa distinção, estaremos no caminho para a resolução de uma série de problemas lógicos e metafísicos.

5.9 DUAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM: REFERENCIAL E ATRIBUTIVA

Partindo, pois, da distinção acima entre regras para fazer referência e regras para atribuir, Strawson aprofunda o desenvolvimento de sua própria teoria da referência, com a elaboração de uma distinção fundamental entre duas funções (ou tarefas) da linguagem: (i) a *função referencial* (ou identificadora), e (ii) a *função atributiva* (ou descritiva, ou classificatória).

Consoante Strawson, uma das principais funções da linguagem é a função de declarar fatos sobre coisas, pessoas e eventos. A fim de executar essa função, é necessário que tenhamos na linguagem alguma maneira de evitar o surgimento da pergunta “Sobre o quê você está falando?” e de evitar o surgimento da pergunta “O que você está falando disso?”. A função de evitar o surgimento da primeira pergunta é a função referencial (ou identificadora). A função de evitar o surgimento da segunda pergunta é a função atributiva (ou descritiva, ou classificatória). Numa sentença declarativa convencional, a execução dessas duas funções é atribuída *grosso modo* a expressões que podem ser separadas. E, numa sentença declarativa convencional, essa atribuição de funções diferentes a expressões separáveis corresponde à distinção gramatical tradicional entre *sujeito* e *predicado*. Em outras palavras, o ponto de Strawson é o seguinte: há uma distinção entre *funções* ou papéis que expressões lingüísticas podem desempenhar no discurso, e não entre *classes* ou grupos diferentes de expressões. Sendo assim, não há problema para que uma mesma expressão desempenhe ora uma função, ora outra.

Consoante Strawson, nossa necessidade de executar essas duas funções para conseguirmos enunciar fatos particulares não exige nenhuma explicação transcendental: isso é

algo que faz parte do significado de 'enunciar um fato'. Ademais, essa distinção entre funções da linguagem é suscitada pelo fato de que a linguagem ordinária nos oferece expressões separáveis, às quais podemos atribuir plausivelmente as diferentes funções.

Utilizar uma expressão separada para executar a função referencial é utilizar uma expressão de modo referencial individualizante. Ainda: para conseguirmos fazer uma referência individualizante, um conjunto de elementos é exigido para mostrar *que* temos a intenção de fazer uma referência individualizante e, ao mesmo tempo, *de qual* referência individualizante se trata; i.é, exige-se um conjunto de elementos que permitam ao ouvinte ou ao leitor identificar aquilo de que se fala: um *contexto de elocução*, as *convenções lingüísticas* e os *requisitos contextuais*. Veremos isso logo abaixo.

No tocante à função atributiva, diremos que o requisito para a correta aplicação de uma expressão em sua utilização atributiva a uma coisa é simplesmente que a coisa seja de certo tipo, i.é, que ela tenha certas características. Outro ponto relevante é que a satisfação das condições para uma correta utilização atributiva de uma expressão é parte do que é afirmado pela própria utilização, enquanto que a satisfação das condições para uma correta utilização referencial de uma expressão nunca é parte do que afirmado, pois ela é pressuposta.

5.10 CONTEXTO DE ELOCUÇÃO, CONVENÇÃO LINGÜÍSTICA E REQUISITO CONTEXTUAL

A fim de assegurar, pois, o sucesso de uma referência individualizante, é fundamental ter em mente o *contexto de elocução* (*context of utterance*) da expressão ou sentença. Strawson entende o contexto de elocução como formado no mínimo pelos seguintes seis elementos: (i) o tempo, (ii) o lugar, (iii) a situação, (iv) a identidade do locutor, (v) os temas que constituem o foco imediato de interesse e (vi) as histórias pessoais tanto do locutor quanto daqueles a quem o locutor se dirige.

Além do contexto de elocução, composto pelos elementos acima apontados, há outro fator importante para o sucesso de uma referência individualizante: trata-se da *convenção lingüística* (*linguistic convention*). Com exceção dos nomes próprios genuínos, como “Napoleão”, a satisfação de condições contextuais formuláveis de um modo mais ou menos preciso é exigida *convencionalmente* (*conventionally*) – ou, em sentido amplo da palavra, *logicamente* (*logically*) – para a utilização referencial correta de expressões.

O requisito para a aplicação correta de uma expressão em sua utilização atributiva com relação a uma coisa é simplesmente que a coisa seja de certo tipo, que a coisa possua certas

características. Por outro lado, o requisito para a aplicação correta de uma expressão em sua utilização referencial com relação a uma coisa é que a coisa esteja em certa relação com o falante e o contexto de elocução. Strawson chama isso de “requisito contextual” (*contextual requirement*). Assim, por exemplo, no caso da palavra “eu”, o requisito contextual é que a coisa seja idêntica ao falante; no caso da palavra “você”, o requisito contextual seria que a coisa seja idêntica à pessoa a quem o falante se dirige; e assim por diante. Mas Strawson faz uma advertência: no caso da maioria das expressões que têm uma utilização referencial, esse requisito contextual não pode ser especificado tão precisamente como nos casos de “eu” e “você”.

5.11 EXPRESSÕES PREDOMINANTEMENTE REFERENCIAIS

Embora muitas expressões possam desempenhar qualquer uma das duas funções da linguagem, há expressões que têm uma função predominantemente referencial: pronomes e nomes próprios comuns. Outras expressões capazes de utilização referencial são substantivos, qualificados ou não por adjetivos.

Sobre essas expressões capazes de utilização referencial, diz Strawson que elas diferem entre si, em três maneiras que não são mutuamente independentes: (i) elas diferem quanto ao grau em que a referência que com elas se faz depende (ou não) de seu contexto de elocução. Palavras como “eu” e “isto” possuem dependência máxima do contexto de elocução, enquanto que expressões como “o autor de *Waverley*” e “o décimo oitavo rei da França” possuem dependência mínima do contexto de elocução.

As expressões capazes de utilização referencial diferem também (ii) quanto ao grau de *significação descritiva* (*descriptive meaning*) que possuem: entendendo “significação descritiva” como “limitação convencional, na aplicação, a coisas de um tipo geral determinado ou a coisas que possuem certas características gerais”. Num extremo dessa escala estão nomes próprios: um nome puro (como “Horácio”) não possui significação descritiva, pois pode ser utilizado para fazer referência a coisas muito diferentes (um homem, um cão, um barco). Uma palavra como “ele” possui já uma significação descritiva, mas muito pequena – pode ser utilizada para fazer referência a qualquer homem, mas não para fazer referência a uma mulher. Por outro lado, uma expressão como “a mesa redonda” possui significação descritiva máxima: só pode ser utilizada para fazer referência a certos móveis de certo formato e de certo tamanho.

Por fim, (iii) expressões capazes de utilização referencial podem ser divididas nas seguintes duas classes: (a) aquelas cuja utilização referencial correta é regulada por convenções *gerais* referenciais-mais-atributivas (*referring-cum-adscriptive*); e (b) aquelas cuja utilização referencial correta não é regulada por convenções gerais nem referenciais nem atributivas, mas sim por convenções *ad hoc*. À primeira classe pertencem os pronomes e expressões substantivas. À segunda classe pertencem de modo aproximado os nomes próprios mais familiares; por isso, não se fala acerca da significação (*meaning*) de nomes próprios, mas também não se diz que eles são desprovidos de significação (*meaningless*). Como Strawson esclarece bem, ignorar o nome de um homem não é ignorar a linguagem⁶¹.

5.12 TRÊS PROBLEMAS

5.12.1 O Problema das Referências Indefinidas

Strawson oferece ainda, em OR, breves respostas para três problemas concernentes a utilizações referenciais de expressões (cf. p.24-7), a saber: (1) o problema das referências indefinidas, (2) o problema dos enunciados de identificação (*identification statements*), e (3) o problema da lógica de sujeitos e predicados.

No que diz respeito ao (1) problema das referências indefinidas, Strawson defende que nem todas as utilizações referenciais de expressões singulares previnem a questão “Sobre o quê você está falando?”. Há algumas que até ensejam essa questão. Exemplos são sentenças que comecem por “Um homem me disse que...”, “Alguém me disse que...”. A análise russelliana dessas sentenças teria como resultado a interpretação de que elas são existenciais, mas não existenciais individualizantes. Para Strawson, isso parece errado de várias maneiras. É absurdo sugerir que parte do que é afirmado por uma sentença dessas é que a classe dos homens é não vazia. Strawson concede que isso até é implicado, mas apenas em um sentido “estranho”, ou “especial”, de implicar.

A diferença entre a utilização dos artigos definido e indefinido é, para Strawson, a seguinte. Utilizamos o artigo definido (o/a) quando uma referência prévia foi feita, e quando o artigo definido assinala que a mesma referência está sendo feita; ou então quando, na ausência de uma referência indefinida prévia, espera-se que o contexto (incluindo, aí, o conhecimento que é esperado da parte do ouvinte) permita ao ouvinte dizer *qual* referência está sendo feita. Por outro lado, utilizamos o artigo indefinido (um/uma) quando as condições acima não são

⁶¹ “Ignorance of a man’s name is not ignorance of the language.”

satisfeitas; ou quando, embora uma referência definida *pudesse* ter sido feita, nós desejamos, por alguma razão, omitir a identidade do indivíduo ao qual estamos fazendo referência.

5.12.2 O Problema dos Enunciados de Identificação

Passemos ao problema (2), i.é, o problema dos enunciados de identificação. Strawson entende enunciados de identificação como enunciados da seguinte forma:

(ia) “Esse é o homem que atravessou o canal a nado duas vezes no mesmo dia”

(iia) “Napoleão foi o homem que ordenou a execução do duque de Enghien”

A dificuldade aqui seria que os predicados gramaticais desses enunciados não parecem ser utilizados de maneira tão obviamente atributiva como os predicados gramaticais dos enunciados seguintes:

(ib) “Esse homem atravessou o canal a nado duas vezes no mesmo dia”

(iib) “Napoleão ordenou a execução do duque de Enghien”

Ora, se supusermos que as expressões que constituem o predicado gramatical das sentenças (ia) e (iia) estão sendo utilizadas referencialmente, teríamos um problema, porque então pareceria que estamos nos referindo duas vezes à mesma pessoa, sem fazer, contudo, afirmação alguma; ou então pareceria que estamos identificando uma pessoa com ela mesma, produzindo, desse modo, uma identidade trivial. A resposta de Strawson é esta: a ameaça de trivialidade pode ser recusada. Essa ameaça só surge para aqueles que pensam o objeto referido pela utilização de uma expressão como sendo a sua significação, e que, desse modo, pensam no sujeito e no predicado das sentenças em questão como significando o mesmo, dado que elas podem ser utilizadas para fazer referência à mesma pessoa.

Para Strawson, a diferença entre as sentenças do grupo (a) e as sentenças do grupo (b) devem ser entendidas considerando as diferenças entre as circunstâncias em que diríamos (ia) e as circunstâncias em que diríamos (ib). Diríamos (ia), e não (ib), se nós soubéssemos ou acreditássemos que *alguém* cruzou o canal da mancha a nado duas vezes no mesmo dia. Ainda que a sentença (ia) não afirme nem mais, nem menos, do que a sentença (ib), a diferença é que diríamos (ia) para uma pessoa que nós tomamos como sabendo certas coisas, coisas essas que a pessoa para a qual diríamos (ib) ignoraria.

5.12.3 O Problema da Lógica de Sujeito e Predicado

Passemos finalmente ao problema (3), que é o problema relativo à lógica de sujeito e predicado. Nessa discussão, Strawson aproveita para promover também uma defesa da doutrina tradicional do *Quadrado de Oposições* – doutrina essa que remonta a Aristóteles. No dizer de Strawson, muitas das teses concernentes à utilização referencial individualizante de expressões podem ter sua aplicação estendida, com as devidas mudanças, à utilização referencial não-individualizante de expressões, i.é, a algumas utilizações de expressões consistindo de “os”, “todos os”, “alguns”, “alguns dos”, etc., seguidas por substantivos no *plural*, qualificados ou não. Essas expressões, segundo Strawson, possuem um interesse especial, conectado à doutrina do Quadrado de Oposições.

A lógica matemática, como desenvolvida por Frege, Russell e outros, criticou duramente doutrinas lógicas tradicionais, como a doutrina do Quadrado de Oposições e a doutrina do silogismo. Para Strawson, essa crítica baseia-se no erro de não reconhecer o sentido especial em que afirmações existenciais podem ser implicadas pela utilização referencial de expressões. Os críticos do Quadrado de Oposições propõem um dilema: eles sustentam que as proposições universais do Quadrado devem ser interpretadas *ou* como existenciais negativas, *ou* então como conjunções de afirmações existenciais positivas e negativas – e.g. a universal afirmativa (simbolizada como A), deveria ser interpretada ou como “Não existe X que não seja Y”, ou então como “Não existe X que não seja Y, e existe X”. Mas qualquer uma das formas que se adote terá a consequência de que algumas leis tradicionais terão que ser abandonadas.

Para Strawson, contudo, esse dilema não é um dilema genuíno. Basta interpretar as proposições do Quadrado como sendo nem existenciais negativas nem existenciais positivas, mas sim como sentenças tais que a questão sobre se elas estão sendo utilizadas para fazer afirmações verdadeiras ou falsas não se põe, salvo quando a condição existencial é satisfeita pelo termo que ocupa o lugar do sujeito. Dessa forma, todas as leis tradicionais são preservadas e continuam valendo. E essa interpretação, segundo Strawson, seria muito mais próxima das utilizações comuns das expressões começando por “todos” e “algum” do que qualquer interpretação russelliana alternativa. Essa é posição de Strawson: contudo, não iremos examinar aqui a doutrina do Quadrado de Oposições em maior detalhe, pois esse exame foge ao escopo do presente trabalho.

5.13 A INEXATIDÃO LÓGICA DA LINGUAGEM COMUM

Por fim, Strawson termina OR com uma tese importante, e que não deve ser desconsiderada: trata-se da tese de que nem as regras aristotélicas, nem as regras russellianas oferecem a lógica exata de qualquer expressão da linguagem comum (ordinária); e isso pela razão de que a linguagem comum (ordinária) não possui lógica exata. É útil considerar os posicionamentos de Strawson e Russell relativamente a esse último ponto: os dois filósofos concordam em que a linguagem comum (ordinária) não possui uma lógica exata. Mas os dois tiram conclusões muito divergentes sobre o que isso significa e sobre o que devemos fazer a respeito. Strawson acredita que do fato de que a linguagem comum não possui lógica exata, segue-se que projetos de construção de uma linguagem logicamente perfeita são irremediavelmente mal dirigidos; enquanto que Russell acredita, contrariamente, que a inexatidão da linguagem comum justifica e anima o projeto de construção de uma linguagem logicamente perfeita.

5.14 IMPLICAÇÃO E PRESSUPOSIÇÃO

É preciso abordar um tema que possui conseqüências importantes para o contraste entre a posição russelliana e a strawsoniana. Trata-se da diferença entre *implicação* e *pressuposição*. Em OR (cf. p.12), Strawson sugere que dizer “O rei da França é sábio” é, em alguma acepção do verbo “implicar” (*imply*), *implicar* que existe um rei da França; mas essa seria uma acepção muito especial e estranha da palavra “implicar”. Nessa acepção especial e estranha, “implicar” não equivale a “implicar logicamente” (*entails*, ou *logically implies*), diz Strawson. Pois bem: essa “acepção estranha” é aquilo que, anos depois, Strawson chamará de *pressuposição*. Assim, Strawson defende uma distinção fundamental entre dois tipos de relações lógicas (tomando “lógicas” aqui em sentido bastante amplo), quais sejam a implicação e a pressuposição.

Quatorze anos após OR, mais precisamente em 1964, Strawson publica o artigo *Identifying Reference and Truth-Values* (IRTV), traduzido para o português sob o título de “Referência Identificadora e Valores-de-Verdade”. Nesse artigo, Strawson aborda de maneira mais enfática o tema da pressuposição. Antes de examinarmos o tema da pressuposição, entretanto, é preciso voltar ao começo do artigo, onde Strawson introduz um par de “banalidades” (ou trivialidades) acerca da comunicação humana, denominadas de *Princípio da Presunção de Ignorância* e *Princípio da Presunção de Conhecimento*. Pelo primeiro

princípio, Strawson defende que “a execução de uma elocução (*utterance*) assertiva ou de um enunciado [...] implica uma presunção (por parte do locutor) de ignorância (por parte da audiência) acerca de algum ponto a ser comunicado na elocução.” (RYLE, 1989, p.192). Já pelo segundo princípio, de modo complementar, Strawson afirma que:

quando se faz uma elocução empiricamente assertiva com uma intenção informativa, há, de hábito, ou pelo menos muitas vezes, uma presunção (por parte do locutor) de conhecimento (que a audiência possui) dos fatos empíricos que são relevantes para o ponto específico a ser comunicado na elocução. (RYLE, 1989, p.192)

Após a consideração desses dois princípios, Strawson introduz a noção de *referência identificadora*. Vale destacar que a referência identificadora é uma espécie pertencente à categoria chamada por Strawson de *função de discurso* – ou seja, a referência identificadora é uma das funções do discurso. A noção de referência identificadora, por sua vez, está estreitamente ligada à noção de *conhecimento identificador de particulares*. Diz Strawson que qualquer pessoa tem conhecimento da existência de várias coisas particulares, e é capaz de distinguir cada uma dessas coisas de todas as demais. Strawson elenca três maneiras de fazer isso: (i) ser capaz de destacar uma coisa do campo de percepção, (ii) saber que existe uma coisa à qual se aplica uma *descrição identificadora*, e (iii) conhecer o nome de uma coisa e ser capaz de reconhecê-la. Se uma pessoa for capaz de fazer alguma dessas três coisas, segundo Strawson, essa pessoa terá um conhecimento identificador do particular, i.é, ela consegue distingui-lo dos demais particulares.

Voltando à relação entre referência identificadora e conhecimento identificador de particulares: a linguagem possui expressões que podem ser usadas para fazer referência identificadora a particulares. Entre as expressões capazes de fazer isso, Strawson inclui os nomes próprios, as descrições definidas, possessivos e demonstrativos e os pronomes demonstrativos e pessoais. Nesse sentido, diz Strawson que se poderia definir ao menos os casos centrais de referência identificadora de modo que “uma expressão só seria utilizada para desempenhar a função de referência identificadora quando fosse utilizada para invocar um conhecimento identificador.” (RYLE, 1989, p.193). Strawson diz que seria possível imaginar exceções a essa definição; mas, para os casos centrais, ela tem validade.

Assim, os casos centrais de referência identificadora constituem algo que envolve uma presunção de conhecimento identificador – uma presunção (por parte do locutor) de que a audiência possui um conhecimento identificador de um item particular. Em outras palavras, quando se faz uma elocução, “não pode ser parte da intenção do locutor a de *informar* à

audiência da *existência* de um item particular que porte o nome ou que corresponda à descrição [...]” (RYLE, 1989, p.194-5). Pelo contrário: a referência identificadora só pode ser feita por um locutor que presume que sua audiência já possua um conhecimento identificador do particular a que ele quer se referir.

Assim, o fato de que *existe um item particular* a que se pode aplicar um nome ou uma descrição “não faz parte daquilo que o locutor *assere* numa elocução na qual ele utiliza o nome ou a descrição para executar a função de referência identificadora; tal fato constitui, ao contrário, uma *pressuposição* de seu ato de asserir (*of his asserting*) o que ele assere.” (RYLE, 1989, p.195). Assim, Strawson traça uma distinção entre o que é *asserido* e o que é *pressuposto* por uma elocução. Por exemplo, se alguém faz a elocução “O rei da França é calvo”, essa pessoa está *pressupondo* o fato de que existe um item particular (o rei da França), ao qual ela pretende estar se referindo; essa pessoa não está *asserindo* (afirmando) que existe um rei da França.

Após isso, Strawson introduz a noção de *fracasso radical da pressuposição de existência da referência identificadora*. Esse fracasso (ou falha) ocorre quando o item particular ao qual o locutor pensa estar fazendo referência simplesmente não existe; ou também quando aquilo que o locutor e/ou sua audiência pensam ser um conhecimento identificador de um item particular simplesmente não é conhecimento, pois se trata efetivamente de uma crença falsa.

5.15 TEORIA DA FALSIDADE E TEORIA DA LACUNA DE VALOR DE VERDADE

Então podemos colocar a pergunta controversa: quando ocorre um fracasso radical de referência, numa elocução, nós diremos que o enunciado é *falso* – ou diremos que ele não tem nenhum valor de verdade, i.é, diremos que há uma *lacuna de valor de verdade* (*truth-value gap*)? Há dois partidos, originados em torno das respostas diferentes que podem ser dadas: Russell defendeu que o enunciado seria falso, e, depois, também Dummett defendeu isso. Em oposição, Quine, Austin e Strawson defenderam a teoria da lacuna de valor de verdade. No dizer de Strawson, o primeiro partido defende um conceito simplificado e teórico (ou “retificado”) de verdade, enquanto que o segundo partido defende outro conceito.

Strawson apresenta um argumento em favor da teoria da lacuna de valor de verdade: um juízo sobre verdade ou falsidade é um juízo sobre aquilo que um locutor assere – e não sobre aquilo que ele pressupõe. Ora, a condição de que exista o particular a que o locutor quer se referir é pressuposta, e não asserida; portanto, não se pode julgar um enunciado em que

ocorra um fracasso radical de referência como sendo uma asserção existencial falsa. Esse enunciado “não se qualifica para uma avaliação de verdade ou falsidade.” (RYLE, 1989, p.198).

Mas Strawson apresenta também um argumento em favor da teoria da falsidade: um enunciado empírico falso é um enunciado que, por razões de *fato*, fracassa em ser um enunciado verdadeiro. Em outras palavras, um enunciado empírico é falso em virtude de as circunstâncias no mundo serem de um jeito (que o falsifica), e não de outro (que o verificaria). Sendo assim, os casos de falha radical de referência constituiriam simplesmente uma subclasse da classe de enunciados falsos.

No que toca à relação entre a Teoria das Descrições, a teoria da lacuna de valor de verdade e a teoria da falsidade, diz Strawson que é possível rejeitar a Teoria das Descrições como sendo uma análise universalmente correta de descrições e, ao mesmo tempo, recusar-se a aceitar a teoria da lacuna de valor de verdade. Em outras palavras: quem rejeita a Teoria das Descrições não está, por isso, compelido a aceitar a teoria da lacuna de valor de verdade; resultando, disso, que a Teoria das Descrições não é parte essencial da teoria da falsidade.

Sobre a possibilidade de resolução da controvérsia entre a teoria da falsidade e a teoria da lacuna de valor de verdade, Strawson defende ainda uma tese importante. Diz ele que deseja “dissipar a ilusão de que a questão controvertida pode, de uma maneira ou de outra, ser rapidamente resolvida, por meio de um brusco e sumário argumento formal.” (RYLE, 1989, p.198). Strawson apresenta e critica cinco argumentos desse tipo, três favoráveis à teoria da lacuna de valor de verdade, e dois favoráveis à teoria da falsidade. Mas, no presente trabalho, não nos ocuparemos com eles.

Para Strawson, a diferença entre as teorias da lacuna de valor de verdade e da falsidade pode ser posta nos seguintes termos: os filósofos mais interessados em situações de discurso real, mais interessados em entender como funcionam os enunciados na comunicação entre seres humanos, sentir-se-ão inclinados a adotar a teoria da lacuna de valor de verdade. Por oposição, os filósofos que consideram os enunciados de um ponto de vista mais impessoal, que dão pouca importância às necessidades e objetivos dos locutores e ouvintes, sentir-se-ão inclinados a adotar a teoria da falsidade.

6 A CONTINUAÇÃO DO DEBATE ENTRE RUSSELL E STRAWSON

O objetivo da presente seção é apresentar a continuação do debate entre Russell e Strawson. Para tanto, consideraremos os seguintes textos: (i) a réplica de Russell a Strawson, (ii) algumas passagens da obra russelliana *Human Knowledge*, (iii) uma carta que Strawson enviou a Russell, e também (iv) a introdução escrita por Strawson para a segunda edição de sua obra *Logico-Linguistic Papers*. Antes de começar, porém, é necessário falar, ainda que brevemente, sobre o desenvolvimento do pensamento de Russell no período que vai de OD, em 1905, até o período em que Strawson publica sua crítica, na década de 1950. Russell escreveu várias obras nesse período, incluindo, como é bem sabido, o monumental *Principia Mathematica* (1910-13) – escrito conjuntamente com A. N. Whitehead –, além de *Introduction to Mathematical Philosophy* (1919), *The Analysis of Mind* (1921), *The Analysis of Matter* (1927), *An Inquiry into Meaning and Truth* (1940), o já mencionado *Human Knowledge* (1948); bem como artigos importantes, como *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description* (1911), *The Philosophy of Logical Atomism* (1918), *Logical Atomism* (1924).

É impossível resumir tantos anos de trabalho filosófico em poucas linhas; contudo, podemos dizer que, nos anos imediatamente posteriores a *On Denoting*, i.é, 1905 a 1919, Russell segue as linhas do trabalho filosófico que vinha fazendo, desenvolvendo e aprofundando a filosofia do atomismo lógico. Essa filosofia caracteriza-se, segundo nos diz Peter Hylton (cf. p.281), por doutrinas como: a teoria dos tipos, a teoria das descrições, o emprego da idéia de símbolo incompleto, um aumento da preocupação com a linguagem, a insistência na distinção entre uma forma gramatical e uma forma lógica da linguagem, o aumento da preocupação com questões epistemológicas, a aplicação do método de construção lógica à filosofia, bem como uma preocupação com questões como a natureza e o estatuto da lógica.

6.1 MR. STRAWSON ON REFERRING

Passemos, então, à análise do primeiro texto. O texto em questão é *Mr. Strawson on Referring* (doravante MSOR), de 1957, no qual Russell responde à crítica strawsoniana à teoria das descrições. Russell afirma, logo no começo do texto, que não vê nenhuma validade nos argumentos de Strawson. Segundo Russell, o núcleo da argumentação de Strawson

consiste em promover a identificação de dois problemas que Russell considerou como diferentes, a saber: (i) o problema das descrições e (ii) o problema da *egocentricidade*, ou *indexicalidade*⁶² (utilizaremos aqui as duas palavras como sinônimas).

Como já vimos, em seu artigo de 1905 (OD), Russell trabalhou principalmente com dois exemplos de sentenças contendo descrições definidas: “o atual Rei da França é calvo” e “Scott é o autor de *Waverley*”. Contudo, Strawson, em OR, praticamente ignora o exemplo de Scott (mencionando-o uma única vez), e trabalha efetivamente apenas com o primeiro exemplo, i.é, sobre o atual Rei da França. No entanto, para Russell, o argumento de Strawson colapsaria facilmente se a palavra egocêntrica “atual” na descrição “o atual Rei da França”⁶³ fosse trocada pela expressão não-egocêntrica “em 1905 d.C.”, de modo que ficássemos com a descrição “o Rei da França em 1905 d.C.”.

6.2 EGOCENTRICIDADE (INDEXICALIDADE)

Vemos que Russell introduz, em sua resposta, a noção de *egocentricidade* (hoje chamada de *indexicalidade*). Assim, antes de continuarmos, será necessário examinar essa noção. Russell cita, em MSOR, um parágrafo de uma obra sua anterior a MSOR, qual seja *Human Knowledge* (HK). Em HK, Russell discute com considerável detalhe a questão da egocentricidade, empregando por volta de uma dezena de páginas para sua exposição. Assim, será conveniente reportar-nos ao que Russell ali afirma. A definição de *unidades egocêntricas* oferecida é como se segue: Russell chama de “unidades egocêntricas” os vocábulos cujo significado varia de acordo com o locutor e a posição deste no tempo e no espaço (cf. p.105). Os exemplos fundamentais de palavras egocêntricas são: “eu”, “este”, “esta”, “isto”, “aqui”, “agora”. Segundo a definição precedente, a palavra “eu” tem um significado quando proferida por Bertrand Russell, e outro significado quando proferida por Peter Strawson. Analogamente ocorre com as outras palavras egocêntricas, “isto”, “aqui”, “agora”. Os exemplos recém mencionados não esgotam, porém, a lista de palavras egocêntricas, já que a esses exemplos devemos somar as palavras “perto”, “longe”, “passado”, “presente”, “futuro”, “é”, “era”, “será” e, generalizando, todos os verbos conjugados em seus tempos (cf. p.105). Trata-se, como se vê, de um montante muito grande de palavras, especialmente levando em conta essa última observação, de que todos os verbos conjugados se enquadram na definição de *unidade egocêntrica*.

⁶² Russell chama de *egocentricidade* aquilo que chamamos atualmente de *indexicalidade*.

⁶³ Entretanto, Strawson, em OR, não fala em “o atual Rei da França”, mas apenas em “o rei da França”.

Tendo em mente a definição de unidades egocêntricas acima vista, cumpre dizer que, para Russell, “este”, “esta” e “isto” poderiam ser consideradas as únicas palavras egocêntricas que não têm definição nominal; ou seja, essas palavras não possuem, isoladamente, significado algum – seu significado é totalmente variável. Outras palavras egocêntricas podem ser definidas, ainda que, com isso, não se especifique seu significado particular. Nesse sentido, diremos que “este”, “esta” e “isto” podem ser usadas na definição de outras palavras egocêntricas, de sorte que a palavra egocêntrica “eu” poderia ser definida como “a pessoa que experimenta isto”, a palavra egocêntrica “agora” como “o tempo disto”, e a palavra egocêntrica “aqui” como “o lugar disto”. Agora entendemos melhor a razão pela qual Russell afirma que “este”, “esta” e “isto” possuem um significado totalmente variável: tais palavras podem referir-se a qualquer coisa, pessoas, instantes, lugares, bichos, utensílios, cores etc. Já uma palavra egocêntrica como “eu” possui um significado variável dentro de um determinado escopo, i.é, qualquer ser inteligente pode usar essa palavra para referir-se a si mesmo, mas uma cadeira, um sapato ou uma árvore não podem usá-la. Por isso, a palavra “eu” nunca irá referir-se a uma cadeira ou a uma maçã⁶⁴.

Para Russell, nada impediria a escolha de um outro ponto de partida: poderíamos considerar o “aqui-agora” como a noção fundamental, e nesse caso a palavra “isto” seria definida como “aquilo que está aqui-agora”, e a palavra “eu” como “a pessoa que experimenta isto”, ou, de forma completamente analisada, “a pessoa que experimenta aquilo que está aqui-agora” (HK, 105, 114). Isso não muda o ponto em questão.

Contrariamente, quando uma palavra não é egocêntrica, não há necessidade de distinguir entre diferentes ocasiões de utilização da palavra, segundo nos diz Russell. Por exemplo, a palavra *cubo* (a figura geométrica) não é egocêntrica: ela seria utilizada sempre com o mesmo significado, em qualquer contexto possível – a palavra não muda seu significado se falamos de cubos de gelo ou se falamos de brinquedos infantis e coloridos em forma de cubo. Isso é bem diferente do que ocorre com a palavra *ela*, cujo significado está relacionado a uma utilização particular da palavra – em função do contexto de elocução, uma pessoa particular utilizará a palavra *ela* para fazer referência a sua mãe, a sua esposa, a sua filha, ou a sua tartaruga de estimação.

6.3 EGOCENTRICIDADE E A LINGUAGEM CIENTÍFICA

⁶⁴ Salvo na linguagem metafórica da poesia. Mas a pesquisa científica não está interessada em metáforas.

Para Russell, a questão da egocentricidade está intimamente conectada a questões bastante amplas de epistemologia. Assim é que Russell diz, em MSOR, que uma característica essencial da visão científica do mundo é buscar reduzir ao mínimo o elemento egocêntrico de uma afirmação. Contudo, o sucesso nesse empreendimento é variável, e nunca é completo quando questões empíricas (*empirical matter*) estão envolvidas. E isso, alega Russell, deve-se ao fato de que a significação (*meaning*) de todas as palavras empíricas depende, em última análise, de definições ostensivas; de que definições ostensivas, por sua vez, dependem da experiência; e de que a experiência, por sua vez, é egocêntrica (abaixo falaremos sobre definições ostensivas). No entanto, poderíamos, mediante a utilização de palavras egocêntricas, *descrever* algo que não é egocêntrico. E é essa possibilidade de descrição que nos permitiria utilizar uma linguagem comum, pública, não-egocêntrica. Há uma passagem em HK que ilustra bem esse ponto:

Um dos objetivos da ciência e do senso comum é substituir a mutável subjetividade das unidades egocêntricas por termos públicos e neutros. O “eu” é substituído pelo nome, o “aqui” pela latitude e longitude e o “agora” pela data. Suponhamos que eu saia a passear com um amigo numa noite escura e que depois nos separemos um do outro. Ele chama por mim e respondo: “eu estou aqui”. A ciência não aceita essa linguagem; ela apresentará a seguinte substituição: “Às 11:32 horas de 30 de janeiro de 1946, Bertrand Russell estava a 4°3’29” Oeste de longitude e 53°16’14” Norte de latitude”. (RUSSELL, 1958, p.106).

Não resta dúvida de que a sentença formulada com palavras egocêntricas é vaga e imprecisa, enquanto que a sentença formulada com termos públicos é muito mais precisa e exata. A sentença formulada com palavras egocêntricas depende, em algum sentido, da experiência pessoal do homem chamado Bertrand Russell, enquanto que a sentença formulada com termos não egocêntricos pode ser compreendida por qualquer pessoa que possua suficiente domínio da linguagem.

6.4 DEFINIÇÃO OSTENSIVA

Vimos acima que Russell atribui uma importância considerável à noção de *definição ostensiva*. Não vamos aqui nos alongar sobre a noção de definição ostensiva⁶⁵, limitando-nos a oferecer uma breve caracterização da mesma nos termos de Russell. Também em HK, lemos o seguinte: “pode-se definir a ‘definição ostensiva’ como sendo ‘qualquer processo pelo qual

⁶⁵ Como é bem sabido, Wittgenstein atribuiu uma importância ainda maior a essa noção, e a literatura secundária sobre o assunto é vasta.

se ensina uma pessoa a compreender uma palavra independentemente do uso de outras palavras” (RUSSELL, 1958, p.81). Russell exemplifica o ponto de maneira simples: imaginemos um naufrago, que não sabe francês, chegando à costa da Normandia. Ele dirige-se a uma propriedade, vê um pão sobre a mesa, e aponta para o objeto em questão com um ar inquiridor. Se o proprietário da residência disser “pain”, o naufrago concluirá, salvo melhor juízo, que essa é a palavra francesa para “pão”. E terá aprendido, então, o significado dessa palavra através de um processo de definição ostensiva⁶⁶ (cf. p.81). Cabe lembrar que o tratamento que Russell dispensa à linguagem, na década de 1940, possui um viés causal, bem como uma inspiração que se poderia chamar de “behaviorista”. Contudo, Russell não esperava que uma análise puramente behaviorista da linguagem fosse adequada.

6.5 O ERRO DE RUSSELL REVISTO

Dito tudo isso, perguntamos: qual é uma das principais críticas que Strawson faz a Russell? Para Strawson, Russell não teria distinguido *a sentença*, enquanto entidade lingüística, de *uma utilização de uma sentença (em circunstâncias particulares)*. Todavia, no caso da sentença “o Rei da França em 1905 d.C. é calvo”, impõe-se a seguinte pergunta: ainda seria possível fazer uma confusão entre a sentença e uma utilização particular da sentença? Podemos, é claro, conceder que utilizações particulares da sentença “o atual Rei da França é calvo” terão valores de verdade diferentes, de acordo com a época em que sejam feitas – contudo, utilizações particulares da sentença “o Rei da França *em 1905 d.C.* é calvo” terão sempre o mesmo valor de verdade, independentemente de serem proferidas em 1705 d.C., em 1905 d.C. ou em 2105 d.C. No linguajar de Russell, a razão pela qual a sentença terá sempre o mesmo valor de verdade é que não ocorre, nela, nenhuma expressão *egocêntrica* como “eu”, “aqui”, “agora”, “atual”.

E esse raciocínio valeria também para a sentença que é o segundo exemplo de Russell em OD, i.é, “Scott é o autor de *Waverley*”: essa sentença não contém palavras egocêntricas. Logo, qualquer utilização particular da sentença terá o mesmo valor de verdade, independentemente da época ou do lugar em se dê essa utilização particular. De acordo com Russell, é possível dar muitos outros exemplos de sentenças em que o elemento de egocentricidade está completamente ausente. Basta, para tanto, tomar exemplos da matemática, como “a raiz quadrada de -1 é metade da raiz quadrada de -4” ou “o cubo de 3 é

⁶⁶ Novamente: não vamos entrar aqui nas possíveis dificuldades práticas para a realização desse processo, as quais Wittgenstein aponta, pois isso foge ao escopo do presente trabalho.

o número inteiro que precede imediatamente o segundo número perfeito”⁶⁷. Segundo Russell, em todas as sentenças como essas não há nenhuma expressão egocêntrica; contudo, o problema de interpretar as descrições permaneceria sendo o mesmo que havia em OD.

6.6 DEFESA DA TEORIA DOS NOMES LOGICAMENTE PRÓPRIOS

Em MSOR, Russell defende-se também do ataque que Strawson faz a sua teoria dos nomes logicamente próprios. Como dito, Strawson afirma em OR: “Não há nomes logicamente próprios e não há descrições (nesse sentido)” (STRAWSON, 1971, p.5). Para Russell, o importante, nessa passagem, é elucidar o que Strawson quer dizer com a tese de que não há nomes logicamente próprios *nesse sentido*, ou seja, o que significa precisamente a expressão destacada. Para Russell, Strawson refere-se à tese de que há palavras que só são significativas porque há algo que elas significam (*mean*), e que, se não houvesse esse algo, elas seriam ruídos vazios e não palavras. Russell defende que é necessário haver tais palavras para que a linguagem tenha qualquer relação com os fatos. Ainda segundo Russell, a necessidade de tais palavras é tornada evidente pelo processo de definição ostensiva: não poderíamos saber o que é significado por palavras como “vermelho”⁶⁸ e “azul” se nunca tivéssemos *visto* o vermelho e o azul, i.é, se nunca tivéssemos tido alguma experiência de vermelho ou de azul.

Se não houvesse vermelho nem azul em nossa experiência, poderíamos inventar talvez uma descrição bastante elaborada para substituir a palavra “vermelho”, ou a palavra “azul”. Mas o ponto relevante é o seguinte: qualquer descrição que possamos compreender (*understand*) precisa ser feita em termos de experiências que já tenhamos tido, de acordo com o que sustenta o princípio de *acquaintance*. E a não ser que palavras fundamentais no vocabulário de uma pessoa tenham esse tipo de relação direta com os fatos, a linguagem, de modo geral, não teria essa relação com os fatos. Claro que aqui se trata de uma acepção muito específica da palavra *compreender*, e isso precisa ficar completamente claro: a acepção em que Russell utiliza a palavra *compreender* não é de modo algum a acepção corriqueira da palavra. A acepção em que Russell utiliza a palavra é técnica: só compreendemos uma proposição se temos *acquaintance* com todos os constituintes dessa proposição. Lembrando que, para Russell, não há impedimento algum em determinar o valor de verdade de

⁶⁷ Exemplos dados por Russell.

⁶⁸ Russell diz que “vermelho” é considerado tradicionalmente como um predicado e como designando um universal. Para propósitos de análise filosófica, contudo, Russell prefere uma linguagem em que “vermelho” seja entendido como um sujeito. Para ele, chamar “vermelho” de um universal, ainda que não seja um erro, seria enganador.

proposições com cujos elementos não temos *acquaintance* e até de proposições com cujos elementos não podemos *por princípio* ter *acquaintance*. Esse é o caso de todas as proposições matemáticas sobre o infinito (não temos *acquaintance* com o infinito), por exemplo, bem como de todas as proposições que o primeiro chanceler do império alemão, Otto von Bismarck, poderia formular sobre si mesmo⁶⁹, ou ainda de todas as proposições que qualquer outra pessoa faça sobre si mesma (não temos *acquaintance* com outras mentes, para Russell).

Cabe ressaltar também que, como fica bastante claro, Russell não está preocupado com as diversas acepções possíveis de palavras: Russell não está preocupado com a definição que um dicionário dá para a palavra “vermelho”, ou para a palavra “azul”. Russell está preocupado é com o modo como as palavras relacionam-se com o mundo, com os fatos, com a realidade exterior. Nesse sentido, uma pessoa cega de nascença, que nunca tenha tido qualquer experiência das cores, poderá conhecer unicamente a definição de dicionário da palavra “azul”, mas nunca poderá conhecer aquilo que é *significado* pela palavra “azul” – na acepção em que Russell utiliza a palavra *significado*.

É interessante notar que um dicionário bastante popular da língua portuguesa, o Dicionário Aurélio, define a palavra “azul” da seguinte maneira: “*adj.* 2g. 1. Da cor do céu sem nuvens com o Sol alto; da cor do mar profundo em dia claro; da cor da safira [...]” (FERREIRA, 1986, p.212). Retomando-se o raciocínio do parágrafo precedente, dir-se-ia que uma pessoa cega de nascença poderia ouvir essa descrição de azul como a cor do céu sem nuvens com o Sol alto, mas continuaria sem ter *acquaintance* com o azul e, nessa medida, continuaria sem ter uma apreensão daquilo que é significado pela palavra “azul”, falando estritamente.

6.7 LINGUAGEM ORDINÁRIA E LINGUAGEM IDEAL

Russell e Strawson estão em concordância ao menos num ponto: ambos afirmam que a linguagem ordinária não possui uma lógica exata. A diferença crucial entre os filósofos está nas conseqüências que tiram da tese de que a linguagem ordinária não possui uma lógica exata. Para Russell, a divergência fundamental entre ele e filósofos da linguagem ordinária como Strawson é que esses acreditariam que a linguagem comum – com suas vaguezas e confusões – seria suficiente não só para a vida cotidiana mas também para a filosofia. Russell, ao contrário, acredita que a linguagem comum é repleta de ambigüidades e inexatidões, e que

⁶⁹ Cf. RUSSELL, Bertrand. **Knowledge by acquaintance and knowledge by description**. In: *Mysticism and logic*. London: Routledge, 1994.

qualquer esforço para ser preciso e exato requer mudanças na linguagem comum, tanto no que diz respeito ao vocabulário quanto no que diz respeito à própria sintaxe da linguagem. Prossegue Russell: todos admitem que a física, a química e a medicina exigem uma linguagem que não é aquela do dia a dia para cumprir com eficiência seus propósitos. Russell não vê razão para sustentar que apenas a filosofia deva ser proibida de fazer um esforço semelhante para obter maior precisão e exatidão (cf. p.632-3).

Russell continua nesse sentido: para propósitos técnicos, linguagens técnicas que diferem da linguagem da vida cotidiana são indispensáveis (cf. p.633). No que toca à filosofia, seria a sintaxe, ainda mais que o vocabulário, que precisaria ser corrigida. A lógica de sujeito-predicado, à qual estamos acostumados, depende, para ser adequada, do fato de que “coisas” aproximadamente permanentes existam nas temperaturas normais da Terra. Mas isso não seria o caso na temperatura do núcleo do Sol (situação em que não haveria “coisas”, apenas hidrogênio e hélio em estado de plasma) e é apenas parcialmente verdadeiro nas temperaturas a que estamos acostumados na Terra (cf. p.633). Bastaria pensar em entidades como rios, nuvens, sombras e arco-íris, para ver como é difícil nesses casos falar de “coisas” permanentes e determinadas. Em outras palavras, a lógica de sujeito-predicado de nossa linguagem cotidiana seria tributária da constituição física atual do mundo que nos cerca, a qual, presume-se, é contingente; se o mundo que nos cerca tivesse outra configuração, nossa linguagem talvez fosse bem distinta.

De todo modo, há um ponto importante aqui. Passagens como essas demonstram uma divergência fundamental entre a filosofia analítica do começo do século, feita à maneira de Russell, e a filosofia da linguagem ordinária de meados do século, feita à maneira de Strawson. Demonstram que se trata de duas maneiras diferentes de fazer filosofia, com a consequência de que se trata também de duas concepções sobre o que a filosofia *pode e deve fazer*. Para Russell, a filosofia pode ser de algum modo um instrumento na busca do conhecimento: não se encontra uma oposição tão grande entre ciência empírica e filosofia, parecendo haver mesmo algum tipo de continuidade (idéia que será aprofundada por Carnap e pelo Círculo de Viena, por exemplo). Já um filósofo como Strawson parece indicar a existência de algum tipo de separação entre ciência e filosofia, ou, pelo menos, parece indicar que a filosofia possui uma esfera de ação autônoma, própria, à qual nenhuma outra disciplina diria respeito. E essa esfera estaria como que protegida dos efeitos de descobertas empíricas feitas pela ciência.

No que diz respeito especificamente à teoria das descrições, Russell afirma categoricamente que sua teoria das descrições não foi concebida como uma análise do estado

mental em que estariam as pessoas no momento em que proferiam sentenças contendo descrições. Na verdade, Russell estava preocupado em encontrar um pensamento mais preciso e exato para atuar como *substituto* dos pensamentos confusos que a maioria das pessoas tem em suas cabeças, na maior parte do tempo. Porém mais relevante do que essas questões de cunho “psicológico” é a idéia de que Russell não estava preocupado em descrever a maneira como pessoas efetivamente usam palavras ou sentenças, em descrever a maneira como as pessoas efetivamente *falam*. Diríamos que Russell não cogitava de agir como um lingüista, utilizando meios empíricos, para resolver qualquer dificuldade relativa ao problema das descrições.

Russell procura defender-se também do ataque de Strawson, relativamente à interpretação da sentença “o rei da França é sábio” como sendo falsa se não há um rei da França. Strawson, em OR, admite que a sentença em questão seja significativa, e não seja verdadeira; mas ele não aceita que a sentença seja falsa. Segundo Russell, Strawson consideraria que a palavra “falso” possui um significado (*meaning*) inalterável, e que seria errado alterá-lo; no entanto, Strawson não explicitaria qual é exatamente esse significado. Já Russell, por outro lado, acredita ser mais conveniente definir a palavra “falso” de modo que cada sentença significativa seja ou verdadeira, ou falsa, *tertium non datur*. Para Russell, essa seria uma questão puramente verbal. Ademais, Russell acredita que, nesse ponto, nem ele nem Strawson podem apoiar-se na utilização comum da palavra “falso” para defender suas posições.

E isso está ligado ao fato de que, para Russell, a acepção de palavras *pode* ser alterada, se isso for conveniente para algum objetivo prático ou teórico. Na lógica matemática, por exemplo, seria mais conveniente considerar que sentenças do tipo “todo A é B” são verdadeiras ainda que não exista nenhum A – e não considerar, como a lógica tradicional (silogística) fazia, que sentenças do tipo “todo A é B” implicam a existência de algum A. Nas palavras de Russell, trata-se unicamente de uma questão de conveniência: para alguns propósitos, uma dada convenção verbal é mais conveniente; para outros propósitos, uma outra convenção há de sê-lo. Desse modo, escolheremos uma convenção verbal ou outra em função do propósito prático ou teórico que tivermos em vista.

6.8 CARTA DE STRAWSON A RUSSELL

Até agora estivemos considerando o artigo em que Russell apresenta sua réplica a Strawson, qual seja MSOR. Agora examinaremos outra fonte bibliográfica: em 1962, Strawson envia uma carta a Russell, datada do dia 26 de fevereiro. Alguém poderá perguntar pelo valor filosófico dessa fonte; muito embora se trate de uma carta, e não de um livro ou de um artigo, cremos que esse texto é mais um instrumento para auxiliar-nos na compreensão dos problemas filosóficos ora em pauta. Enfim, o fato é que, nessa carta, Strawson comenta sobre MSOR, e como se trata de uma carta curta (apenas dois parágrafos), podemos citá-la aqui na íntegra. A carta de Strawson é a seguinte:

Ayer contou-me recentemente que você gostaria de saber quais foram minhas reações a seus comentários em *Mind* sobre minhas críticas à Teoria das Descrições. Embora eu ainda pense que minha explicação das descrições definidas chegue mais próximo dos fatos no tocante à ‘pragmática’ de situações ordinárias de fala, devo reconhecer que eu estava errado em não me referir a sua explicação do elemento egocêntrico em muitas afirmações empíricas ordinárias; e, é claro, minha crítica de sua teoria não invalida (*does not bear on*) os méritos que ela possui como proposta técnica.

Eu hesito em impor escritos filosóficos sobre você em um momento em que você está preocupado com assuntos mais importantes. Mas eu ficaria muito agradecido se você aceitasse a cópia anexa de meu livro recente como um pequeno tributo de alguém que admirou seus escritos desde que começou a ler filosofia e que aprendeu mais sobre lógica filosófica com eles do que com qualquer outra fonte. (RUSSELL, 1997, p.603 – tradução nossa)⁷⁰

O livro mencionado por Strawson no segundo parágrafo era *Individuals*. Russell respondeu a essa carta em 6 de março do mesmo ano de maneira sucinta: “Obrigado por sua gentil carta e por seu livro, *Individuals*. Estou feliz em saber que nós não diferíamos tanto quanto parecia ser o caso” (RUSSELL, 1997, p.603 – tradução nossa).

Importantes também são as anotações que Russell fez à margem de seu exemplar de *Essays in Conceptual Analysis*, de Strawson. Há três anotações explícitas: (i) acerca da passagem “E isso, por sua vez, parece implicar que, se há sentenças que são genuinamente da forma sujeito-predicado, então o simples fato de elas serem significantes, de que tenham significação, garante que *há* alguma coisa referida pelo seu sujeito lógico (e gramatical)”, Russell escreveu “Sim”. Depois, (ii) acerca da passagem “É no sentido em que seria correto dizer que uma única e mesma sentença foi proferida em todas essas ocasiões diversas, que

⁷⁰ “Ayer told me recently that you would like to know what my reactions were to your comments in *Mind* on my criticisms of the Theory of Descriptions. Though I still think that my account of definite descriptions comes nearer to the facts as far as the ‘pragmatics’ of ordinary speech-situations are concerned, I must acknowledge that I was wrong not to refer to your own account of the egocentric element in many ordinary empirical statements; and, of course, my criticism of your theory does not bear on its merits as a technical proposal.

I hesitate to inflict philosophical writings upon you at a time when you are concerned with matters of greater importance. But I should be very glad if you would accept the enclosed copy of my recent book as a small tribute from one who has admired your writings ever since he began to read philosophy and has learned more about philosophical logic from them than from any other source.”

desejo utilizar a expressão (A1) ‘uma sentença’. Existem, no entanto, diferenças óbvias entre as diferentes *ocasiões de utilização* dessa sentença”, Russell escreveu “relevância do tempo”. Finalmente, (iii) acerca da passagem “A origem do erro cometido por Russell encontra-se em que ele pensou que fazer referência ou mencionar – a supor que isso tenha de fato ocorrido – deve ser significar. Ele não distinguiu B1 e B2; ele confundiu as expressões com suas utilizações num contexto particular; e, desse modo, confundiu significar com mencionar, fazer referência”, Russell escreveu um taxativo “NÃO” (todas as referências: RUSSELL, 1997, p.603-4 – tradução nossa). Ora, essas evidências textuais parecem indicar que Russell, conscientemente, não julgava ter confundido uso e menção, como é comumente apregoadado.

6.9 INTRODUÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO DE *LOGICO-LINGUISTICO PAPERS*

Passemos, agora, ao último texto mencionado no começo desta seção. Trata-se da Introdução que Strawson escreveu para a segunda edição de *Logico-Linguistico Papers*, em 2004. Nessa Introdução (cf. p.xi) podemos ler o seguinte posicionamento: o objetivo primário de OR era sustentar que a falha radical de referência, da parte de uma descrição definida singular na posição de sujeito, relativamente a um predicado atributivo, resulta não em falsidade, mas sim naquilo que Quine chamou de “lacuna de valor de verdade” (*truth-value gap*). No entanto, há uma tese mais geral e mais importante presente no argumento de OR: trata-se da tese de que os reais portadores de valores de verdade, i.é, os reais sujeitos dos predicados “verdadeiro” e “falso” não são sentenças declarativas (*types*), nem suas elocuições (*tokens*), mas sim *aquilo que é dito*, se é que algo é dito, em cada caso, por uma elocução de uma sentença numa ocasião particular. Em outras palavras, o real portador de valor de verdade é *a proposição* que é expressa, se alguma o é, por uma elocução particular. Prossegue Strawson: o problema que havia no caso analisado em OR (i.é, “O rei da França é sábio”) era que uma elocução particular de uma sentença falhava em expressar uma proposição. Isso seria, no dizer de Austin, um “vácuo por falta de referência” (*void for lack of reference*) – expressão que Strawson prefere à expressão de Quine, vista acima.

Ainda na introdução, Strawson defende que a Teoria das Descrições de Russell permanece vulnerável a todas as críticas levantadas em OR. Diz Strawson que a falha fundamental de Russell é a falha em reconhecer que a referência de uma utilização de qualquer descrição definida singular, bem como de qualquer outro termo definido singular, depende do contexto de elocução. E essa condição vale, no mínimo, para todos os termos definidos singulares cuja referência, se é que há alguma, é um objeto particular espaço-

temporal. Em suma, são indexicais todos esses termos cuja referência é um objeto particular espaço-temporal.

7 CONCLUSÃO

No decurso da presente dissertação, tivemos oportunidade de examinar teorias de Moore, Russell e Strawson sobre a linguagem. Mais especificamente, expusemos a teoria das descrições de Russell e a crítica de Strawson a essa teoria. É chegado, pois, o momento de pronunciarmo-nos sobre isso, buscando avaliar as idéias expostas na medida do possível.

Entendemos que a divergência entre Russell e Strawson se traduz em três controvérsias fundamentais, as quais serão analisadas no que se segue. As controvérsias podem ser assim elencadas: (i) a questão sobre o papel da linguagem ordinária na análise filosófica; (ii) a questão sobre o valor de verdade de proposições expressas por sentenças do tipo “O atual Rei da França é calvo”⁷¹, “O rei da França é sábio”⁷², questão essa que envolve também as noções de implicação e pressuposição; e, ainda, (iii) a questão em torno dos “nomes próprios”.

I. A primeira controvérsia pode ser formulada da seguinte maneira: Strawson começa *On Referring* afirmando que a teoria das descrições de Russell seria tomada pelos lógicos como oferecendo uma explicação correta da utilização de descrições na linguagem ordinária. Strawson prossegue desde esse ponto de partida, fazendo uma série de comentários e elaborando várias críticas às teorias de Russell. Ora, é bem possível que, no ambiente intelectual de Strawson, circulasse a tese de que Russell tinha buscado descrever corretamente a utilização de descrições na linguagem ordinária; contudo, se formos aos textos de Russell, parece-nos relativamente fácil ver que essa não era a preocupação de Russell. Por exemplo, Russell afirma em OD, §7:

Então *o*, quando é usado estritamente, envolve unicidade; é verdade que nós falamos de 'o filho de fulano de tal' mesmo quando fulano de tal tem vários filhos, mas seria mais correto dizer 'um filho de fulano de tal'. Assim, para nossos propósitos, tomamos *o* como envolvendo unicidade. (RUSSELL, 1956, p.44 – tradução nossa)⁷³

Ou seja, Russell mostra ter ciência de que, na vida cotidiana, utilizamos muitas vezes o artigo definido sem atentar para a unicidade ou não daquilo a que nos referimos. Contudo,

⁷¹ Exemplo de Russell em *On Denoting*.

⁷² Exemplo de Strawson em *On Referring*.

⁷³ “Now *the*, when it is strictly used, involves uniqueness; we do, it is true, speak of '*the* son of So-and-so' even when So-and-so has several sons, but it would be more correct to say '*a* son of So-and-so'. Thus for our purposes we take *the* as involving uniqueness.”

para os propósitos de *On Denoting* e da teoria das descrições aí apresentada, esse fato não era importante. E não era importante porque Russell não estava preocupado em descrever o modo como o artigo definido é utilizado na linguagem ordinária.

Na resposta que dá a Strawson em *Mr Strawson On Referring*, Russell é também muito claro:

Minha teoria das descrições nunca foi planejada como uma análise do estado mental daqueles que proferiam sentenças contendo descrições. O Sr. Strawson dá o nome 'S' para a sentença 'o Rei da França é sábio', e diz a meu respeito 'A maneira em que ele chegou a essa análise foi, claramente, perguntando-se quais seriam as circunstâncias em que nós diríamos que alguém que proferiu a sentença S teria feito uma asserção verdadeira'. Essa não me parece uma descrição correta do que eu estava fazendo. (RUSSELL, 1997, p.633 – tradução nossa⁷⁴)

Ironias à parte, Russell afirma que a teoria das descrições nunca foi planejada como uma análise do estado mental daqueles que proferiam sentenças contendo descrições. Russell diz ainda que estava “preocupado em encontrar um pensamento mais preciso e analisado para substituir os pensamentos mais ou menos confusos que a maioria das pessoas tem em suas cabeças na maior parte do tempo.” (RUSSELL, 1997, p.634 – tradução nossa⁷⁵).

Além de não ter as preocupações que um psicólogo experimental teria, Russell não tinha as preocupações que um lingüista poderia ter. Isso significa que Russell não estava fazendo aquilo que um lingüista, na condição de cientista empírico, poderia fazer: por exemplo, colocar-se na praça de uma cidade, entrevistar 1000 passantes e anotar numa planilha o modo como as pessoas utilizam a palavra “significado”, ou a palavra “referência”, ou a palavra “verdade”, ou qualquer outra palavra, para tirar disso uma conclusão sobre como certa palavra é efetivamente usada pelas pessoas. A perspectiva de Russell não era lingüística; portanto, a alegação feita por Strawson não procederia, ao menos não no tocante a Russell. É possível que outros filósofos – leitores de Russell – tenham pensado que ele estava descrevendo usos da linguagem ordinária; mas, se isso foi o caso, a crítica de Strawson deverá ser dirigida a tais filósofos e não a Russell. Falando mais especificamente: se filósofos como Wittgenstein, Carnap, Gödel ou Quine chegaram a pensar que Russell estava descrevendo características da linguagem ordinária, a crítica deve ser a eles dirigida e não a Russell.

⁷⁴ “My theory of descriptions was never intended as an analysis of the state of mind of those who utter sentences containing descriptions. Mr Strawson gives the name 'S' to the sentence 'The King of France is wise', and he says of me 'The way in which he arrived at the analysis was clearly by asking himself what would be the circumstances in which we would say that anyone who uttered the sentence S had made a true assertion'. This does not seem to me a correct account of what I was doing.”

⁷⁵ “Similarly, I was concerned to find a more accurate and analysed thought to replace the somewhat confused thoughts which most people at most times have in their heads.”

Se Russell não estava preocupado com a linguagem ordinária, com o que ele estava então preocupado? Com a teoria das descrições, Russell estava preocupado em resolver sobretudo problemas associados à teoria dos conceitos denotativos, que fora elaborada em *Principles of Mathematics*. Como já vimos, Russell pensava na época de POM que expressões denotativas indicavam conceitos denotativos, os quais, por sua vez, indicariam certos objetos. A teoria dos conceitos denotativos era o meio pelo qual Russell tentava explicar os fenômenos associados à variável e à quantificação, i.é, associados a proposições gerais como “Todo homem é mortal”. Proposições gerais seriam aquelas que contêm conceitos denotativos, os quais seriam expressos por expressões denotativas do tipo “todo F ”, “qualquer F ”, “algum F ”⁷⁶ etc. Na matemática, proposições gerais são utilizadas largamente e são aliás o único meio de lidar com classes infinitas. Se lembrarmos da definição de matemática pura que Russell utiliza em POM – matemática pura é a classe de todas as proposições da forma “ p implica q ”, em que p e q são funções proposicionais contendo apenas constantes lógicas e variáveis – veremos que a matemática pura inteira é composta tão-somente de proposições gerais. A teoria dos conceitos denotativos era assim absolutamente fundamental para a matemática e, por conseqüência, para a preocupação principal de Russell na época: a redução da matemática pura à lógica, ou seja, a consecução do projeto logicista.

De acordo com Hylton (cf. p.249), o problema decisivo com a teoria dos conceitos denotativos era a questão do sentido (*meaning*), i.é, a relação entre um conceito denotativo e o objeto denotado por ele. Como vimos, o argumento da elegia de Gray é usado por Russell para combater a idéia de que uma descrição expressa um sentido e denota um objeto (sua denotação). Com *On Denoting*, Russell abandona a idéia de conceito denotativo e a idéia associada de *sentido*, em favor da idéia de *descrição*. As descrições não têm um *sentido* isoladamente, elas não indicam nada. Desse modo, a quantificação passa a ser explicada mediante recurso a duas noções fundamentais: variável e função proposicional universalmente verdadeira.

Estabelecidas como tais as preocupações intelectuais de Russell, como poderemos dizer que ele queria oferecer em OD uma descrição de como descrições são utilizadas na linguagem ordinária? Não parece correto sustentar essa tese.

II. Dissemos antes que são três as controvérsias fundamentais entre Russell e Strawson. Passemos agora à segunda delas, que diz respeito ao valor de verdade de proposições expressas por sentenças do tipo “O rei da França é calvo”, “O rei da França é

⁷⁶ No linguajar contemporâneo.

sábio”. Acerca disso, Russell defende a *teoria da falsidade*, enquanto que Strawson defende a *teoria da lacuna de valor de verdade*, para usar aqui a terminologia do próprio Strawson.

Russell havia esposado em *On Denoting* duas teses associadas: (a) que sentenças como “O atual Rei da França é calvo” expressam proposições com valor de verdade; e (b) que sentenças como “O atual Rei da França é calvo” expressam proposições com um valor de verdade determinado, a saber, o *falso*. Essa é a teoria da falsidade. Strawson critica a análise russelliana de sentenças como “O rei da França é calvo”, pois, em seu entender, tais sentenças não são falsas. Para Strawson, ocorre uma falha radical de referência em sentenças desse tipo, falha essa que as torna incapazes de serem avaliadas quanto a sua verdade ou a sua falsidade. A tese strawsoniana é, pois, que a questão da verdade ou falsidade *não se põe* para tais sentenças. Essas sentenças seriam significantes, ainda que não possuam um valor de verdade definido. Essa é em poucas linhas a teoria da lacuna de valor de verdade.

Envolvida nessa disputa está a distinção entre duas noções muito importantes, quais sejam as noções de *implicação* e *pressuposição*. Para Russell, como vimos, a proposição expressa por “O atual Rei da França é calvo” implica três proposições conjuntamente: (i) a proposição de que há atualmente um Rei da França, (ii) a proposição de que há atualmente apenas um Rei da França, e (iii) a proposição de que esse Rei da França é calvo. Já para Strawson, a verdade de “O rei da França é calvo” não *implica* a existência de um rei da França, mas sim *pressupõe* a existência de um rei da França. Ou seja, a existência de um e somente um rei da França não é algo afirmado (ou asserido) por quem diz “O rei da França é calvo”, pois quem enuncia a sentença já *pressupõe* o fato em questão.

Embora as noções de implicação e de pressuposição pareçam muito próximas e pertencentes a um mesmo domínio conceitual, quando as analisamos, vemos que não se aplicam exatamente às mesmas coisas. A *implicação* é definida como uma relação entre proposições, na medida em que proposições são utilizadas na lógica, i.é, como portadoras de valor de verdade. Já a *pressuposição* não é uma relação entre proposições; mas não fica tão claro assim que tipo de relação ela é. Levando em conta a noção de conhecimento identificador, talvez fosse mais correto analisar a relação de pressuposição como sendo uma relação entre uma elocução de uma sentença, de um lado, e um sujeito falante, de outro lado. Em outras palavras: implicar é algo que ocorre entre proposições; pressupor é algo que pessoas fazem, quando fazem elocuições de sentenças em situações concretas de comunicação.

O tema da comunicação leva-nos, por sua vez, a outro ponto: para Strawson, a comunicação humana é baseada em alguns princípios básicos, entre os quais o *Princípio de Presunção de Ignorância* e o *Princípio de Presunção de Conhecimento*. Assim, quando

alguém afirma para uma audiência que “O rei da França é calvo”, fica presumido (ou pressuposto) que há um rei da França e que o locutor deseja levar a sua audiência uma informação sobre esse rei da França – a saber, que ele é calvo. E essa presunção (ou pressuposição) não faz parte da afirmação, sendo-lhe anterior. Ou seja, a noção de pressuposição está ligada de alguma maneira a esses princípios da comunicação humana.

Vê-se logo que um ponto importante, posto em jogo na presente controvérsia, é o que diz respeito à diferença entre *proposições* e *sentenças*. Russell e Strawson têm um entendimento divergente dessas noções. Para Russell, como vimos, proposições são entidades objetivas, não mentais e não lingüísticas, capazes de serem verdadeiras ou falsas. Assim, para Russell, sentenças, que são entidades lingüísticas, não são capazes de serem verdadeiras ou falsas. Sentenças *expressam* proposições, mas sentenças *não são* proposições. Como conseqüência, tem-se que a *sentença* “O atual Rei da França é calvo” não implica nem deixa de implicar qualquer coisa, porque a implicação é uma relação lógica que ocorre entre proposições e não entre sentenças. Lembre-se aqui o que é dito em POM, §16, quando Russell sustenta que toda proposição implica a si mesma e que qualquer coisa que não seja uma proposição não implica nada. Dizer “*p* é uma proposição” é equivalente a dizer “*p* implica *p*”, e essa equivalência pode ser usada para definir proposição. Logo, sentenças só expressam proposições, mas nunca se confundem com estas.

Já Strawson, como foi dito, distingue entre 3 noções diferentes envolvidas na comunicação humana: a sentença, uma utilização de uma sentença, e uma elocução de uma sentença. A sentença é a entidade lingüística abstrata, pertencente a um idioma, significante em si mesma, e incapaz de ter um valor de verdade definido. Uma utilização de uma sentença ocorre quando uma sentença é utilizada numa ocasião particular; uma utilização de uma sentença é o que tem a capacidade de possuir um valor de verdade definido, i.é, de ser verdadeira ou falsa. Em certo sentido, uma utilização de uma sentença é o que mais se aproxima de ser a “expressão de uma proposição”; vale dizer que uma utilização de uma sentença não é um fenômeno físico. Por fim, a elocução de uma sentença é o fenômeno físico particular de pronunciar ou escrever uma sentença.

É interessante ver o que Strawson diz em 2002 sobre o assunto: ele diz que a tese mais geral e importante de *On Referring* é a tese de que

os reais portadores de valor de verdade, i.é, os verdadeiros sujeitos dos predicados 'verdadeiro' e 'falso' não são sentenças declarativas (*types*) ou suas elocuições (*tokens*), mas sim o que é dito, se é que algo é dito, em cada caso pela elocução de uma sentença em uma ocasião particular; ou, para abandonar qualquer timidez hesitante sobre o uso da expressão

'proposição', a *proposição expressa*, se há alguma, por essa elocução.⁷⁷ (STRAWSON, 2004, p.xi – tradução nossa)

Sem necessidade de entrar aqui na distinção entre *type* e *token*, vemos que o próprio Strawson corrobora a tese de que, se procurarmos por *proposições*, não as encontraremos entre sentenças, nem entre elocuições de sentenças, mas sim entre utilizações de sentenças.

Strawson defende então que a sentença “O rei da França é calvo” é significativa, mas não possui um valor de verdade definido, porque possuir um valor de verdade determinado é algo que depende de a sentença ser utilizada em uma ocasião particular. Parece-nos que aqui não haveria disputa com Russell no tocante à segunda parte da tese, pois para ele sentenças não são proposições e, portanto, não possuem valor de verdade definido. A disputa ocorrerá no tocante à primeira parte da tese, i.é, sobre a sentença ser significativa em si mesma.

Em certo sentido, diremos que o que Russell fez em OD foi *atribuir* uma proposição indeterminada a uma sentença indeterminada, ambígua. Ou seja, frente à sentença “O rei da França é calvo”, poder-se-ia dizer que não fica claro que proposição está sendo expressa, i.é, a sentença é ambígua. Uma pergunta seria naturalmente feita nesse contexto: quem determina qual proposição está sendo expressa por uma sentença vaga, ambígua? Ainda que seja uma pergunta natural, sua resposta conduz a um problema diverso. Numa situação real de comunicação, esperaríamos que o próprio locutor se encarregasse de esclarecer o que ele quis dizer com uma sentença ambígua; mas, nos casos em que isso não for possível (por exemplo, um escritor que já morreu), será preciso buscar outros métodos, como tentar inferir de outras fontes o que ele quis dizer, ou até mesmo recorrer a certa dose de arbitrariedade para determinar qual a proposição que foi expressa.

Ainda assim, suponhamos que somos confrontados com alguém que afirma a sentença “O Rei da França em 1905 d.C. é calvo”. O que diremos agora? Essa sentença não é ambígua (posto no vocabulário de Russell: ela não é egocêntrica, i.é, não é indexical); a sentença *parece* expressar claramente uma proposição determinada, qual seja a proposição de que o rei da França em 1905 d.C. era calvo. Mas não havia nenhum rei da França em 1905 d.C. Então diremos que *há alguma proposição*, verdadeira ou falsa, que é expressa pela sentença? Ou diremos alternativamente que a sentença *parece* expressar uma proposição, mas não expressa de fato nenhuma, i.é, que a sentença falha em expressar uma proposição? Russell toma o primeiro caminho; Strawson, o segundo. Assim, para Strawson, como essa pessoa não estaria

⁷⁷ “[...] the real bearers of truth-value, the true subject of predicates ‘true’ and ‘false’ are not declarative sentences (types) or their token utterances, but *what*, if anything, *is said* in each case by the utterance of such a sentence on a particular occasion; or, to drop any lingering coyness about the use of the expression ‘proposition’, the *proposition*, if any, *expressed* by such an utterance.”

se referindo a nada, como ela não estaria falando sobre nada, ela não estaria fazendo uma utilização genuína da sentença. A pessoa estaria fazendo apenas uma “pseudo-utilização”, i.é, a pessoa pensaria estar utilizando a sentença para fazer uma afirmação, mas, na verdade, não estaria fazendo isso.

A questão que ora se impõe é a seguinte: a partir de que base poderemos justificar uma ou outra posição? Strawson acredita que sua posição está justificada, e a base que ele oferece para isso é a linguagem ordinária: nós não dizemos que “O rei da França é calvo” é falso. Russell, conforme sua própria declaração (em MSOR, p.634), não acredita que sua posição esteja justificada pelo uso ordinário da linguagem, mas não acredita também que a posição de Strawson esteja justificada pelo uso ordinário da linguagem. Russell acredita que a disputa sobre a falsidade (ou não) de “O rei da França é calvo” é uma questão de conveniência verbal e afirma que considera mais conveniente definir a palavra “falso” de modo que cada proposição seja ou verdadeira ou falsa.

Strawson apóia-se, já foi dito, no funcionamento da linguagem ordinária como ponto de partida para a resolução de problemas filosóficos. Mas o que deveremos entender exatamente pela expressão “linguagem ordinária”, a fim de que possamos determinar melhor o que constitui a posição de Strawson? A linguagem ordinária é governada por regras, hábitos e convenções para utilizar expressões e para fazer enunciados, ou afirmações. No âmbito dessas regras ou convenções lingüísticas, Strawson faz uma distinção importante entre regras para fazer referência a coisas particulares e regras para fazer atribuições, ou classificações. Mas o ponto mais importante, para Strawson, é que a distinção entre esses dois tipos de regras corresponde a uma distinção correlata entre duas *funções da linguagem*, ou do discurso: a *função identificadora* e a *função atributiva*. E essa distinção entre funções da linguagem é que é a mais fundamental. Reformulando o ponto: Strawson parte da existência de expressões separáveis para sujeito e predicado nas sentenças ordinárias da linguagem, para tirar daí a consequência de que existem duas funções da linguagem, a referencial e a atributiva. Mas será que essa inferência é justificada? Não se está aqui pressupondo o que se deveria provar?

Herbert Hochberg, professor na Universidade do Texas, toma o partido de Russell em seu artigo *Strawson, Russell and the King of France* (1999). Referindo-se à disputa sobre o valor de verdade de “O atual rei da França é calvo”, Hochberg diz que “o ponto fundamental é que, para resolver a disputa entre Russell e Strawson, não podemos apelar para a situação que eles pretendem explicar: a dificuldade (*puzzle*) que surge em contextos ordinários.”

(HOCHBERG, 1999, p.206 – tradução nossa)⁷⁸. E Hochberg prossegue: “Deve-se, em suma, buscar *razões filosóficas* para resolver uma disputa filosófica, o que não deve ser surpreendente.” (HOCHBERG, 1999, p.206, tradução e grifo nossos)⁷⁹. Nesse sentido, o apelo a características da linguagem ordinária não ajudaria a resolver perplexidades que surgem por meio de elementos da própria linguagem ordinária, como a perplexidade de saber se o atual rei da França é calvo ou não.

III. A terceira controvérsia sobre a qual nos deteremos aqui é relativa à questão dos nomes próprios. A crítica de Strawson à teoria dos nomes próprios russelliana, ainda que represente uma posição amplamente defendida, parece-nos mais uma questão relativa à estipulação do modo em que devemos usar certas palavras e, destarte, não nos parece uma questão tão importante filosoficamente. Devemos estipular que a “significação” de um nome é simplesmente aquilo que é por ele nomeado (i.é, o portador do nome), ou não? Devemos estipular que a significação do nome “Sócrates” é simplesmente Sócrates – ou que a significação do nome “Sócrates” é dada por diretivas, regras e convenções para o uso do nome “Sócrates”? Russell utiliza a palavra “meaning” de um modo, Strawson utiliza-a de outro modo, isso é evidente. Contudo, como poderemos dizer quem está *certo* e quem está *errado*? Em princípio, Strawson sustenta que sua utilização de “meaning” corresponde mais fielmente à utilização feita pela linguagem ordinária dessa palavra e que, em virtude disso, ele estaria certo, enquanto que Russell estaria errado.

Mas duas dúvidas podem ser levantadas acerca disso: (a) será que é mesmo a utilização feita por Strawson aquela que encontraríamos na linguagem ordinária? E (b): seja qual for o modo como a palavra “meaning” é utilizada na linguagem ordinária, serve esse modo de utilização como base para a aceitação ou para a recusa de posições filosóficas? Essa pergunta poderia ser reformulada nos termos daquilo que pelo menos um autor – Ernest Gellner, em *Words and Things* (de 1959) – denominou de *falácia naturalística*: teria Strawson cometido algum tipo de falácia naturalística, pela qual se entende uma inferência indevida do fato para a norma? Em ainda outras palavras, caberá dizer que do *fato* de que pessoas falam de certo modo Strawson teria inferido que esse é o modo legítimo de falar? E se isso, por sua vez, pode ser legítimo, quando e em que circunstâncias o seria?

⁷⁸ “The fundamental point is that to settle the dispute between Russell and Strawson we cannot appeal to the situation they seek to account for: the puzzle that arises in ordinary contexts.”

⁷⁹ “One must, in short, seek philosophical reasons for resolving a philosophical dispute, which should not be surprising.”

Defendemos aqui que responder se a utilização feita por Strawson da palavra “meaning” é a mesma utilização que encontramos na linguagem ordinária não é uma questão importante para um trabalho filosófico, até porque essa questão só pode ser respondida por meio de pesquisas empíricas. Contrariamente a isso, responder se o modo como a palavra “meaning” é utilizada na linguagem ordinária serve como base para a aceitação ou para a recusa de posições filosóficas é sim uma questão relevante para um trabalho filosófico, e é uma questão que deve ser respondida no âmbito da filosofia e não da ciência empírica.

Com relação a essa última questão, portanto, defendemos aqui a tese de que não importa para a filosofia o modo como a palavra “meaning” é utilizada na linguagem ordinária; aliás, não importa para a filosofia o modo como qualquer palavra é utilizada na linguagem ordinária. Isso é importante para a ciência da lingüística, que é responsável pelo estudo empírico e experimental da linguagem humana. Mas, no que diz respeito à filosofia, defendemos que fatos empíricos sobre a utilização de palavras não podem decidir sobre a validade de argumentos filosóficos; ou seja, do fato de que algo é não se pode tirar a consequência de que esse algo *deva ser*. E a filosofia – sobretudo o ramo da filosofia tradicionalmente chamado de “Lógica” – estabelece uma relação com a linguagem ordinária que poderia ser classificada como *normativa*. A lógica *prescreve* as tradicionalmente chamadas “leis do pensamento” a quem quer que deseje pensar com clareza e rigor, leis entre as quais se encontrariam a lei de identidade, a lei de não-contradição, a lei do terceiro excluído, bem como regras de inferência como o *Modus Ponens*, o *Modus Tollens* e assim por diante. É claro que a noção de normatividade precisaria ser mais bem analisada, em face do uso que se está fazendo dela aqui; mas essa é uma tarefa filosófica que mereceria um trabalho à parte, de grande complexidade.

Sendo assim, pensamos que a linguagem de que a filosofia se serve não precisa ser limitada a uma suposta linguagem ordinária. Ninguém paga imposto para criar palavras novas, ou para usar velhas palavras em acepções novas ou técnicas. O limite que se deve respeitar é de natureza prática, pois um filósofo que decidisse apresentar suas teses apenas por meio de palavras novas e por ele inventadas não seria compreendido certamente por mais ninguém. Por outro lado, desde que o filósofo consiga se fazer compreender de modo adequado, por que deveria ser ele proibido de empregar um vocabulário técnico, destoante da acepção cotidiana das palavras? Como Russell observa, a ciência empírica inventa e utiliza inúmeras palavras novas para, com isso, obter maior precisão e clareza. Por que a filosofia deveria ser proibida de fazer o mesmo? Não parece haver uma boa razão filosófica para isso.

IV. Até este ponto, podemos ter dado a impressão de que o artigo inteiro de Strawson merece ser repudiado como uma crítica desprovida de valor. Não é essa a posição que defendemos; queremos registrar que as observações de Strawson são muito importantes, especialmente se vistas como oferecendo orientações importantes para as pesquisas lingüísticas feitas de um ponto de vista empírico – pesquisas preocupadas com o fato social da comunicação humana. Contudo, isso não fere a posição filosófica de Russell; as críticas de Strawson não identificam de maneira correta as finalidades da teoria das descrições, especialmente por não levarem em conta o contexto intelectual em que a teoria foi elaborada – a saber, a filosofia da matemática russelliana, associada a *Principles of Mathematics*.

Isso significa que estamos de pleno acordo com Russell e que defendemos incondicionalmente sua filosofia? Não; com efeito, muitas das teses e das teorias de Russell são problemáticas. Por exemplo, a teoria dos conceitos denotativos, que o próprio Russell se encarregou de substituir por outra melhor, i.é, a teoria das descrições. Contudo, Russell parece-nos mais afinado com o “espírito” que julgamos que a filosofia deve possuir, qual seja: alguma espécie de busca por conhecimento, algum esforço de ampliação do conhecimento humano, ainda que esse esforço não seja feito de forma empírica, experimental. Além disso, a filosofia russelliana caracteriza-se pela busca de clareza e rigor: clareza e rigor conceitual, clareza e rigor lógico, ainda que essa filosofia possa ter ficado aquém desses ideais em muitos casos. Isso não frustra, porém, a postulação da clareza e do rigor como ideais legítimos a serem perseguidos por um filósofo.

Claro está que essa busca de clareza e rigor deve muito à influência da matemática: cronologicamente falando, Russell foi um matemático antes de ser um filósofo. Por isso, não deve surpreender a ninguém o fato de Russell buscar um tipo de clareza e de rigor na filosofia que era comum na matemática e não na filosofia. Talvez, então, seja possível acusar Russell de não ter prestado atenção suficiente às diferenças existentes entre filosofia e matemática e ao fato de que, possivelmente, a filosofia não comporte o mesmo tipo de precisão e de rigor admitidos pela matemática. Por outro lado, essa posição é, ela mesma, filosófica, pois que tipo de argumento se pode usar para demonstrar que a filosofia não pode ser tão clara e rigorosa quanto a matemática?

Por seu turno, o “espírito” da filosofia da linguagem ordinária parece-nos um tanto quanto conformista, como se dissesse que, como a linguagem ordinária não possui uma lógica exata, devemos contentar-nos com as limitações impostas por essa linguagem para a investigação filosófica e científica. A filosofia da linguagem ordinária parece não perceber que a descrição de como as pessoas usam ordinariamente a linguagem é algo capaz de ser

feito cientificamente, pela lingüística, e que a descrição de como as pessoas utilizam ordinariamente a linguagem muito dificilmente poderá servir de base para obter qualquer conclusão *normativa* sobre a linguagem.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cláudio de. The Argument of “On Denoting”. In: _____. **Russell on the Foundations of Logic**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª. edição, revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FREGE, Gottlob. On Sense and Reference. In: GEACH, Peter; BLACK, Max (Eds.). **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. Oxford: Basil Blackwell, 1977.

GRATTAN-GUINNESS, Ivor. How Did Russell Write *The Principles of Mathematics* (1903)? **Russell: the Journal of the Bertrand Russell Archives**, Hamilton, n.16, p.101-27, inverno, 1996-7.

HOCHBERG, Herbert. Strawson, Russell, and the King of France. In: IRVINE, A.D. **Bertrand Russell: Critical Assessments**. Volume III: Language, Knowledge and the World. Londres: Routledge, 1999.

HYLTON, Peter. **Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MARCO AURÉLIO. **Meditações**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MOORE, George Edward. **Selected Writings**. Editado por Thomas Baldwin. Londres: Routledge, 1993.

RUSSELL, Bertrand. **Essays in Analysis**. Londres: George Allen & Unwin, 1972.

_____. **Last Philosophical Testament, 1943-68**. Editado por John Slater. Londres: Routledge, 1997.

_____. **Logic and Knowledge: Essays 1901-1950**. Editado por R.C. Marsh. Londres: Routledge, 1956.

_____. **Meu Pensamento Filosófico**. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Título original: “My Philosophical Development”.

_____. **O Conhecimento Humano: sua Finalidade e Limites**. 1º. Vol. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, revista por Carlos Prósperi. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Título original: “Human Knowledge, its Scope and Limits”.

_____. **The Principles of Mathematics**. 2. ed. Londres: Routledge, 1992. Reimpressão: 1997.

RUSSELL, Bertrand; WHITEHEAD, Alfred North. **Principia Mathematica**. V.1. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1927. Reimpressão: 1978.

RYLE, Gilbert et alii. **Ensaio**s. Tradução de Balthazar Barbosa Filho et alii. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Pensadores)

STRAWSON, Peter Frederick. **Logico-Linguistic Papers**. Londres: Methuen & Co., 1971.

_____. **Logico-Linguistic Papers**. 2.ed. Bodmin: MPG Books, 2004.